

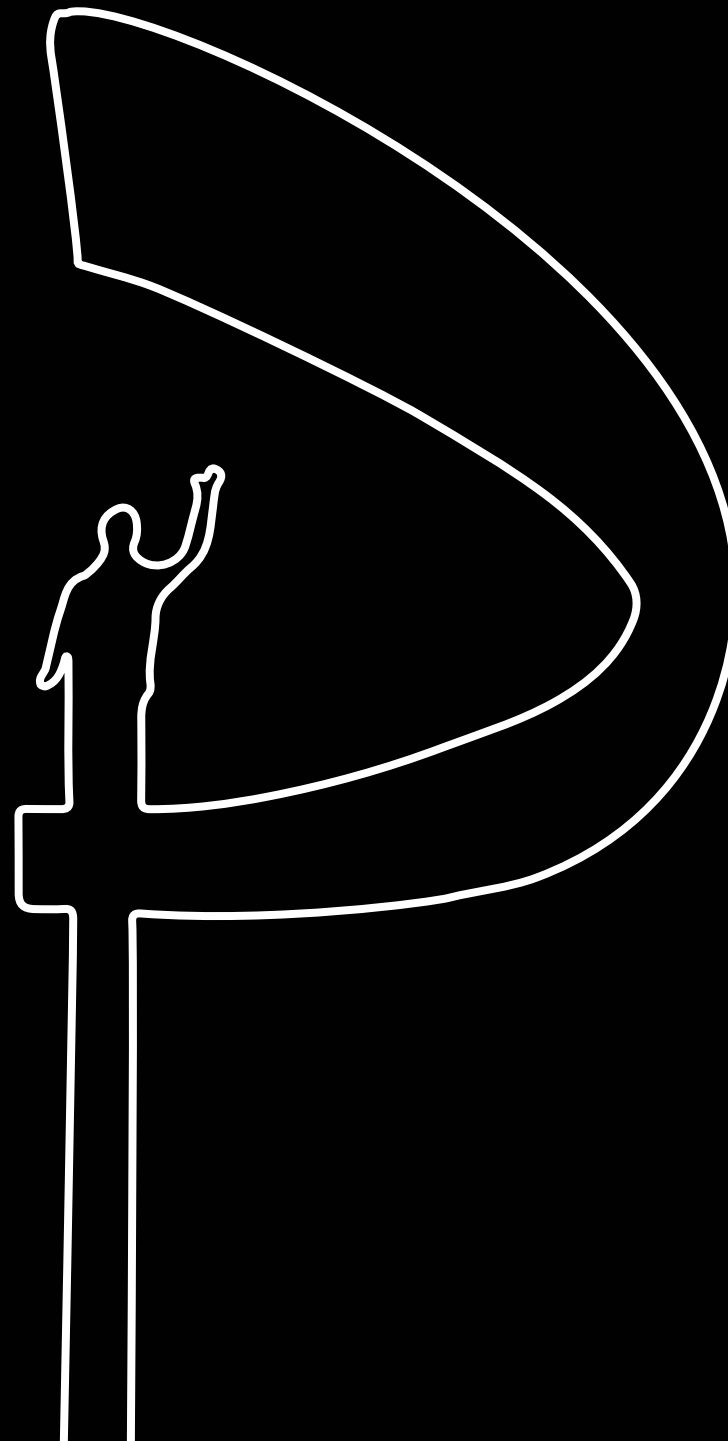


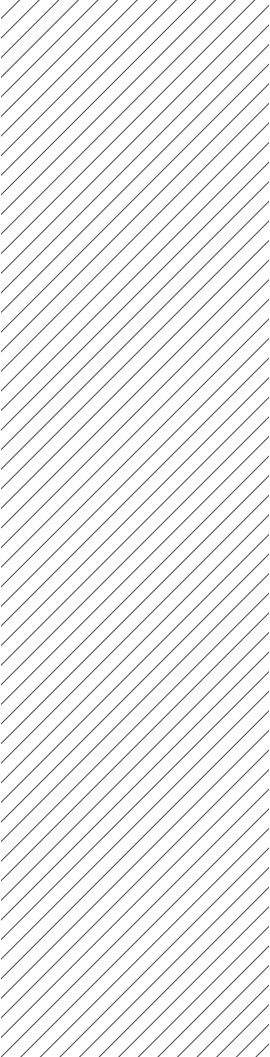
Plano Estratégico

Distrito Federal 2019-2060



ABRIL 2019





Expediente

Ibaneis Rocha

Governador

Paco Britto

Vice-Governador

Coordenação

André Clemente Lara de Oliveira

Secretário de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão

Adriane Luiza de Carvalho Lorentino

Secretária Executiva de Planejamento

Colaboração

Secretarias de Estado e respectivas vinculadas

Eumar Roberto Novacki

Casa Civil

Maria José Silva Souza de Nápolis

Defensoria Pública do DF

Severino de Souza Oliveira

Secretaria de Estado de Atendimento
à Comunidade

Aldemario Araújo Castro

Controladoria Geral do DF

Dilson Resende de Almeida

Secretaria de Estado da Agricultura,
Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Gilvan Máximo

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e
Inovação

Weligton Luiz Moraes
Secretaria de Estado de Comunicação

Adão Cândido Lopes dos Santos
Secretaria de Estado de Cultura e
Economia Criativa

Ruy Coutinho do Nascimento
Secretaria de Estado de
Desenvolvimento Econômico

Paulo Roberto Roriz
Secretaria de Estado de Desenvolvimento
da Região Metropolitana

Mateus Leandro de Oliveira
Secretaria de Estado de Desenvolvimento
Urbano e Habitação

Pedro Luiz Rodrigues
Secretaria Extraordinária de
Relações Internacionais

Izidio Santos Júnior
Secretaria de Estado de Obras e
Infraestrutura

Everardo Ribeiro Gueiros Filho
Secretaria de Estado de Projetos Especiais

Rafael de Carvalho Pullen Parente
Secretaria de Estado de Educação

Leandro Cruz Fróes da Silva
Secretaria de Estado de Esporte e Lazer

Gustavo do Vale Rocha
Secretaria de Estado de Justiça e
Cidadania do Distrito

Leocádio Rodrigues Bijos Junior
Secretaria de Estado da Juventude

José Sarney Filho
Secretaria de Estado do Meio Ambiente

Éricka Siqueira Nogueira Filippelli
Secretaria de Estado da Mulher

Valter Casimiro Silveira
Secretaria de Estado de Transporte
e Mobilidade

Vanessa Chaves de Mendonça
Secretaria de Estado de Turismo

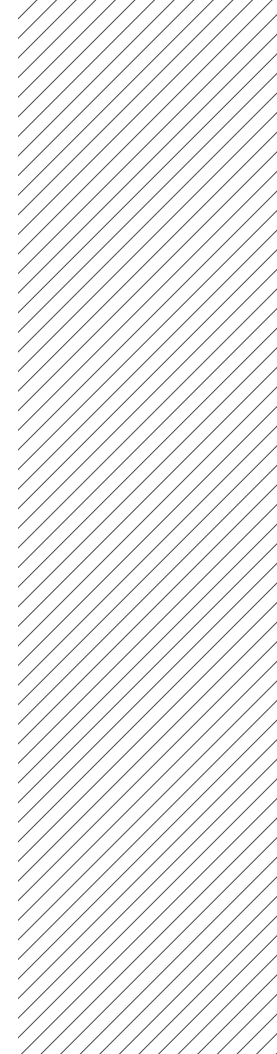
Vitor Paulo Araujo dos Santos
Secretaria de Estado de Relações
Institucionais

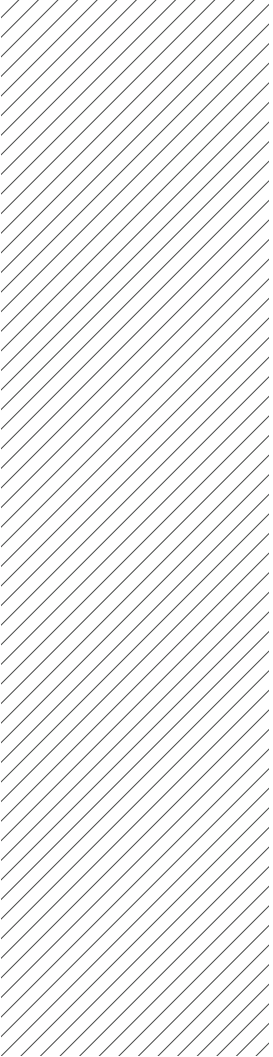
Osnei Okumoto
Secretaria de Estado de Saúde

Anderson Gustavo Torres
Secretaria de Estado de Segurança
Pública

João Pedro Ferraz dos Passos
Secretaria de Estado de Trabalho

Eduardo Alexandre Zaratz Vieira
da Cunha
Secretaria de Estado de
Desenvolvimento Social





Apoio

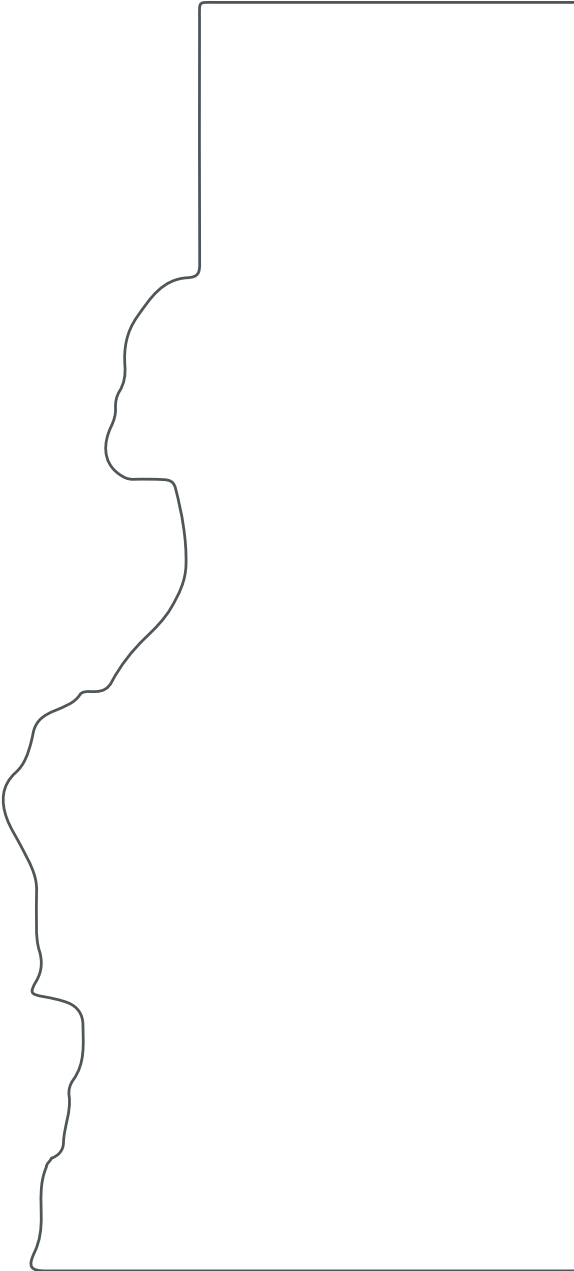
Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan)

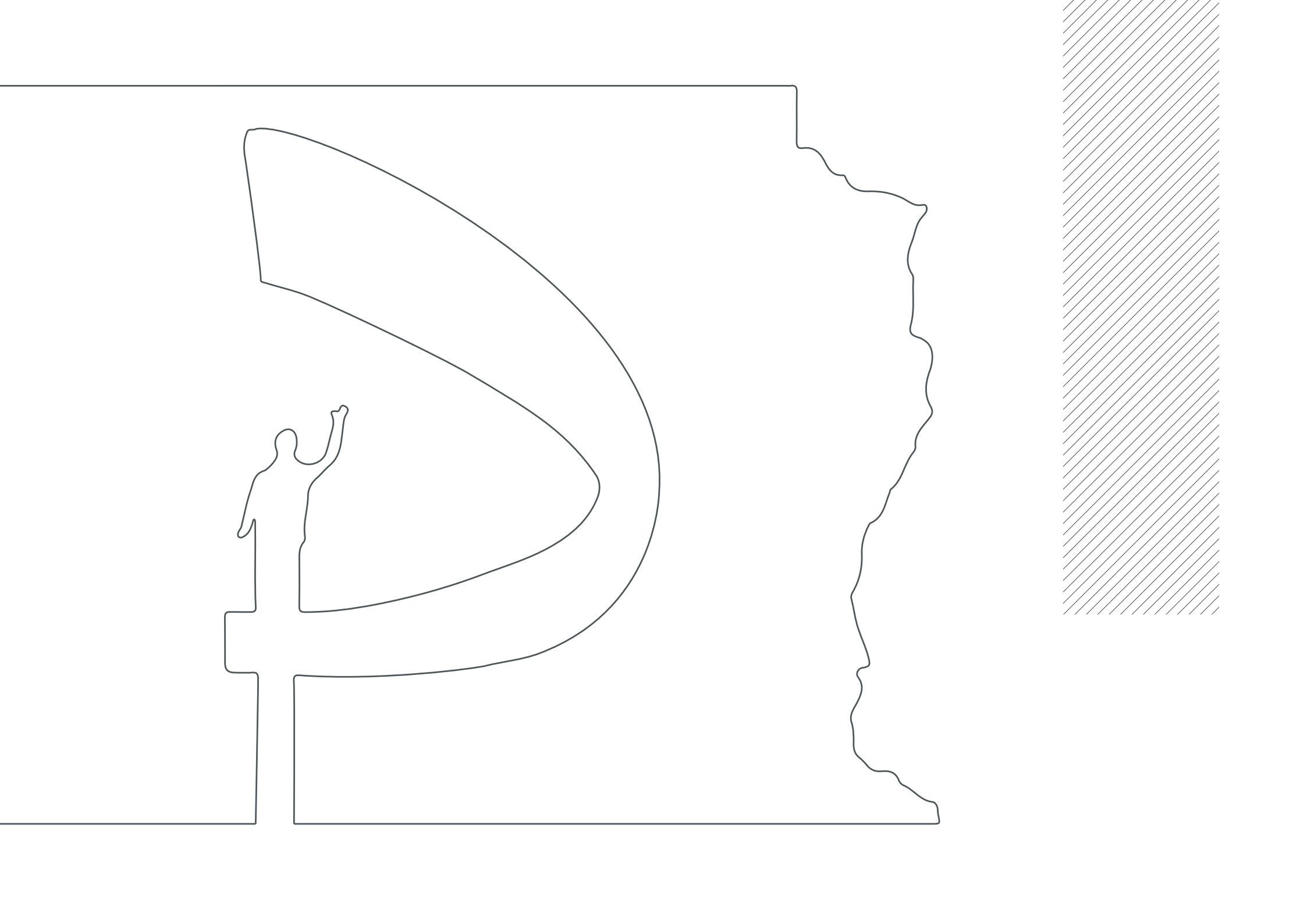
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Estratégico
do Distrito Federal (Codese/DF)

Imagens

Agência Brasília





Brasília 100 anos

Carta do Governador

Novas tecnologias têm impacto sobre o dia-a-dia das pessoas e transformam suas vidas cada vez mais rapidamente. Planejar o futuro é, portanto, um desafio ainda mais complexo e não é possível governar sem planejar.

Este Plano Estratégico do Distrito Federal 2019-2060 traz propostas que desenham nossa cidade até o seu centenário. E para que funcione de maneira perene, vamos revisá-lo anualmente, introduzindo mudanças que certamente se farão necessárias, dado o rápido avanço tecnológico.

A partir das prioridades identificadas no agora, construiremos as políticas públicas para os anos que virão. O Distrito Federal é um ente único da federação e assim deve ser tratado. Diante desse cenário, nossa visão de futuro precisa ser singular e respeitar as conquistas alcançadas até aqui.

O espírito pioneiro do fundador, Juscelino Kubitschek, aliado ao incansável trabalho dos que ergueram Brasília a partir do zero e em apenas 1.000 dias deve ser nossa inspiração, nossa orientação. Nosso objetivo é resgatar a concepção original da criação da nova capital - síntese que representa um país dinâmico.

O conceito de cidade inteligente já vem sendo trabalhado. O cidadão terá todos os serviços públicos prestados de forma eficiente e ao alcance das mãos, por meio de aplicativos de telefone. Esse trabalho deve ser planejado criteriosamente para que a evolução seja constante e com foco na eficiência.

A reorganização da economia do Distrito Federal é uma realidade em construção, para que possamos ir além da atividade de serviços e dos servidores públicos.

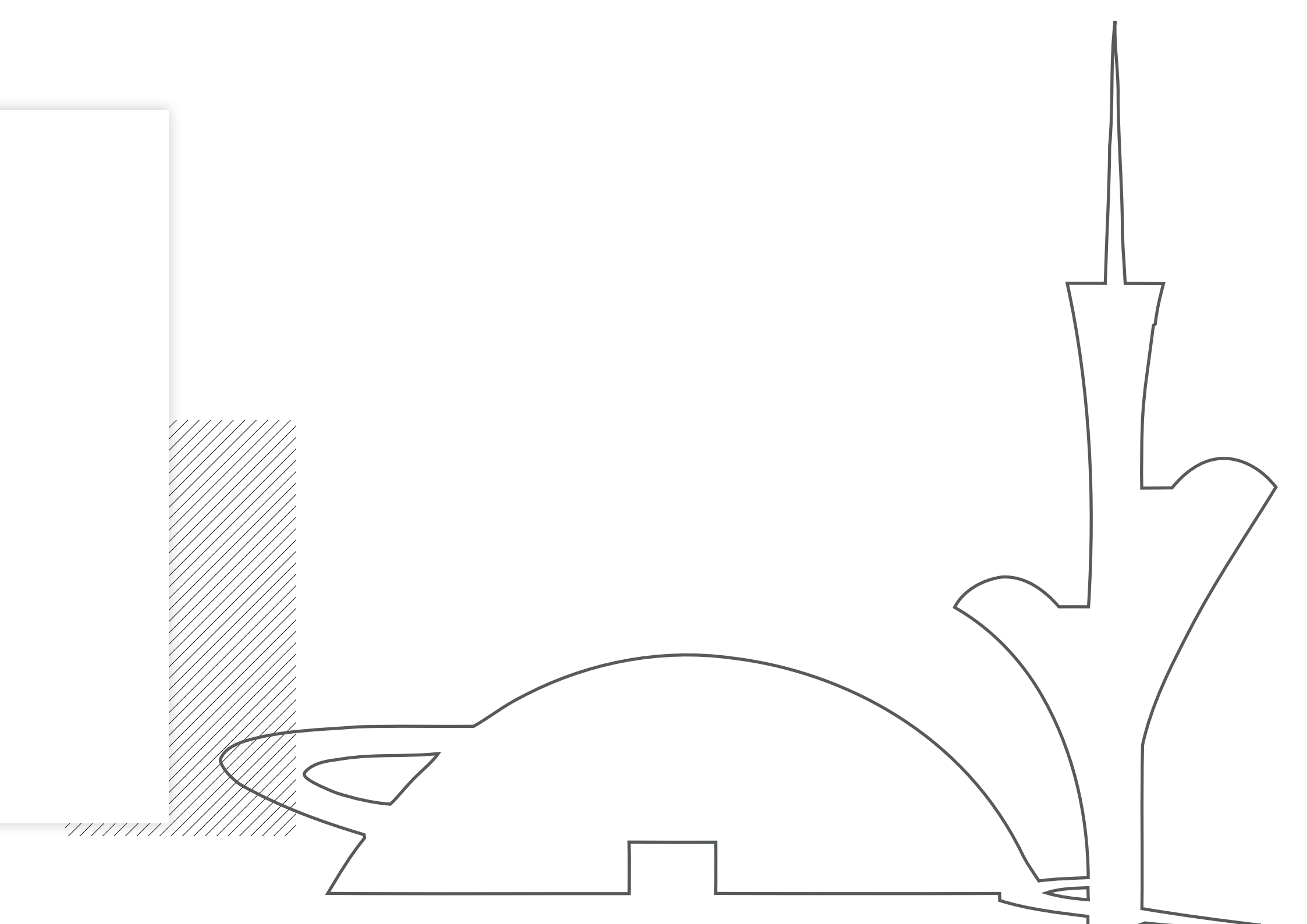
E para isso vamos perseguir esse caminho, abraçar vocações. Assim venceremos um dos grandes desafios que o futuro apresenta: a geração de emprego e renda.

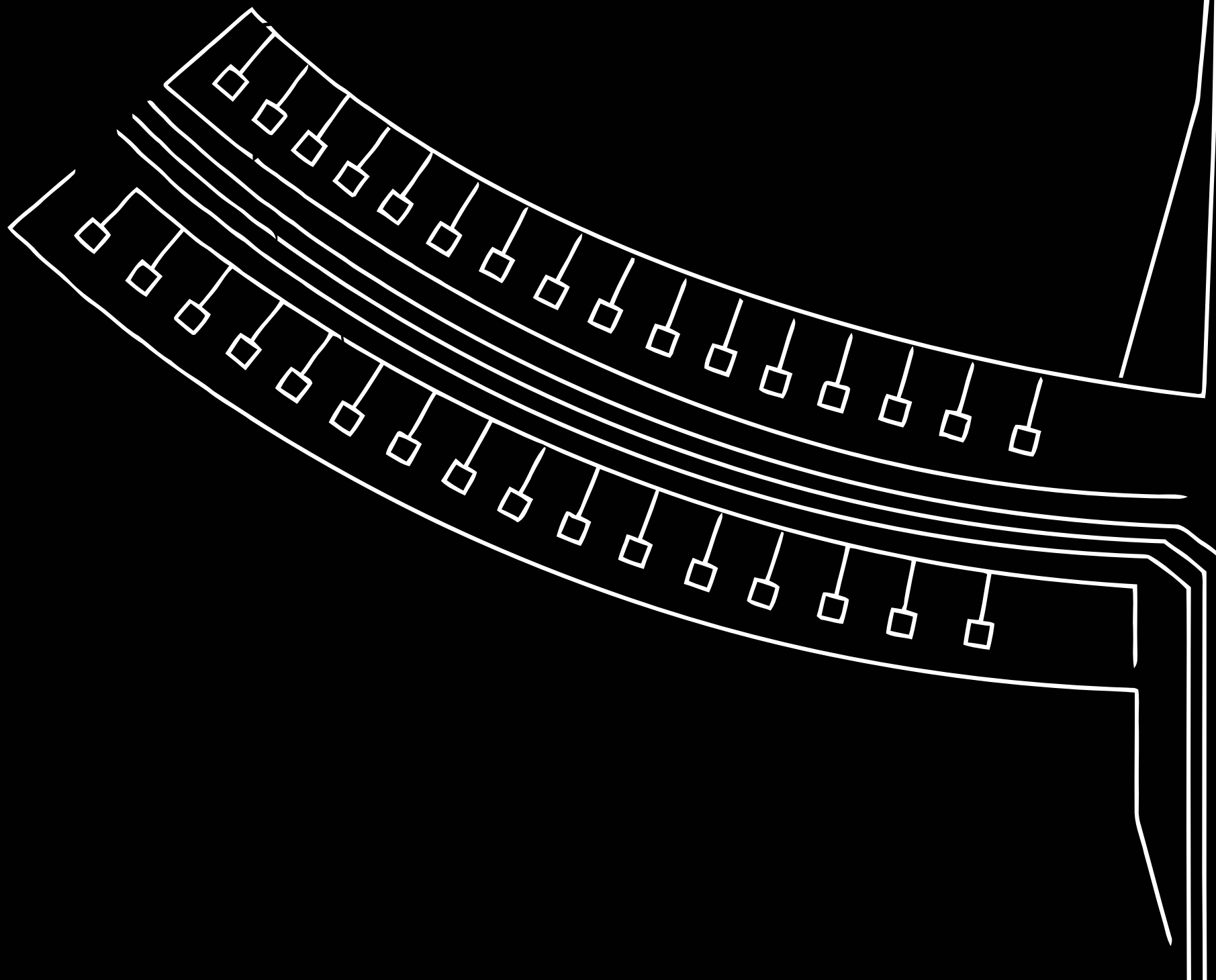
A cidade não para de crescer. É preciso nos prepararmos para ter a saúde pública mais eficiente, a segurança mais abrangente, a educação como condutora de um futuro melhor. Ao mesmo tempo, é fundamental cuidar do meio ambiente, identificando as soluções mais criativas e sustentáveis.

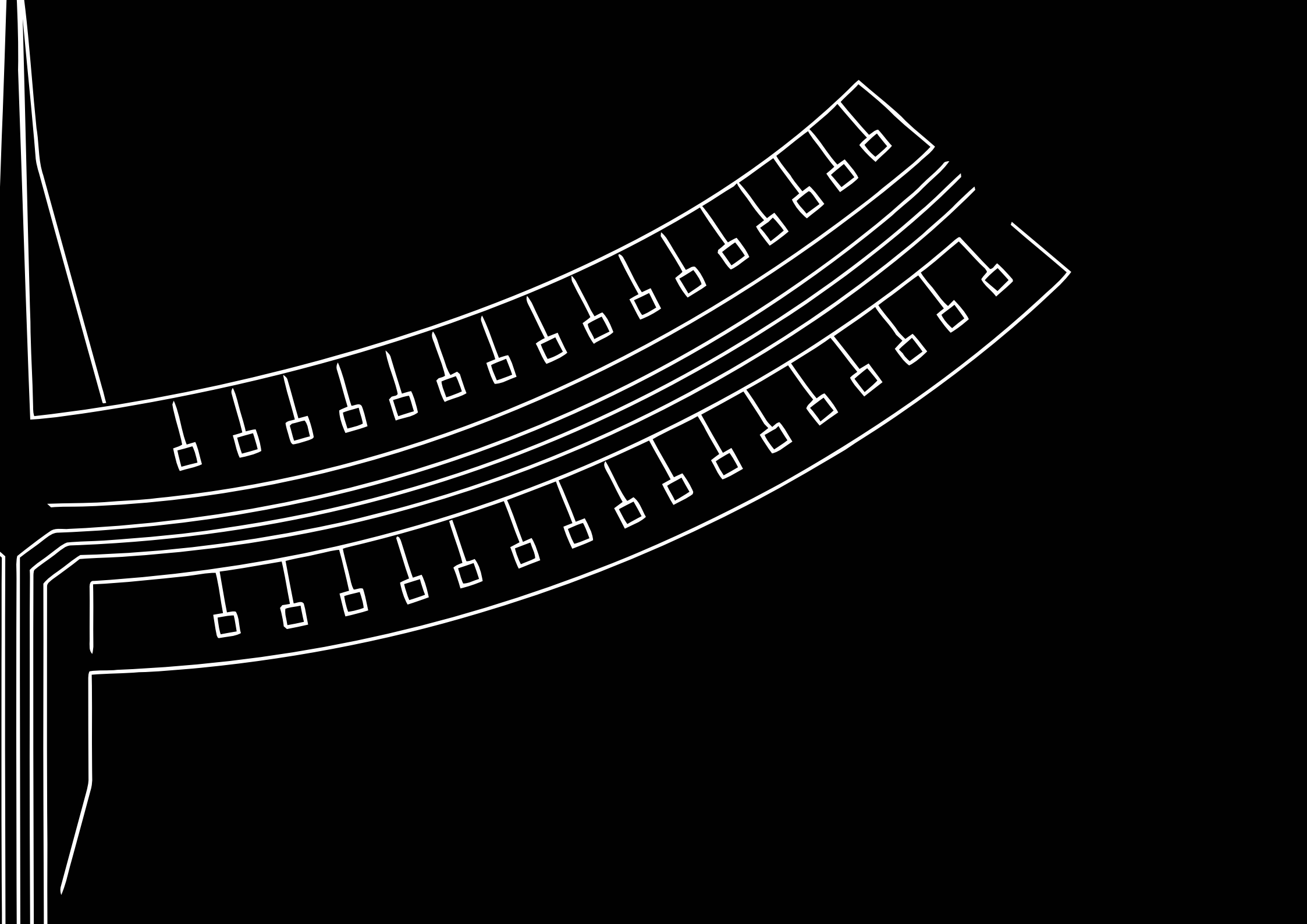
Brasília está chegando aos 60 anos cheia de desafios a vencer. É preciso pensar mais à frente, preparar o terreno para que o crescimento ocorra com responsabilidade e respeito à qualidade de vida de todos.

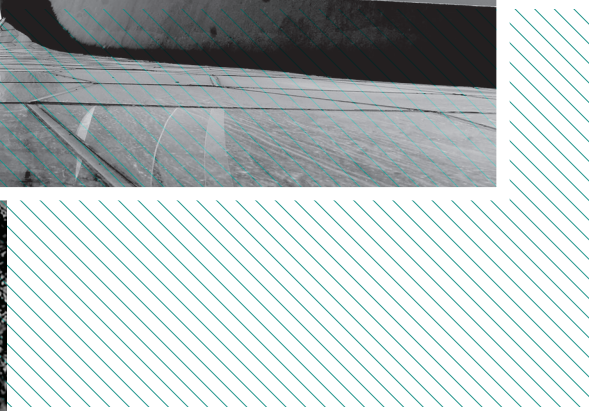
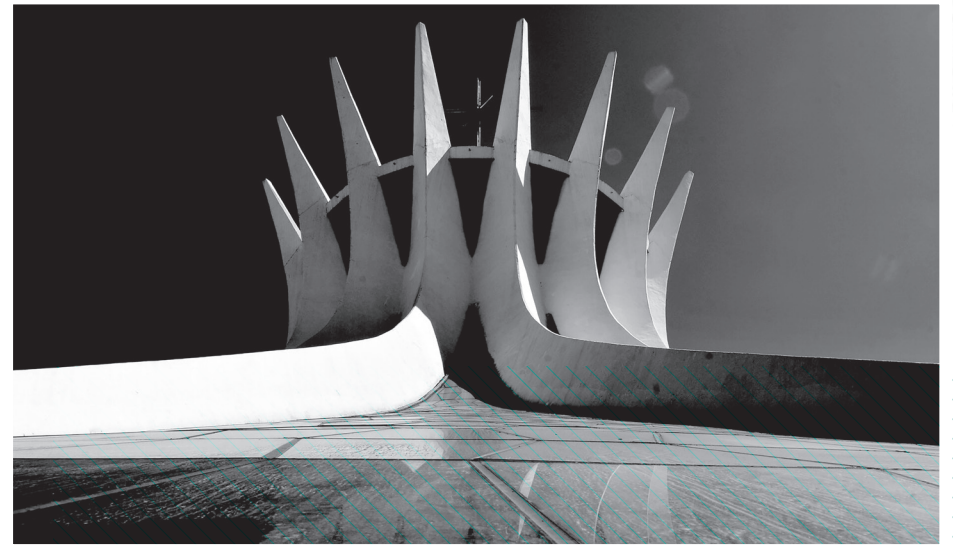
Bem-vindos ao futuro!

Ibaneis Rocha











Este documento está estruturado em duas partes e anexos. Introdução, com apresentação dos fundamentos e das metodologias utilizadas para a definição da estratégia. E Plano Estratégico propriamente dito, com exposição dos eixos temáticos definidos.

Sumário

01. Introdução

- 1.1 Fundamentos do Plano Estratégico, Missão e Visão
- 1.2 Caracterização do Distrito Federal
- 1.3 Organização do Plano
- 1.4 Eixos Temáticos
- 1.5 Tendências de Futuro
- 1.6 Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- 1.7 Batalhas que precisam ser vencidas
- 1.8 Objetivos e Resultados-Chave
- 1.9 Painel de Batalhas

02. Plano Estratégico

- 2.1 Gestão e Estratégia
- 2.2 Saúde
- 2.3 Segurança
- 2.4 Educação
- 2.5 Desenvolvimento Econômico
- 2.6 Desenvolvimento Social
- 2.7 Desenvolvimento Territorial
- 2.8 Meio Ambiente

03. Anexos

- 3.1 Processo de Monitoramento
- 3.2 Catálogo de Iniciativas



“

Brasília, por sua essência, é a materialização do futuro sonhado para o Brasil, que sempre buscou ser a representação de um novo mundo.

01. Introdução

1.1 Fundamentos do Plano Estratégico, Missão e Visão

Construída para estimular o crescimento da economia mediante a interiorização e a integração entre todas as regiões, Brasília constituiu a meta-síntese do Plano de Metas de JK, com o lema “cinquenta anos em cinco”. Desde a sua idealização até os dias atuais, Brasília reflete o êxito da execução de um plano.

Brasília, por sua essência, é a materialização do futuro sonhado para o Brasil, que sempre buscou ser a representação de um novo mundo. Sua concepção urbanística e arquitetônica influencia inúmeras cidades no mundo, pois nenhum cidadão brasileiro ou de qualquer outra nacionalidade consegue associá-la a outro lugar.

Essa singularidade trouxe à tona a necessidade de estabelecer fundamentos para elaboração deste Plano, que nos conduzirá ao centenário de Brasília, razão de ser do Distrito Federal.

É preciso tomar como base uma visão de longo prazo, respeitando sua vocação de ser a cidade síntese do futuro – este é o primeiro fundamento.

O segundo fundamento traduz o compromisso com os cidadãos, portanto é necessário que se tenha sinceridade e clareza com a população. Assim será possível construir legados para as próximas gerações.

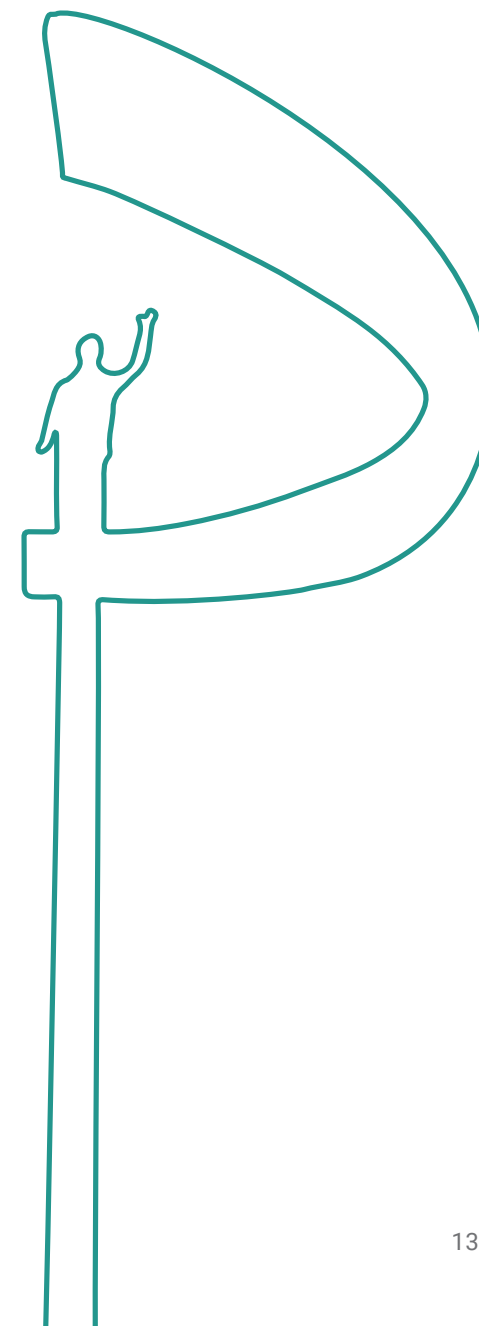


O sonho de representar o Brasil do futuro fez com que milhares de brasileiros se sentissem encorajados a fazer parte dessa história.

O Distrito Federal tem por atribuição prover políticas públicas de competência de estados e municípios, então a dinâmica do serviço público, suas rotinas e características prevalecem sobre a concepção original da cidade. O terceiro fundamento consiste em pensar a cidade com essa dupla competência.

O sonho de representar o Brasil do futuro fez com que milhares de brasileiros se sentissem encorajados a fazer parte dessa história, com a percepção de que nesta cidade o desenvolvimento socioeconômico não é uma utopia e sim uma construção possível, constituindo-se no quarto fundamento.

Os fundamentos aqui anunciados foram utilizados para elaboração deste Plano Estratégico, que contribuirá para a melhoria da infraestrutura, a modernização de sistemas, o fortalecimento da legislação e a valorização de pessoas.



Esse conjunto de resgates e aspirações fez com que a elaboração da missão e da visão surgissem de forma quase imediata. E assim, com a fé renovada em nosso futuro e com a plena ciência dos desafios do presente, que declaramos:

Missão

"Garantir dignidade a seus habitantes e ser acolhedora aos seus visitantes"

Visão

"Ser a Cidade síntese do futuro"

André Clemente Lara de Oliveira

Secretário de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão





Com características de indivisibilidade do território em municípios definidas constitucionalmente, a capital se organiza em Regiões Administrativas (RA)

1.2 Caracterização do Distrito Federal

O Distrito Federal, território autônomo que faz parte do planalto central, ocupa uma área de 5.779 km². Está situado no encontro dos afluentes de três rios brasileiros: o Rio Maranhão (afluente do Rio Tocantins), o Rio Preto (afluente do Rio São Francisco) e os rios São Bartolomeu e Descoberto (afluentes do Rio Paraná), a cerca de 1.000 metros acima do nível do mar.

Possui clima tropical, com variações de temperatura média que vão de 13°C a 28°C e períodos de chuva e de seca alternados durante o ano. Ocupado pelo cerrado, com mais de 11.000 espécies de plantas, diversidade de fauna acima de 2.000 registros e vegetação diferenciada, incluindo o ipê-amarelo.

Com características de indivisibilidade do território em municípios definidos constitucionalmente, a capital se organiza em Regiões Administrativas (RA), integrantes da estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal.



A Capital Federal recebe, predominantemente, pessoas entre 20 e 29 anos, de ambos os gêneros, de classe média e alta.

Perfil Demográfico

O perfil demográfico do Distrito Federal em relação ao somatório da população brasileira pouco se difere quando consideradas as distribuições por gênero e por faixa etária, havendo prevalência de jovens do sexo feminino, principalmente devido às imigrações das duas últimas décadas. A Capital Federal recebe, predominantemente, pessoas entre 20 e 29 anos, de ambos os gêneros, de classe média e alta.

A maior diferença entre a pirâmide etária do Distrito Federal e as das demais unidades federativas está no alargamento na base da pirâmide, mesmo com a redução da taxa de natalidade e a prevalência de mulheres sobre homens, conforme observado nos gráficos 1 e 2. Analisadas as regiões administrativas em separado, observam-se poucas mudanças significativas em relação ao todo.

A densidade demográfica do Distrito Federal é superior à média brasileira e aponta uma maior concentração populacional nas regiões administrativas das áreas centrais e do oeste (Ceilândia, Taguatinga, Recanto das Emas, Candangolândia, Cruzeiro, Sudoeste), bem como Varjão e São Sebastião. As regiões menos densas são Lago Sul, Lago Norte, SIA, Jardim Botânico e Plano Piloto.

Gráfico 1

Brasil e Distrito Federal Pirâmide etária 2019

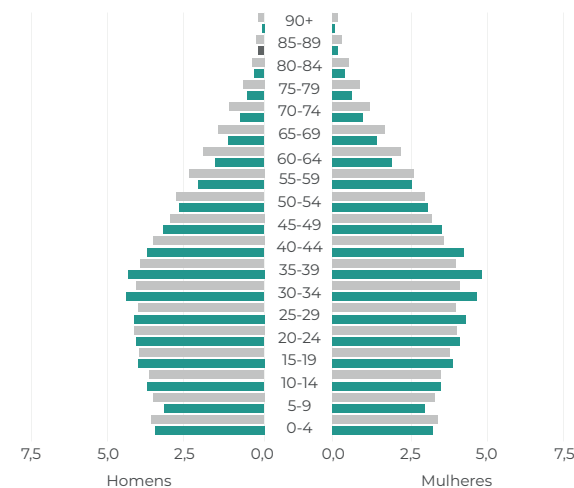
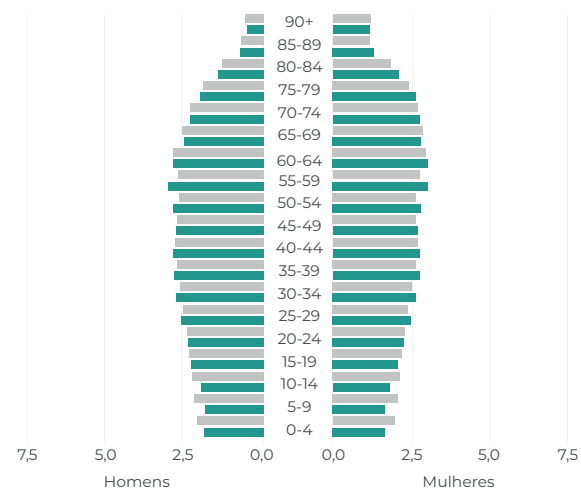


Gráfico 2

Brasil e Distrito Federal Pirâmide etária projeção 2060

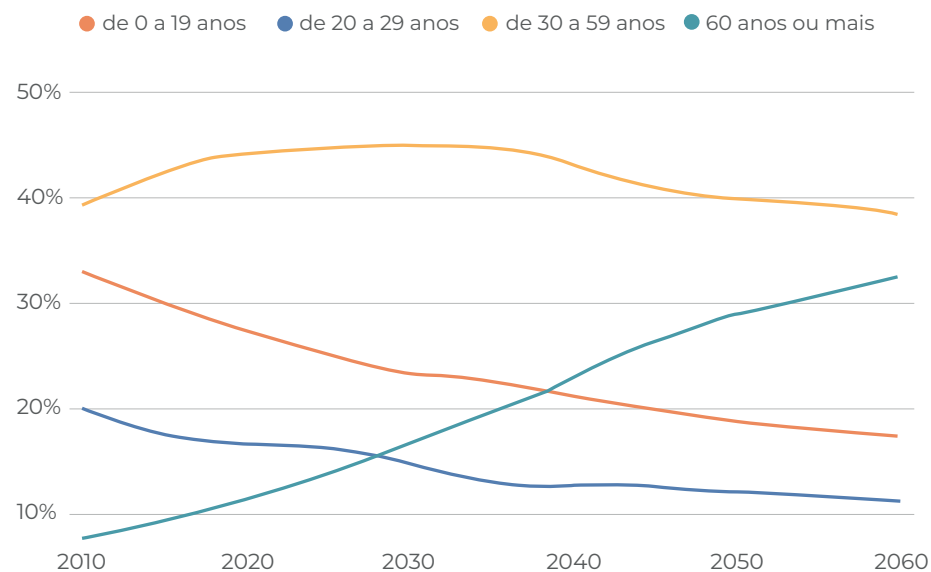


Legenda: Brasil: Distrito Federal:

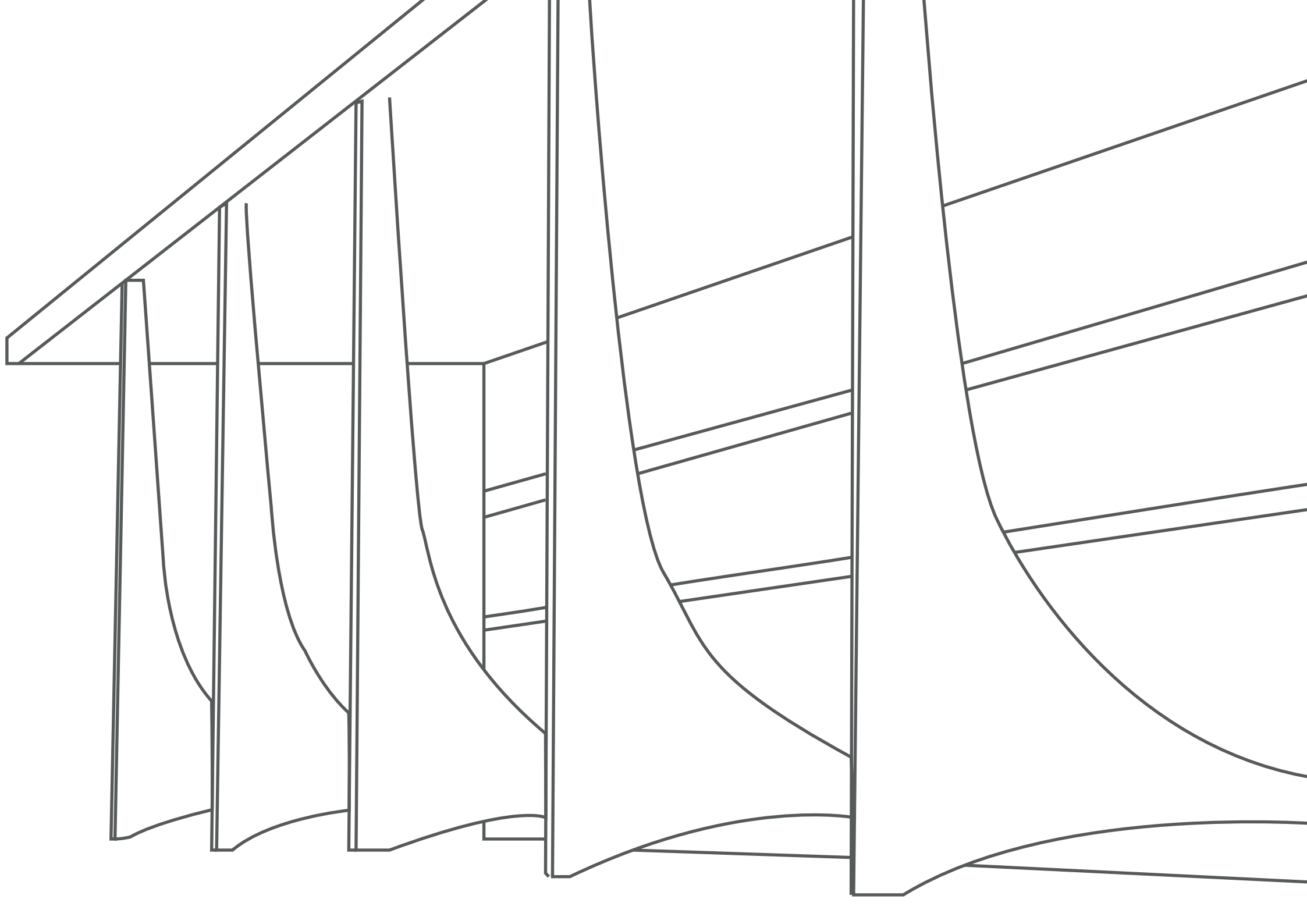
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é responsável pela realização de levantamentos demográficos decenais, pela estimativa para os anos em que não são realizadas sondagens, bem como projeções para o futuro. A estimativa atual aponta para a adição de um brasiliense a cada 13 minutos e 4 segundos, o que totaliza, aproximadamente, 110 pessoas a mais por dia. A partir dos dados do Instituto, é possível prever a distribuição da população em faixas etárias ao longo das próximas décadas, quando se observa um crescimento gradativo da população acima de 60 anos e uma redução significativa de crianças, adolescentes e jovens adultos, conforme apresentado no gráfico 3.

Gráfico 3

Projeção Populacional do Distrito Federal

Fonte: elaboração própria





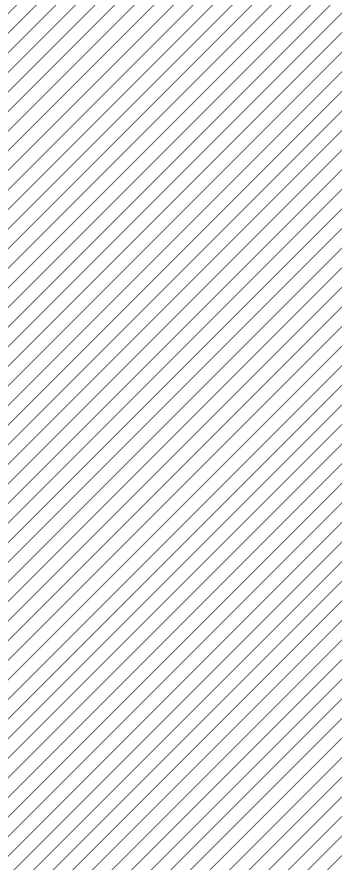
1.3 Organização do Plano

A metodologia estabelecida para o processo do planejamento estratégico inovou ao aplicar, no setor público, conceitos de planejamento antes utilizados tão somente no setor privado. Diante disso, foram definidas as principais premissas para elaboração e monitoramento do Plano:

1. Planejamento como plataforma para priorização de ações: definir o que é estratégico, em contraposição ao que é importante, é o grande desafio ao se planejar ações de um governo complexo como o do Distrito Federal.
2. Indicadores finalísticos para acompanhar, mensurar e avaliar o desempenho do governo: na perspectiva de se orientar os resultados-chave por índices que trazem a visão do resultado finalístico, optou-se por aqueles que representam os impactos gerados pelas ações de governo.
3. Metodologias adaptadas à realidade do Distrito Federal: para se elaborar o Plano Estratégico do Distrito Federal, duas principais metodologias serviram de pilares conceituais: *Objectives and Key Results* (OKR) e *Must Win Battles* (MWB). Durante a execução das atividades, uma série de adaptações foi realizada a fim de garantir a adequação da metodologia à realidade do Distrito Federal. A teoria deve ajudar a prática e não torná-la mais difícil.
4. Estruturação dos focos temporais: no horizonte temporal mais próximo, a análise foi rigorosa e pormenorizada, com foco em cenários de curto e médio prazos. No horizonte temporal mais distante, que por norma é difuso e de âmbito geral, o Plano foi pautado por tendências que auxiliarão sua revisão na medida em que as incertezas forem diminuindo.
5. Planejamento estratégico como forma de aprendizagem organizacional: o Plano Estratégico resultante deste trabalho será o documento norteador dos esforços do governo para realização de seus objetivos estratégicos, devendo tornar-se uma poderosa ferramenta de aprendizagem organizacional.

A imagem 1 sintetiza os focos temporais que estabelecem o alcance deste Plano, em uma perspectiva de curto, médio e longo prazo





1.4 Eixos Temáticos



O Plano Estratégico do Distrito Federal 2019-2060 foi elaborado a partir de oito eixos temáticos, com a definição de batalhas, resultados-chave, iniciativas e tendências, que metodologicamente os compõem.

Seguindo os fundamentos, optou-se por uma abordagem que resultou em um modelo objetivo e com clara compreensão de quais são os principais focos do governo. Assim, foram utilizados os conceitos de desenho de uma cadeia de valor.

A cadeia de valor representa as atividades realizadas pela organização para entregar resultados aos seus clientes que, para as organizações públicas, são a própria sociedade.

Em uma primeira análise, é possível avaliar que a sociedade legitima um determinado governo a partir dos seus votos e lhe concede os recursos necessários para a prestação dos serviços, por meio do pagamento de tributos. Diante disso, o governo organiza-se a fim de garantir a eficácia da arrecadação, a integridade, a governança e a transparência para a adequada alocação dos recursos na prestação dos serviços públicos.

Tem-se assim a definição do primeiro eixo temático Gestão e Estratégia, conforme representado na imagem 2



A sociedade legitima um determinado governo a partir dos seus votos e lhe concede os recursos necessários para a prestação dos serviços, por meio do pagamento de tributos.

Imagem 2



Na sequência, três eixos foram definidos de acordo com as principais políticas públicas ofertadas: Saúde, Segurança e Educação. Esses setores juntos representam entre 70% e 80% da força de trabalho e do orçamento do governo.

Os demais eixos temáticos foram definidos a partir da análise das principais demandas da sociedade, fundamentais para garantia da qualidade de vida dos cidadãos.

O eixo Desenvolvimento Econômico, que corresponde às ações relacionadas ao

crescimento e à diversificação da economia, foi criado com foco na melhoria do ambiente de negócios para geração de emprego e renda.

As políticas de proteção, assistência e promoção social compõem o eixo temático de Desenvolvimento Social.

O penúltimo eixo, Desenvolvimento Territorial, foi definido a partir da identificação do conjunto de serviços que vão da garantia à habitação, à infraestrutura urbana, à mobilidade, até a convivência no território.

Por fim, o eixo temático Meio Ambiente trata das políticas relacionadas ao saneamento básico, à diversificação da matriz energética e à preservação e proteção ambiental.

Os eixos temáticos devem ser analisados pelo viés da transversalidade, uma vez que as políticas públicas têm relação sistêmica.

Os ícones utilizados para identificação visual dos oito eixos temáticos do Plano Estratégico do Distrito Federal estão apresentados na figura abaixo



Eixo
**Gestão e
Estratégia**



Eixo
Saúde



Eixo
Segurança



Eixo
Educação



Eixo
**Desenvolvimento
Econômico**



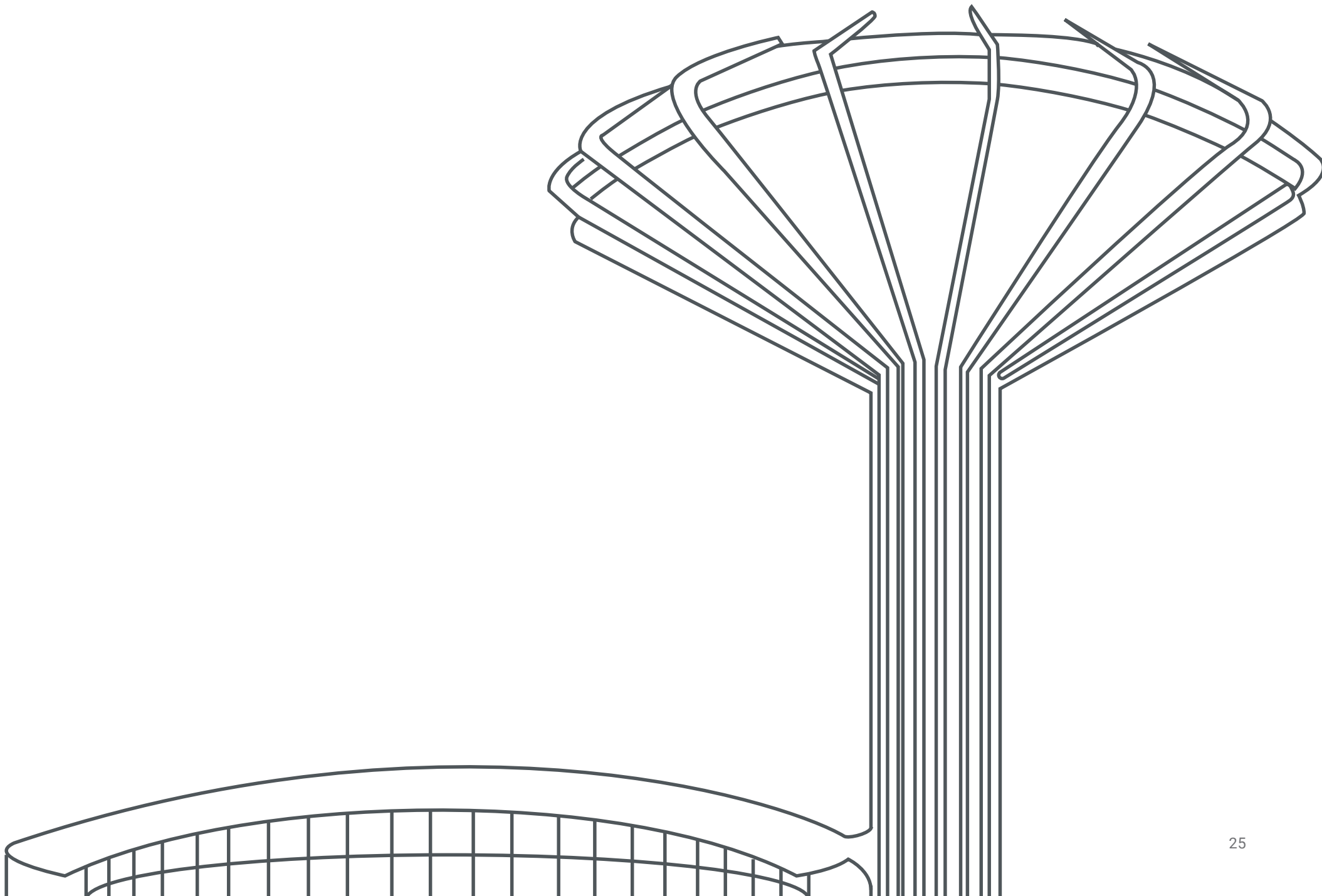
Eixo
**Desenvolvimento
Social**



Eixo
**Desenvolvimento
Territorial**



Eixo
Meio Ambiente



1.5 Tendências de Futuro

Para a formulação dos cenários de futuro foram utilizados relatórios e pesquisas disponíveis que prospectaram tendências para médio e longo prazos. Optou-se por uma abordagem objetiva que resulta em visões práticas para cada um dos oito eixos. Esses documentos foram selecionados de acordo com a necessidade da cobertura de diversas abrangências territoriais:

- Tendências internacionais, com foco nos impactos na América Latina –relatório “América Latina e Caribe: Tendências para 2030”, elaborado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Atlantic Council.
- Tendências internacionais, com foco nos impactos no Brasil – “Megatendências Mundiais 2030: Contribuição para um debate de longo prazo para o Brasil”, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA).
- Tendências locais

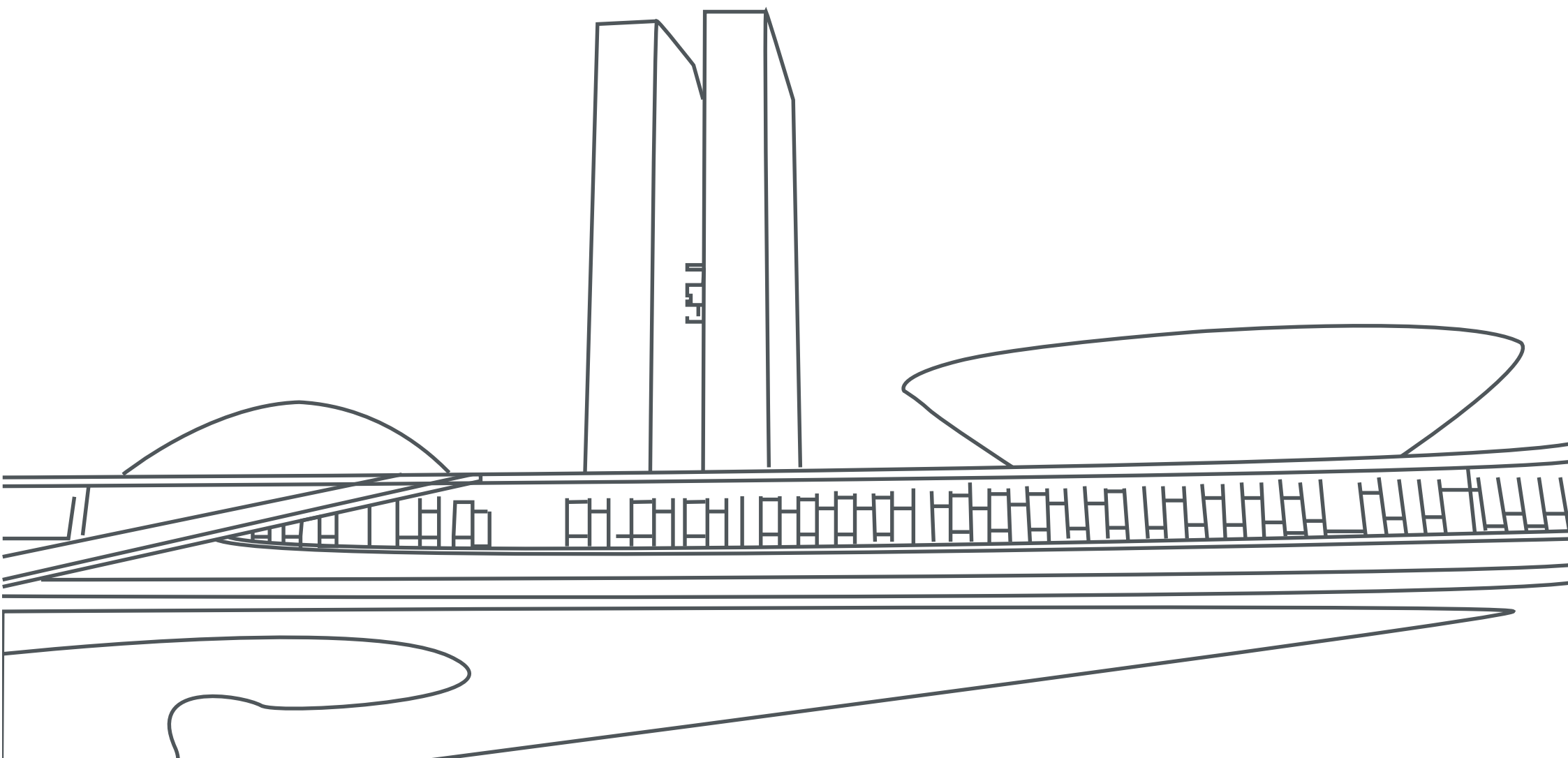
O corpo técnico da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) contribuiu identificando tendências de médio e longo prazos para cada eixo do Plano.

Documento “O DF que a gente quer!”, elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Estratégico do Distrito Federal (Codese/DF).

Na sequência, esse conteúdo foi aprimorado pela contribuição de três grupos:

- Especialistas do governo: os técnicos indicados pelos órgãos apresentaram contribuições, apontando tendências locais para o DF.
- Especialistas setoriais: profissionais com experiência na coordenação de políticas nas esferas federal e estadual colaboraram com análise e abordagem crítica do conteúdo.
- Especialistas do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT): colaboraram com sugestões e disponibilização de estudos de prospecção.

Por fim, restringiu-se para cada eixo o número de cinco a nove tendências, que auxiliaram na definição das iniciativas de curto e médio prazos e contribuirão para o acompanhamento do cenário de longo prazo. Com o direcionamento dado ao curto prazo buscou-se contornar os desafios e aproveitar as vantagens apontadas no longo prazo.



1.6 Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Em 2015, representantes dos 193 Estados-membros da ONU, incluindo o Brasil, comprometeram-se a tomar medidas ousadas e transformadoras para a promoção do desenvolvimento sustentável, que visa atender as necessidades da geração atual sem comprometer as futuras. Esse compromisso materializou-se na Agenda 2030, que consiste em um

plano de ação para pessoas, planeta e prosperidade, na busca do fortalecimento da paz universal por meio de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e suas respectivas metas.

Ao abordar os ODS, com suas metas e indicadores, na elaboração do Plano Estratégico vislumbrou-se a possibilidade

de posicionar o Distrito Federal nos cenários nacional e mundial, tendo em vista que todas as nações signatárias do documento se comprometeram a implementar a Agenda 2030. Para tanto, foram correlacionados os 17 ODS aos oito eixos do Plano.



1.7 Batalhas que precisam ser vencidas

O método *Must Win Battles* (MWB) em tradução livre, Batalhas que Precisam ser Vencidas, define as aspirações de médio e curto prazos para a organização. Esta abordagem tem o objetivo de estabelecer base para a escolha de iniciativas que serão realizadas em um período de tempo determinado. Embora seja um método consolidado principalmente no contexto de empresas privadas, a adaptação deste modelo para o âmbito da administração pública brasileira é inovadora.

A escolha da metodologia se deu por dois fatores: primeiro, as batalhas são uma oportunidade de aproximar os dirigentes políticos do planejamento estratégico — os textos enunciados pelas batalhas podem tornar-se lemas de governo, se integrarem o discurso oficial. Segundo, as batalhas também são plataformas que permitem acoplagem de resultados-chave e iniciativas, sendo instrumentos para definir objetivos estratégicos.

Foram estabelecidos quatro critérios para a definição das batalhas:

Fazer a Diferença: a batalha deve causar um salto de desempenho em toda a extensão dos serviços que abrange. Deve-se evitar batalhas de impacto limitado, pois normalmente são fruto da paixão de um único gestor.

Ser orientada ao cidadão: batalhas devem ter como foco os principais destinatários dos serviços públicos – o cidadão.

Ser específica e tangível: batalhas devem ser mensuráveis, de modo a situar a administração pública no contexto em que está inserida.

Gerar engajamento: batalhas devem ser empolgantes e focar em objetivos coletivos vistos como desafiadores.

1.8 Objetivos e Resultados-Chave

Definidas as diretrizes e prioridades de governo, restou escolher um método pelo qual fosse possível mensurar o desempenho da gestão pública do Distrito Federal. Optou-se por agregar outra metodologia utilizada no mercado privado, *Objectives and Key Results* (OKR), em tradução livre, Objetivos e Resultados-Chave.

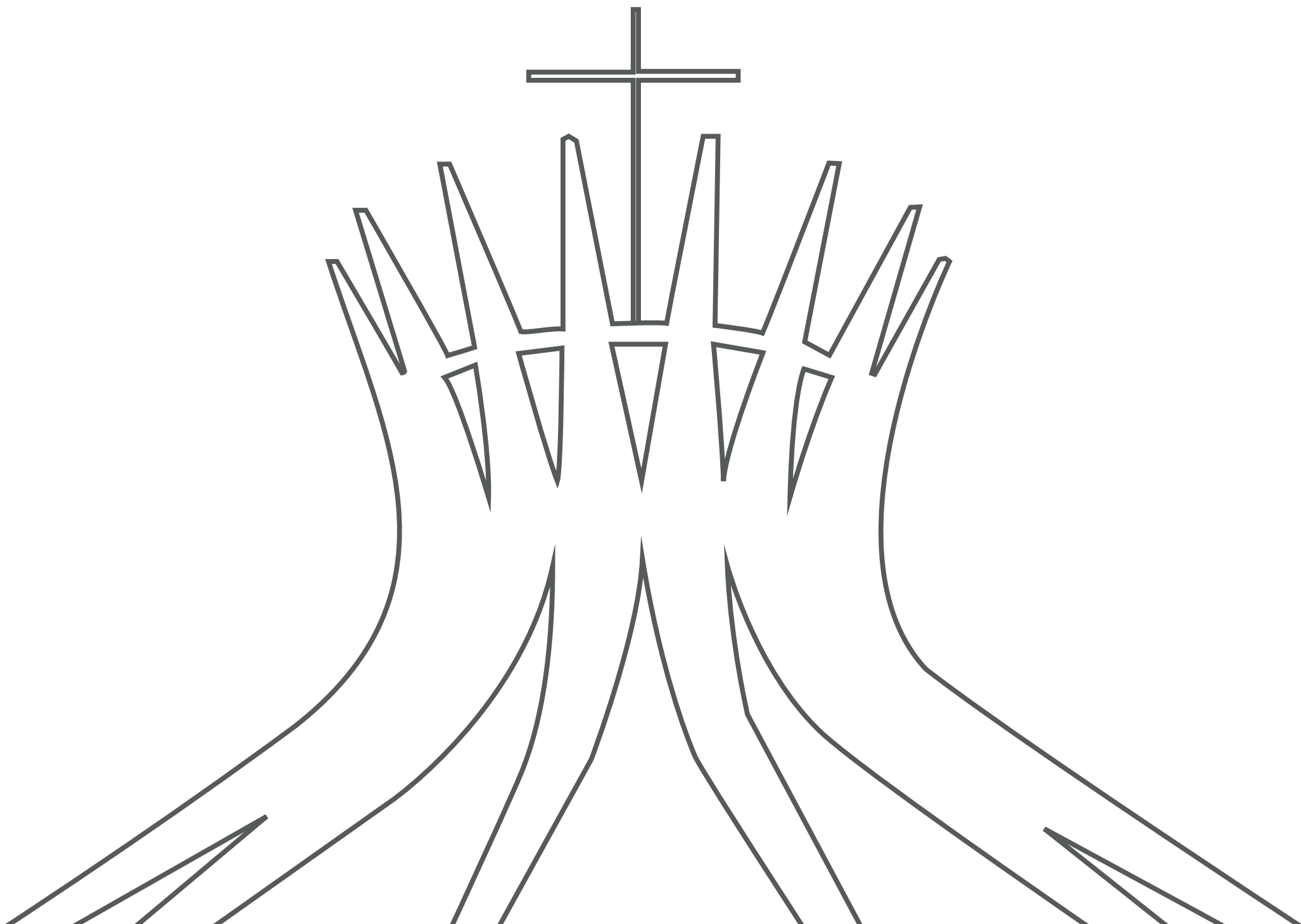
O OKR é um sistema de definição de metas bastante utilizado por organizações do ramo de tecnologia, desde gigantes como a Google, até a maioria das startups da área. A predileção dessas organizações por esta abordagem é justificada pelo mesmo fator que a torna ideal para o Plano Estratégico: unir um objetivo, que traz prioridade e engajamento, a uma meta, que sinaliza a performance ideal. O OKR é uma abordagem versátil, que permite correção de rumo caso ocorram mudanças no contexto da organização. Foram estabelecidos quatro critérios para sua definição:

Metas Ágeis: ao invés de usar um planejamento estático, o OKR usa uma abordagem ágil, com ciclos curtos de metas, possibilitando ao Distrito Federal adaptar-se e responder a mudanças.

Simplicidade: os resultados-chave são de fácil entendimento, trazendo maior alinhamento entre governo e sociedade.

Transparência: os resultados-chave devem ser públicos para todos os segmentos da administração pública e da sociedade.

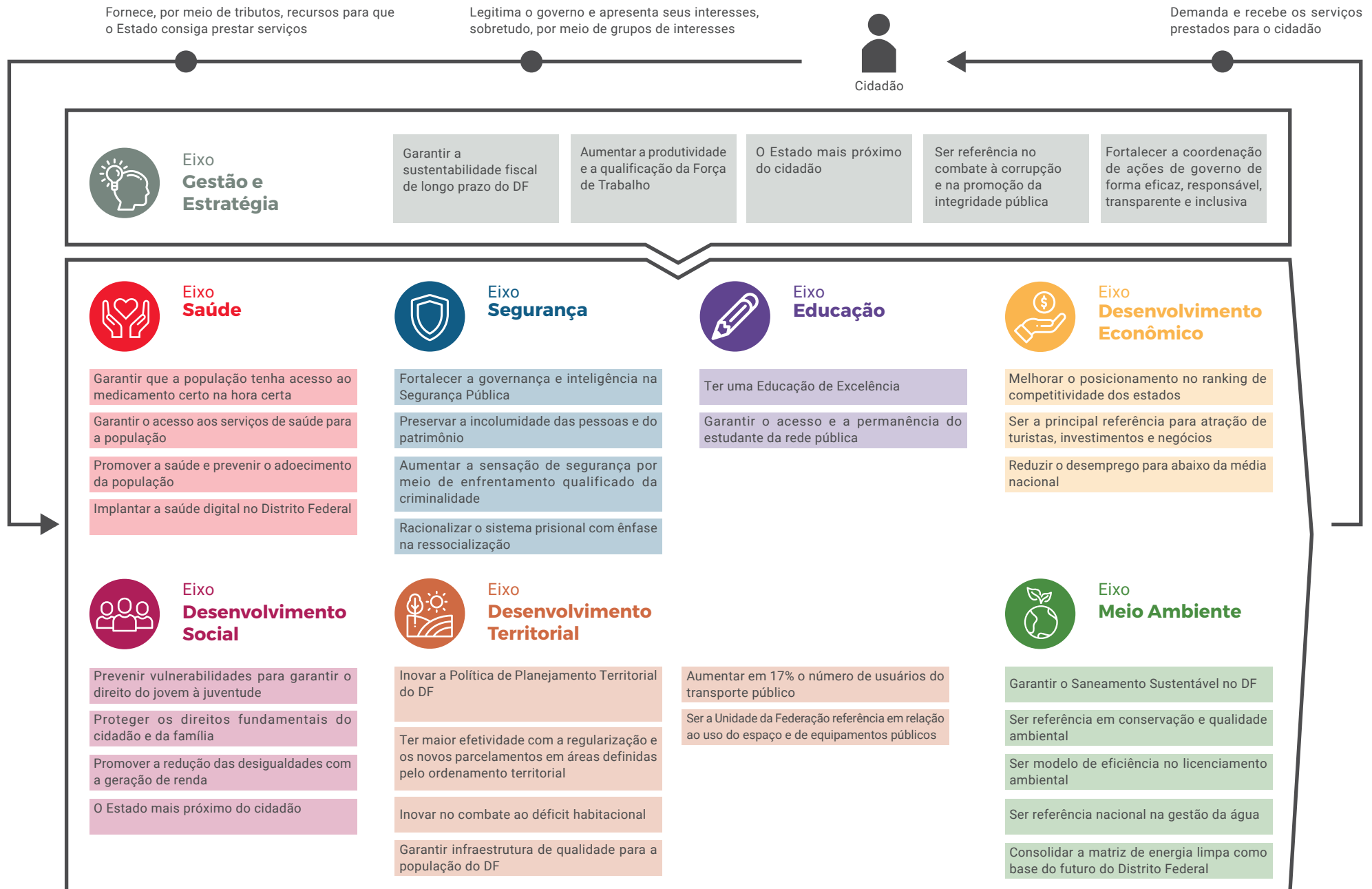
Definição Bidirecional de Metas: o resultado-chave deve ser definido por meio de uma abordagem que é simultaneamente de *bottom-up* e *top-down*, em vez do modelo tradicional de cascadeamento de metas.

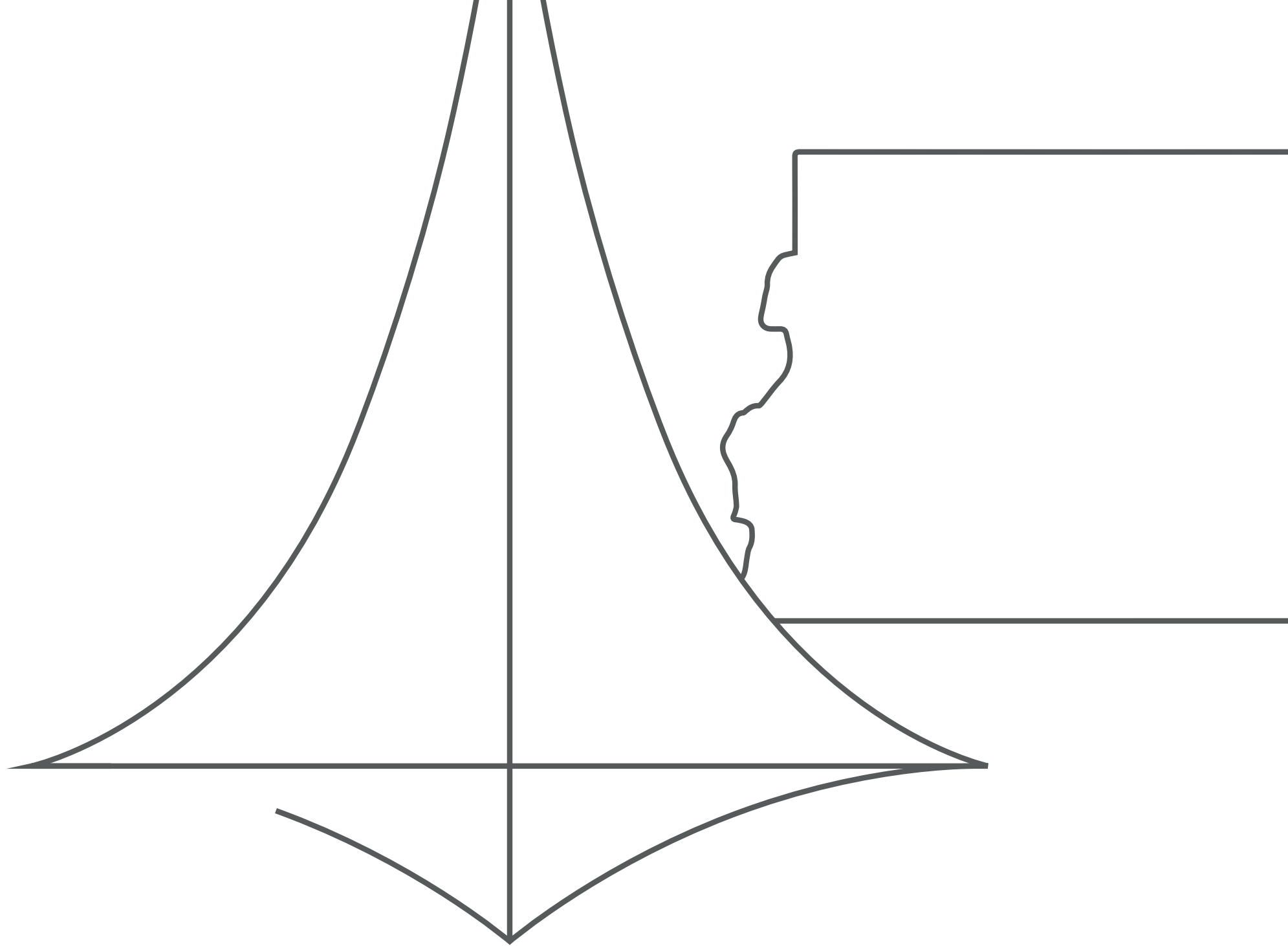


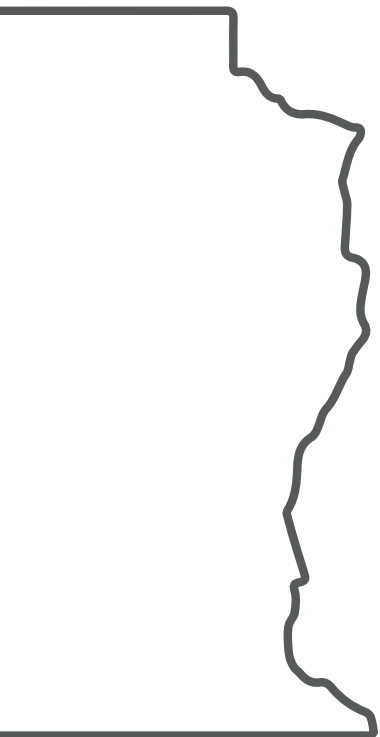
1.9 Painel de Batalhas

8	32	115
Eixos temáticos	Batalhas	Resultados-chave
Eixo temático	Batalhas*	Resultados-chave
Gestão e Estratégia	05	21
Saúde	04	06
Segurança	04	10
Educação	02	05
Desenvolvimento Econômico	03	14
Desenvolvimento Social	04	17
Desenvolvimento Territorial	06	29
Meio Ambiente	05	13

* Há uma batalha que pertence a dois eixos







02 Plano Estratégico

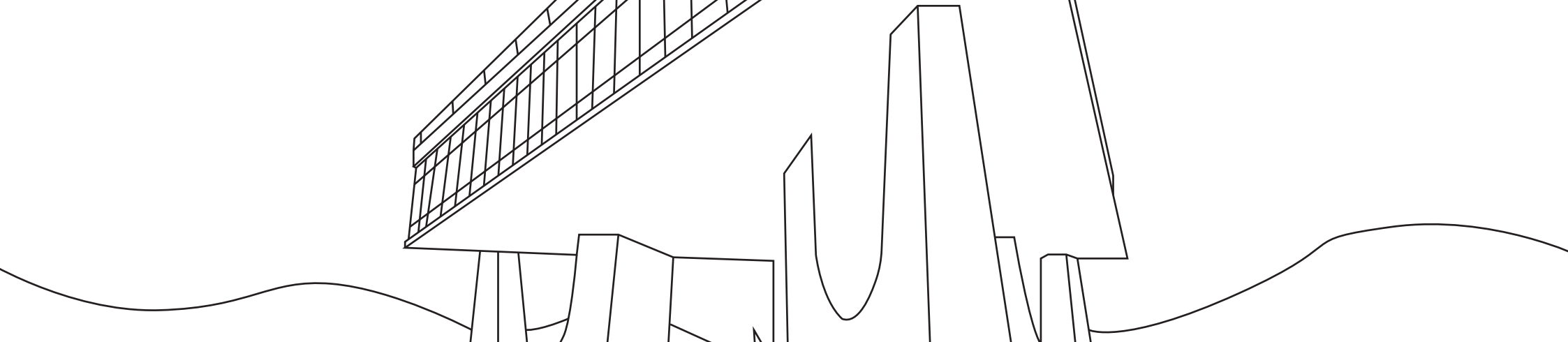
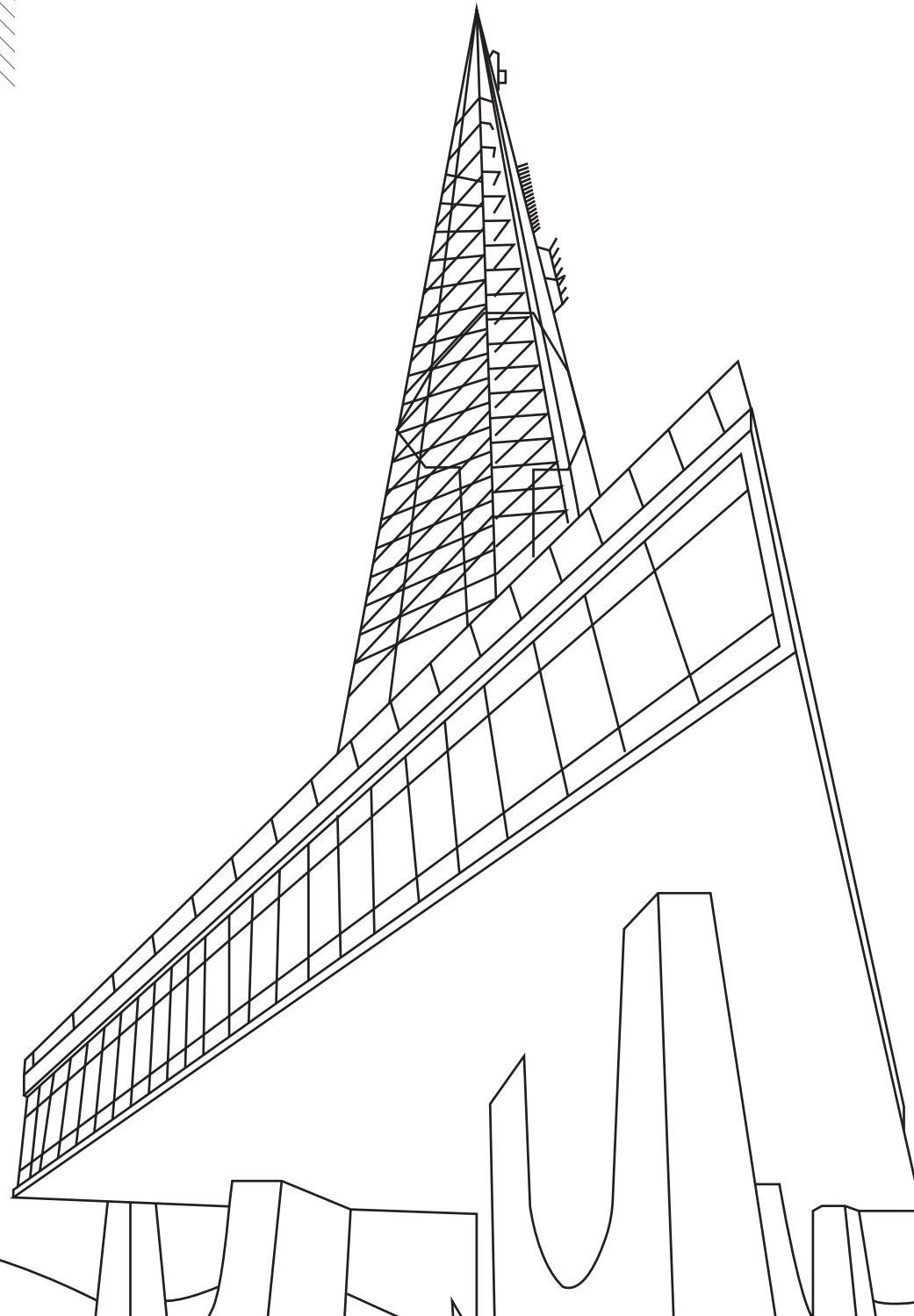
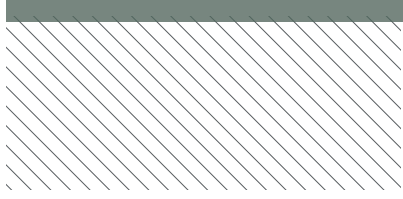
O Plano Estratégico do DF foi estruturado em eixo a partir da ótica de entrega de valor para a sociedade, conforme apresentado anteriormente. São eles: Gestão e Estratégia, Saúde, Segurança, Educação, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Cada eixo temático desdobra-se em:

Vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as suas respectivas metas.

Batalhas, que representam os grandes desafios a serem superados e os grandes saltos de transformação para os eixos temáticos para o médio e curto prazo.

Resultados-chave, que viabilizam a mensuração e o monitoramento do alcance das batalhas.

Iniciativas, que irão concretizar o alcance dos resultados-chave.





Eixo

2.1 Gestão e Estratégia

Visão Geral



Para que todos os serviços públicos sejam entregues à população com maior celeridade e qualidade é preciso que o Estado desenvolva uma arquitetura de gestão capaz de conectar, informar e servir bem ao cidadão. Modernas práticas de planejamento, arrecadação, gestão, legalidade, conformidade e transparência permitem a otimização dos recursos disponíveis para atendimento às necessidades da sociedade. Uma gestão eficiente e integrada é

apoiada tanto nos princípios basilares que regem a administração pública – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência – quanto na visão de transformação de políticas de governo em políticas de Estado, conforme mostrado na Imagem 4.



Fonte: Elaboração Própria



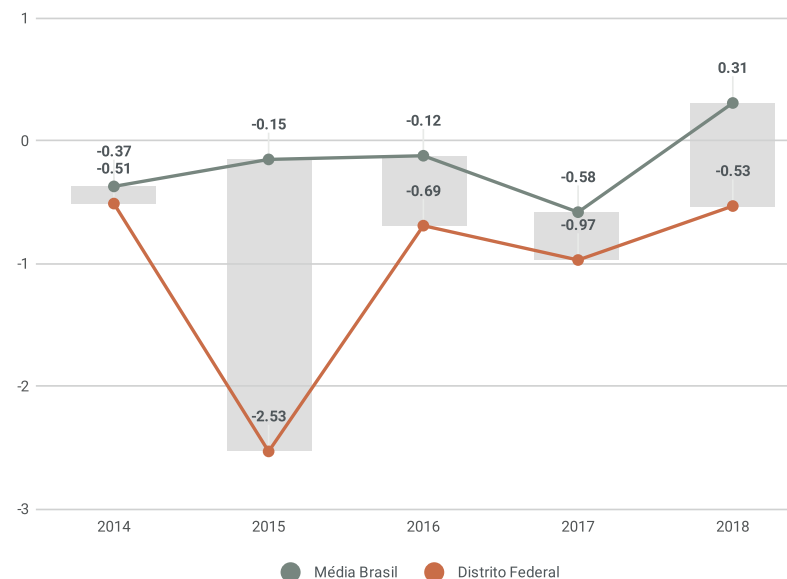
Assim, o Estado toma para si o desafio de interligar peças orçamentárias com sistemas de planejamento estratégico de curto, médio e longo prazos. No âmbito fiscal, deve aprimorar mecanismos para maior eficiência da gestão tributária e controlar os gastos públicos.

Este eixo também está direcionado ao fortalecimento da gestão e à garantia de entrega de serviços ao cidadão. Por fim, no âmbito da legalidade, conformidade e transparência, cabe ao Estado a consolidação de programa de integridade para reger os agentes e ações do setor público.

A crise econômica iniciada em 2014 ocasionou limitações no modelo de arrecadação e gasto do governo brasileiro. O emprego, a renda, a distribuição de riquezas e a capacidade do Estado em prover serviços e bens públicos têm sido afetados desde então.

A garantia da sustentabilidade fiscal de longo prazo da Capital Federal perpassa por mudanças significativas e estruturais, desde a racionalização dos custos até o aumento da produtividade da força de trabalho. Esse desafio é intensificado pelo histórico deficitário do resultado primário, ou seja, a despesa primária tem superado anualmente o volume da receita primária, conforme gráfico 4.

Gráfico 4
Resultado Primário DF e Médias UF
em Bilhões



Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – RREO/2019

A Capacidade de Pagamento (Capag), institucionalizada pelo Ministério da Economia, estabelece critérios de avaliação da sustentabilidade fiscal de uma determinada unidade federativa. Tal indicador é fundamental, pois, com base em seu resultado, o Governo Federal autoriza ou não o acesso dos entes subnacionais às operações de crédito. Esse é o principal meio para realização de investimentos, dada a pouca disponibilidade de investimento próprio do Distrito Federal.

As notas vão de A até D, sendo que as unidades da federação que obtêm as duas de menor valor (C e D) têm acesso limitado na captação de recursos, que é a realidade do Distrito Federal e de 13 estados. A tabela 1 mostra os resultados referentes ao ano de 2018.

A metodologia de cálculo da Capag é composta por três indicadores: endividamento, poupança corrente e liquidez. O primeiro é calculado pela relação entre a dívida consolidada bruta e a receita corrente líquida do exercício anterior. Os entes subnacionais, posicionados abaixo de 60% dessa equação recebem a nota A, entre 60% e 150% a nota B, e, acima de 150% a nota C. Como o gráfico 5 evidencia, o Distrito Federal é o terceiro melhor posicionado, com taxa de endividamento de aproximadamente 40%, com nota A.

Tabela 1

Avaliação da Capacidade de Pagamento

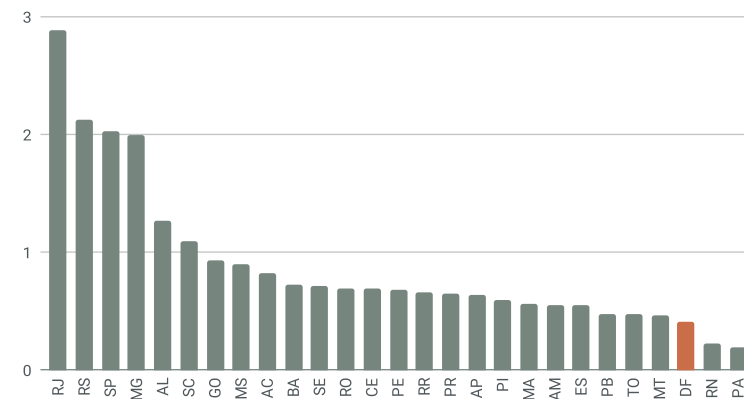
ES	A	PA	B	TO	C
AM	B	PI	B	PE	C
PB	B	AP	B	MS	C
AL	B	AC	B	BA	C
RR	B	GO	C	MA	C
SP	B	MT	C	SC	C
RO	B	DF	C	RS	D
CE	B	RN	C	RJ	D
PR	B	SE	C	MG*	—

* Estado não avaliado por não ter encaminhado os dados à Receita Federal

Fonte: Tesouro Nacional - Capag 2018

Gráfico 5

Endividamento



Fonte: Tesouro Nacional - Capag 2018

O segundo é a poupança corrente, utilizado para verificar se o ente está fazendo poupança suficiente para absorver o crescimento de suas despesas, pois essas normalmente crescem a uma taxa maior do que a receita. Esse indicador corresponde à relação entre despesas correntes e receitas correntes ajustadas, apuradas pela média ponderada dos três exercícios anteriores. Entes que estão com o valor desse indicador abaixo de 90% recebem a nota A, entre 90% e 95% a nota B, e, acima de 95% a nota C.

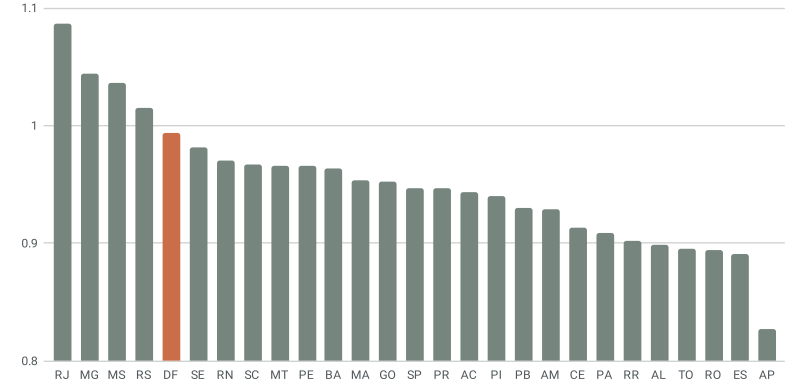
Como o gráfico 6 aponta, o Distrito Federal está entre os entes com pior desempenho, apresentando nota C. Esse resultado indica que quase todas as receitas correntes já estão comprometidas com despesas da mesma natureza. Tal circunstância é um fator de risco, uma vez que qualquer oscilação não prevista, seja na redução das receitas correntes ou no aumento das despesas correntes, poderá impactar em cortes orçamentários.

O último é o de índice de liquidez, utilizado para avaliar se o ente tem caixa disponível para honrar suas obrigações financeiras de curto prazo, conforme demonstrado no gráfico 7. Ele é calculado pela relação entre as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa bruta do exercício anterior. Entes que possuem esse índice menor do que 1, tem a nota A, e maior que 1, nota C. O Distrito Federal apresenta nota C.

Figuram como desafios para o eixo:

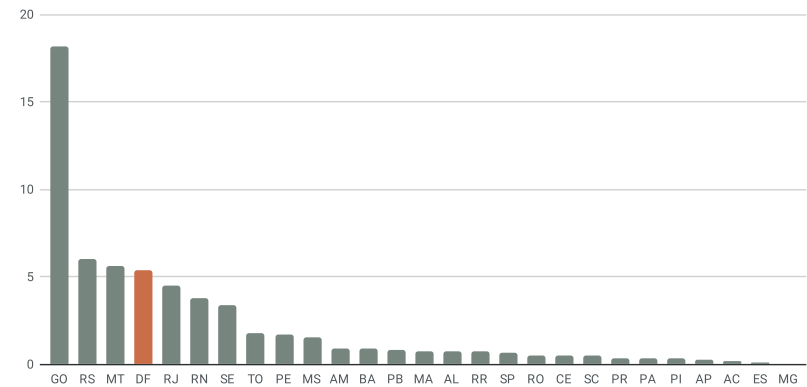
- Garantir a sustentabilidade fiscal de longo prazo
- Racionalizar custos, aprimorar mecanismos de gestão tributária e controlar o gasto público
- Atrair investimentos para aquecer a economia
- Aumentar a produtividade e a qualificação da força de trabalho
- Garantir o acesso do cidadão aos serviços públicos

Gráfico 6
Poupança Corrente



Fonte: Tesouro Nacional - Capag 2018

Gráfico 7
Índice de Liquidez



Fonte: Tesouro Nacional - Capag 2018

Tendências de Futuro



- Haverá mudança no conceito tradicional de trabalho, com enfoque em modelos baseados em produtividade e utilização de automação e robotização nos processos de trabalho¹
- Intensificação das estratégias de gestão com uso de Centros de Serviços Compartilhados (CSC) em áreas de suporte do governo e, ainda, de outsourcing, em que empresas privadas executam parte dos serviços públicos²
- Haverá aumento da prestação de serviços públicos de maneira digital (e-gov)³
- Há tendência de maior participação da iniciativa privada, via concessões e Parcerias Público-Privadas (PPP), na prestação de serviços, em especial nas

escolas, hospitais, unidades prisionais e companhias de abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica⁴

- O aumento do quantitativo de aposentados e o impedimento de realização de novos concursos dado à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) intensificará a necessidade do uso de tecnologia como substituição de mão de obra⁵
- Há a tendência de presença do setor privado na seleção de cargos e funções de alta complexidade nos governos⁶
- No que tange à arrecadação, espera-se a substituição da fiscalização in loco pela baseada em dados

1 - Jobs lost, jobs gained: workforce transitions in a time of automation, McKinsey, 2017, disponível em: <https://www.mckinsey.com/~/media/McKinsey/Featured%20Insights/Future%20of%20Organizations/What%20the%20future%20of%20work%20will%20mean%20for%20jobs%20skills%20and%20wages/MGI-Jobs-Lost-Jobs-Gained-Report-December-6-2017.ashx>

2 - Jobs lost, jobs gained: workforce transitions in a time of automation, McKinsey, 2017, disponível em: <https://www.mckinsey.com/~/media/McKinsey/Featured%20Insights/Future%20of%20Organizations/What%20the%20future%20of%20work%20will%20mean%20for%20jobs%20skills%20and%20wages/MGI-Jobs-Lost-Jobs-Gained-Report-December-6-2017.ashx>

3 - Insights sobre Transformação Digital e Oportunidades para TICs no Brasil, Delloite, 2018

4 - GUELLATI, Yacine; MONTEIRO, Claudio Dantas; JUNIOR, Alimir de Oliveira. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O Brasil em 2035: tendências e incertezas para a área social. novembro de 2017.

5 - SALTO, Felipe; ALMEIDA, Mansueto. Finanças públicas. Editora Record, 2016.

6 Recrutamento no setor público começa a mudar, disponível em <https://www.valor.com.br/carreira/6088311/recrutamento-no-setor-publico-comeca-mudar>

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A fim de garantir o alinhamento das ações governamentais até 2030 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, definidos pela ONU, apresentam-se a seguir os objetivos vinculados a este eixo, com suas respectivas metas:

ODS 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares

16.2 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças

16.3 Promover o estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos

16.4 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado

16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis

16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis

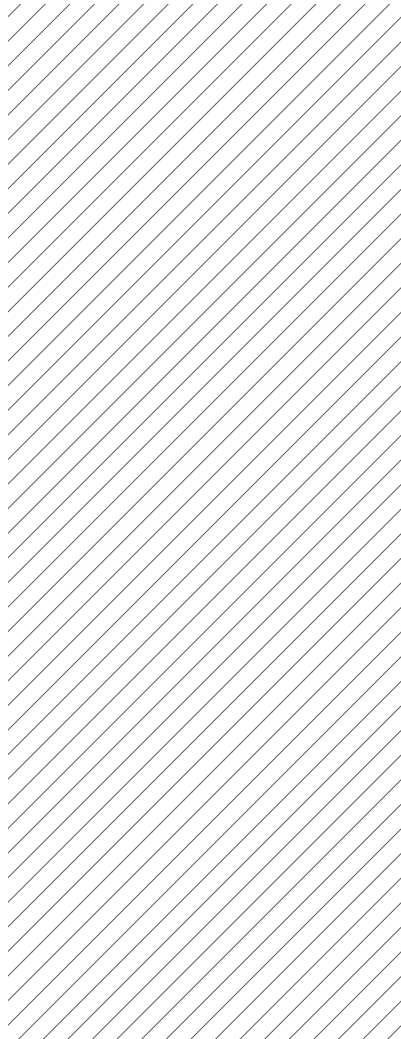
16.8 Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global

16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento

16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais

16.a Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime

16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável



ODS 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

17.1 Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas

17.2 Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos

17.3 Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes

17.4 Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento

17.5 Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos

17.6 Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global

17.7 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado

17.8 Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação

17.9 Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular

17.10 Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha

17.11 Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020

17.12 Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado

17.13 Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas

17.14 Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável

17.15 Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável

17.16 Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento

17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias

17.18 Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais

17.19 Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento

Batalhas (2019 até 2023)

1ª Batalha

Garantir a sustentabilidade fiscal de longo prazo do DF

Descrição da Batalha

A sustentabilidade fiscal é uma das principais pautas políticas de todas as unidades da federação, uma vez que com a recessão houve uma redução no crescimento das receitas tributárias e junto a isso, foi percebido um aumento dos gastos públicos. A fim de garantir que o Distrito Federal consiga arcar com todas as suas obrigações é de fundamental importância que se tenha uma estratégia que não somente atente para o curto prazo, mas também para a sustentabilidade fiscal de médio e de longo prazos.

Resultados-Chave

1. Executar uma política de resultados financeiros positivos de forma a restabelecer o equilíbrio das finanças públicas e permitir a retomada do investimento do Estado
2. Reduzir a quantidade de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor inscritos na Dívida Consolidada Líquida, na mesma proporção do estipulado no Plano de Pagamento de Precatórios
3. Captar até 2,3 bilhões de reais em recursos para a execução de projetos estratégicos (operações de crédito 1,1 bilhão, 1,2 bilhão de emendas parlamentares)

2ª Batalha

Aumentar a produtividade e a qualificação da força de trabalho

Descrição da Batalha

Considerando que o Estado é formado por pessoas e que a prestação de melhores serviços é uma demanda social constante, é necessário que se tenha servidores e colaboradores aptos a responder aos anseios da sociedade. Além disso, é preciso garantir que a força de trabalho esteja dimensionada e nos lugares certos, de modo a atender às necessidades do cidadão.

Resultados-Chave

1. Reestruturar todas as carreiras atuais
2. Propor as diretrizes gerais para implementação do Dimensionamento da Força de Trabalho nas administrações regionais do GDF
3. Promover a implementação da Política de capacitação por competências nas administrações regionais do GDF nos termos do Decreto nº 39.468/2018
4. Implementar o Sistema Integrado de Gestão de Pessoas/ Sigepe-DF em 100% dos órgãos nos termos do Decreto nº 39.588/2018
5. Implementar a Escola Superior de Gestão
6. Promover a implementação de políticas e programas de qualidade de vida no trabalho em 15 órgãos do GDF nos

3ª Batalha

O Estado mais próximo do cidadão

Descrição da Batalha

É responsabilidade do núcleo de governo do Distrito Federal que o cidadão tenha acesso aos serviços públicos de forma facilitada. A ampliação da cobertura da rede de cabeamento e dos serviços acessados de forma remota são elementos que conduzem a essa finalidade.

Resultados-Chave

1. Ampliar de 34% para 100% o percentual de unidades cobertas pela rede GDFNET
2. Automatizar os serviços governamentais prioritários
3. Aumentar em 40% o número de atendimento nas administrações regionais
4. Ampliar a capacidade institucional das administrações regionais na formulação, planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas

4ª Batalha

Ser referência no combate à corrupção e na promoção da integridade pública

Descrição da Batalha

Uma das principais bandeiras do Brasil contemporâneo é o aprimoramento de instrumentos de controle e combate à corrupção. Dessa forma, cabe ao Distrito Federal melhorias em mecanismos de transparência e de punição aos ilícitos cometidos por agentes públicos a fim de guarnecer o cidadão de maior confiabilidade nas instituições.

Resultados-Chave

- 1. Executar 100% das ações previstas no Plano de Combate à Corrupção
- 2. Implementar programas de integridade em 100% dos órgãos e entidades definidos como alta complexidade
- 3. Implementar a Rede de Transparência Pública em 100% dos órgãos e entidades definidos como alta complexidade
- 4. Aumentar de 38% para 60% a efetiva melhora na prestação dos serviços públicos demandados por meio da ouvidoria com base na resolatividade das solicitações e reclamações avaliadas pelos cidadãos
- 5. Implantar estrutura correccional e de tomada de contas especial ou comissões permanentes em 100% dos órgãos e entidades definidos como alta complexidade

5ª Batalha

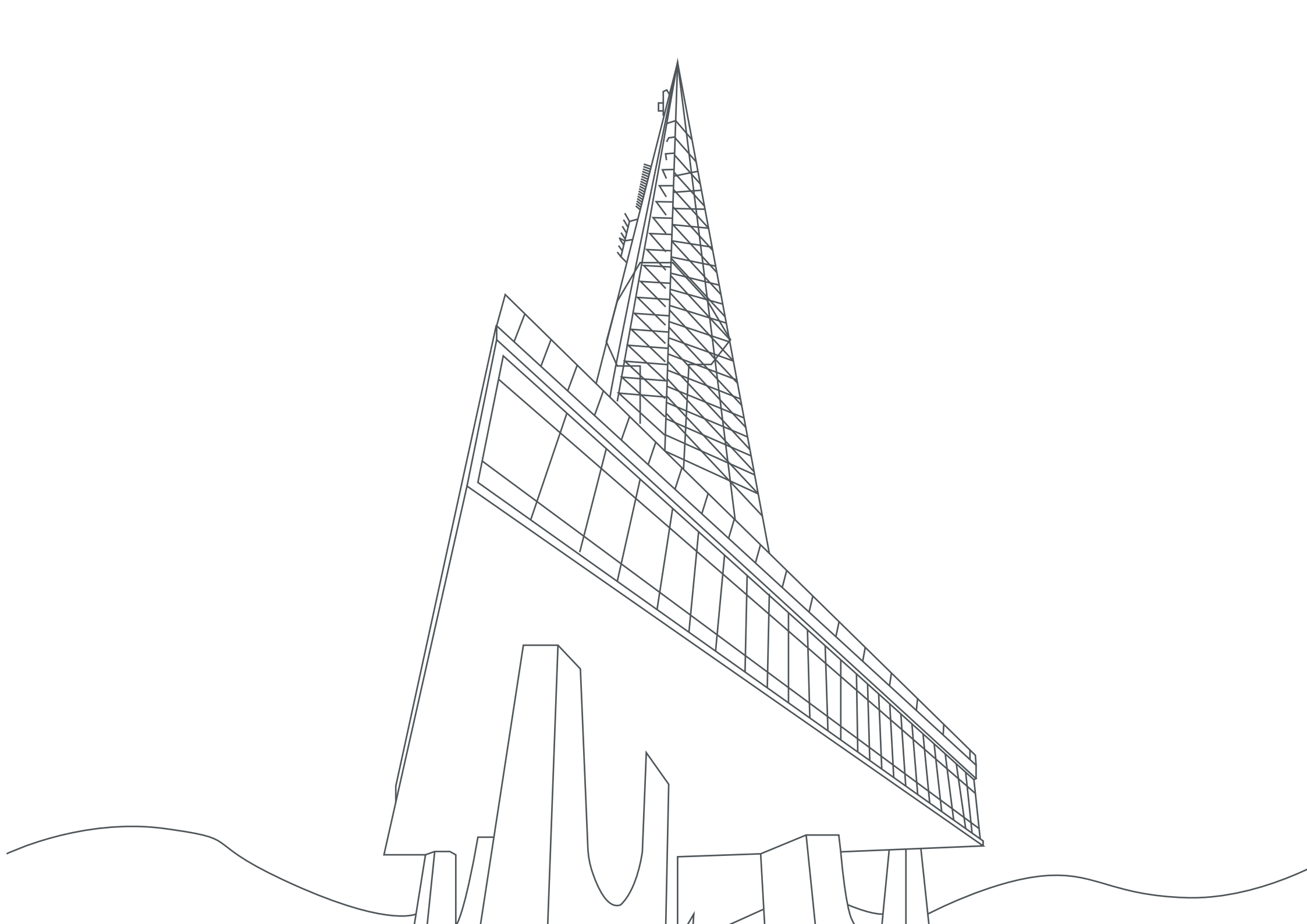
Fortalecer a coordenação de ações de governo de forma eficaz, responsável, transparente e inclusiva

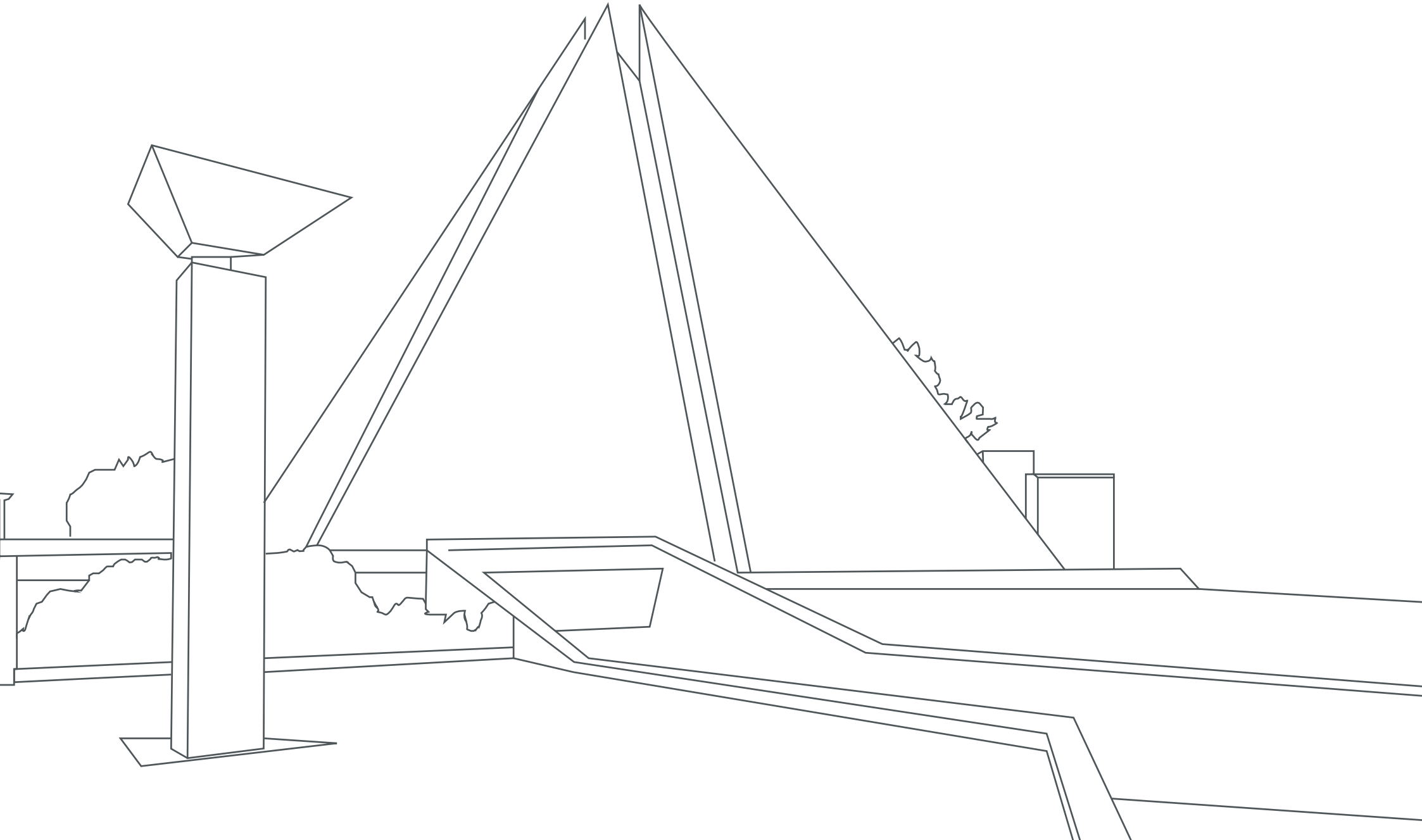
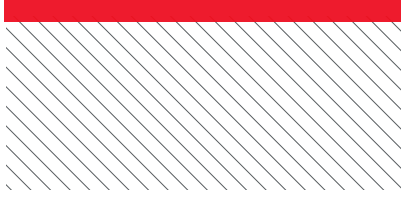
Descrição da Batalha

Os órgãos e entidades governamentais possuem como principal atribuição a garantia da prestação dos serviços públicos. Para a excelência na prestação desses serviços é necessário que haja ações integradas para identificar prioridades e padronizar mecanismos de gestão e articulação interna e externa.

Resultados-Chave

1. Implantar projetos de integração de dados e disseminação de informações de políticas públicas em 4 secretarias prioritárias do DF
2. Implementar modelo de gestão estratégica em todos os órgãos e entidades do GDF
3. Implantar 5 projetos para avaliação e formatação de políticas públicas







Eixo

2.2 Saúde

Visão Geral



Segundo a Constituição Federal¹, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. A prestação de serviços com qualidade e agilidade são formas de respeito à dignidade do cidadão, primando pelos princípios da universalidade, da equidade e da integralidade.

Hoje o sistema de saúde é composto por serviços ofertados de forma regionalizada e integrada, sendo parte

do Sistema Único de Saúde (SUS), que abrange todo o território nacional. Pode ser compreendido a partir da segmentação de seus serviços em atenção primária, atenção secundária e atenção especializada de alta complexidade, vigilância em saúde, além da gestão e do suprimento de medicamentos e insumos. De maneira geral, a atenção primária e a vigilância possuem como principal objetivo a promoção à saúde e a prevenção de doenças, enquanto a atenção especializada visa ao atendimento de pacientes enfermos, conforme apresentado na imagem 5.

¹ CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Art. 196

Imagem 5

Fluxo do Sistema Distrital de Saúde



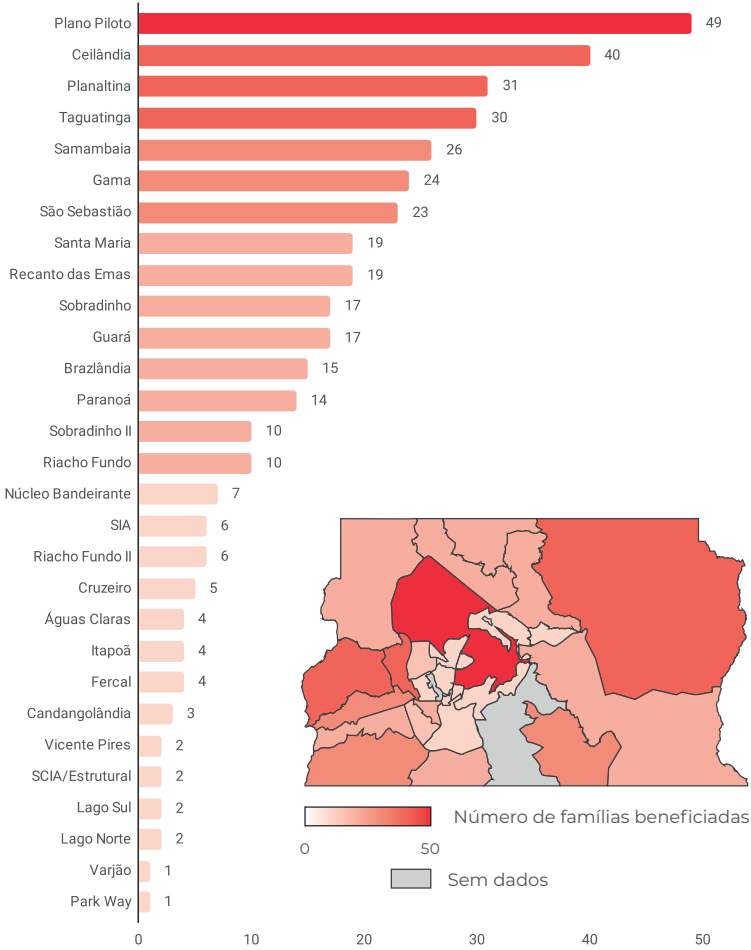
Fonte: Elaboração Própria

No Distrito Federal, a gestão do sistema de saúde pública, predominantemente concentrada na Administração Central, passou a ser gradualmente descentralizada a partir do Decreto nº 37.515/2016, com a criação de sete regiões de saúde, de acordo com a respectiva territorialização:

- Região de Saúde Central
- Região de Saúde Centro-Sul
- Região de Saúde Oeste
- Região de Saúde Sul
- Região de Saúde Sudoeste
- Região de Saúde Norte
- Região de Saúde Leste

Atualmente 390 estabelecimentos compõem o sistema no Distrito Federal, representado por unidades básicas de saúde, hospitais, farmácias, hemocentro, entre outros, cuja representatividade é demonstrada no gráfico 8. Nota-se disparidade com relação à distribuição dos estabelecimentos nas regiões administrativas, com 49 unidades no Plano Piloto e apenas 1 no Varjão. Devem ser identificados os fatores que interferem na instalação de equipamentos nas regiões administrativas, para que sejam supridas as carências do sistema.

Gráfico 8
Número de Estabelecimentos de Saúde por Região Administrativa



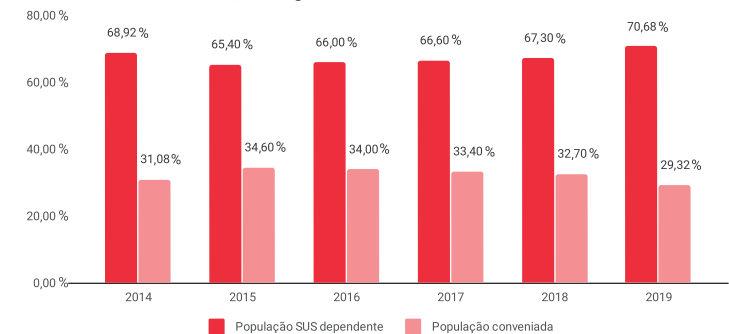
No Distrito Federal há o registro de 2.742 leitos gerais e de 392 leitos de UTI/UCI sob gestão das Regiões de Saúde. Os leitos SUS incluem leitos próprios da Secretaria de Estado de Saúde (SES), leitos privados contratados pela SES e os leitos do Hospital Universitário de Brasília (HUB). Os leitos não SUS pertencem a estabelecimentos privados, sem vínculo contratual com a SES.

A pressão para ampliação da capacidade instalada SUS poderá ser intensificada ao se considerar a projeção do crescimento populacional, bem como o

aumento da população que depende exclusivamente do SUS, conforme evidenciado no gráfico 9.

O perfil epidemiológico pode ser analisado a partir das informações referentes à morbidade e à mortalidade. Quanto à mortalidade, em 2018 foram registrados 12.542 óbitos, dos quais, 406 fetais. As principais causas estão vinculadas às doenças do aparelho circulatório, destacando o Infarto Agudo do Miocárdio, causa recorrente vinculada a óbitos no Distrito Federal, desde 2014.

Gráfico 9
População SUS dependente



Sala de Situação GDF Saúde, período de acesso dos dados abril/2019

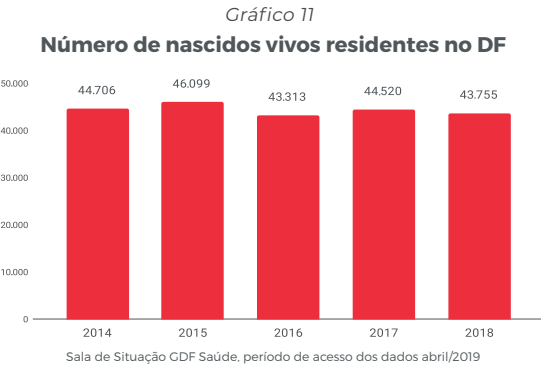
Gráfico 10

Total de Óbitos por CID - 10

Fonte: Sala de Situação GDF Saúde, período de acesso dos dados abril/2019



Sobre a natalidade, em 2018 observa-se a redução do quantitativo de nascidos no Distrito Federal ao compararmos com os números do ano anterior, conforme gráfico 11. O parto cesáreo ainda é bastante representativo, correspondendo a cerca de 53% dos partos realizados, número distante do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), entre 10% e 15% do total de partos.



Destaca-se enquanto desafio a atenção à saúde materna e infantil, visto que gravidez, parto e puerpério apresentam maior incidência enquanto causas de internação, e vêm crescendo desde 2014. Além disso, ao observar o período de 2016 a 2018, a causa de internação com maior taxa de crescimento foi registrada como “Algumas afecções originadas no período perinatal”.

Ainda que alguns avanços tenham sido observados no sistema de saúde do Distrito Federal, é necessário direcionar esforços para a redução das filas de atendimento. Na atenção primária, as equipes de saúde da família são insuficientes para atender a toda a população, e cerca de 31% não têm cobertura pelos serviços. Na atenção especializada de alta complexidade, além das dificuldades na oferta de serviços à população, observou-se nos últimos anos a intensificação de judicialização referente ao acesso a leitos em Unidades de Terapia Intensiva (UTI). Situação similar ocorre na gestão de medicamentos.

Figuram como desafios para o eixo:

- Reestruturação da logística de armazenamento e de distribuição de medicamentos
- Ampliação da cobertura da atenção primária
- Garantia de regulação das filas para todos os procedimentos de média e alta complexidade
- Adequação da infraestrutura das unidades de saúde para garantia da qualidade do serviço ofertado
- Informatização dos processos de gestão da saúde.

Gráfico 12

Número de Autorizações de Internação por capítulo do CID-10

Fonte: Sala de Situação GDF Saúde, período de acesso dos dados abril/2019



Tendências de Futuro



- Com o envelhecimento da população, é esperado o aumento das doenças crônicas não transmissíveis, assim como uma maior procura dos serviços de saúde para tratamento das doenças crônico-degenerativas, que acometem, principalmente, os idosos.
- É esperada a sobrecarga do sistema na transição, com a sobreposição de demandas de doenças crônicas e de doenças sensíveis à atenção primária.
- A busca pela universalização do acesso aos serviços assistenciais, em todos os níveis, poderá impactar no aumento dos serviços prestados por meio de modelos híbridos em parcerias público-privadas, principalmente com o envolvimento das Organizações Sociais¹.
- É prevista a intensificação na inserção de inovações e tecnologias na atenção à saúde, na prevenção, na tecnologia do apoio diagnóstico, no acompanhamento e tratamento, no monitoramento e na transparência dos resultados, bem como na curadoria das informações de gestão da saúde².
- Espera-se cada vez mais que os pacientes se tornem protagonistas do cuidado, a partir do reconhecimento de fatores de risco que podem influenciar nas doenças crônicas não transmissíveis. Dispositivos de monitoramento serão incorporados à vida diária das pessoas³.

1 GUELLATI, Yacine; MONTEIRO, Claudio Dantas; JUNIOR, Alimir de Oliveira. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O Brasil em 2035: tendências e incertezas para a área social. novembro de 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2348.pdf Acesso em 01-04-2019.

2 MESKÓ, Bertalan. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Um guia para o futuro da medicina. 2016. Disponível em: <http://brasil2060.ibict.br/wp-content/uploads/2016/02/Um-Guia-para-o-Futuro-da-Medicina.pdf>

3 O futuro desperta: Previsões para o setor de Life Sciences & Health. Delloite. 2017

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A fim de garantir o alinhamento das ações governamentais até 2030 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, definidos pela ONU, apresenta-se a seguir o objetivo vinculado a este eixo, com suas respectivas metas:

ODS 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades

3.1 até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos

3.2 até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos de 12 por 1.000 nascidos vivos, e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos

3.3 até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, as doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis

3.4 até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis (DNT) via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar

3.5 reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool

3.6 até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas

3.7 até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais

3.8 atingir a cobertura universal de saúde (UHC), incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos

3.9 até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e da água do solo

Batalhas (2019 até 2023)

1ª Batalha

Garantir que a população tenha acesso ao medicamento certo na hora certa

Descrição da Batalha

O Distrito Federal enfrenta desafios relacionados ao acesso da população a medicamentos, bem como à logística para seu armazenamento e distribuição, sobretudo para os de alto custo. Assim foi priorizada a batalha referente ao acesso ao medicamento certo na hora certa.

Resultados-Chave:

1. Aumentar para 100% a disponibilidade de medicamentos à população do DF

2ª Batalha

Garantir o acesso aos serviços de saúde para a população

Descrição da Batalha

Avanços consideráveis foram observados com a ampliação da cobertura da atenção primária nos últimos anos, entretanto ainda há uma parcela da população do Distrito Federal que enfrenta dificuldades para acessar os serviços assistenciais. Nos próximos anos, haverá necessidade de direcionar esforços para ampliação da cobertura dos serviços visando à universalização, bem como para a redução de filas, num contexto em que melhorias deverão ser aplicadas também na infraestrutura do sistema de saúde.

Resultados-Chave:

- 1. Ampliar cobertura da atenção básica de 69% para 100%
- 2. Garantir 100% de filas administradas e reguladas para procedimentos de média e alta complexidade
- 3. Assegurar que 100% das unidades possuam condições adequadas de infraestrutura para seu funcionamento pleno

3ª Batalha

Promover a saúde e prevenir o adoecimento da população

Descrição da Batalha

Muitas vezes as deficiências na cobertura dos serviços, ou a baixa resolutividade da atenção primária para algumas patologias, impactam no adoecimento da população e, consequentemente, na geração de filas oriundas da sobrecarga nos serviços de alta complexidade. Dessa forma, deve-se buscar a erradicação de internações devido às condições sensíveis da atenção primária, a partir do fortalecimento da promoção, da proteção, do tratamento, do diagnóstico, da reabilitação e da manutenção da saúde, bem como da prevenção de agravos e óbitos

Resultados-Chave:

1. Manter abaixo de 15% o índice das internações por condições sensíveis à atenção básica (ICSAB)

4ª Batalha

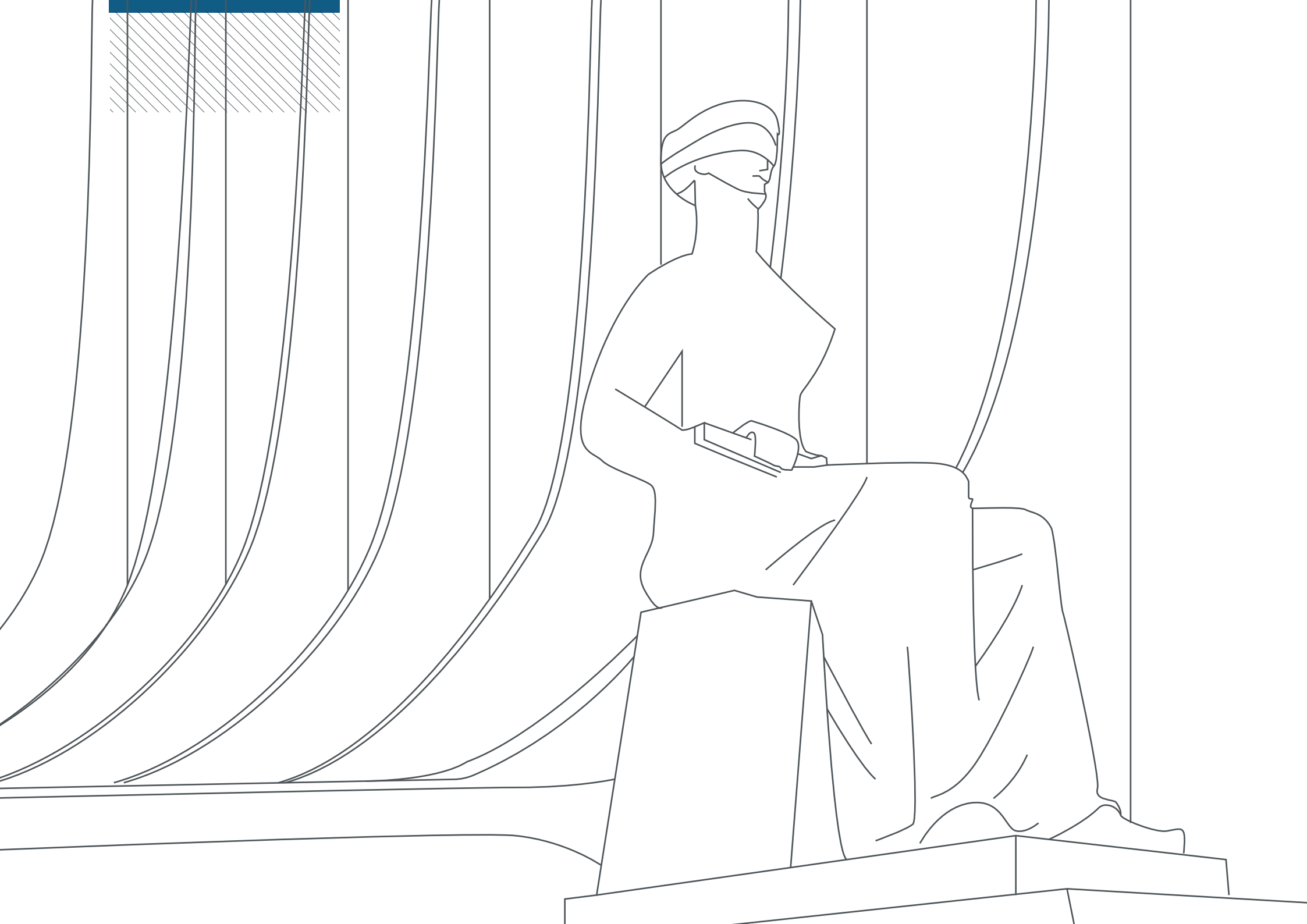
Implantar a saúde digital do DF

Descrição da Batalha

A inovação e a intensificação do uso de tecnologias na prestação de serviços assistenciais são as principais ações para aumentar a produtividade, a qualidade dos serviços e a gestão das informações na saúde. Cada vez mais é exigida a conectividade das informações dos pacientes e do sistema como um todo. Assim o Distrito Federal enfrentará mais um desafio para manter-se atualizado em relação aos avanços nos sistemas de saúde, para a implantação da saúde digital.

Resultados-Chave:

1. Informatizar 100% dos processos de gestão da saúde





Eixo

2.3 Segurança

Visão Geral

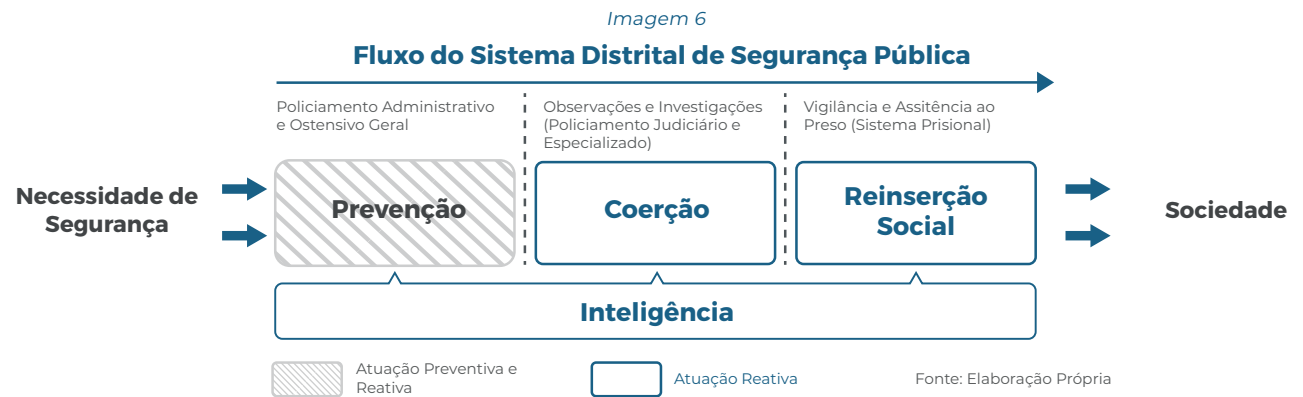
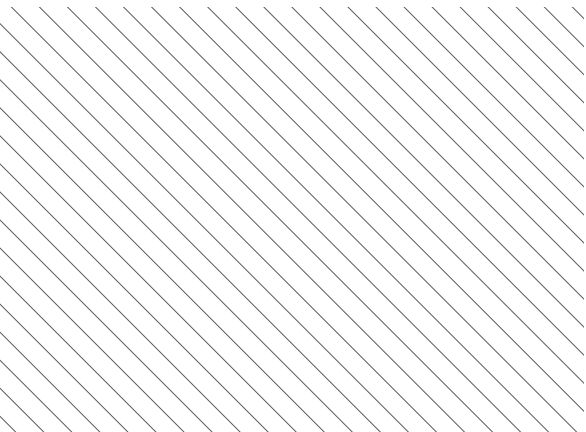


Com base na Teoria das Necessidades Humanas de Abraham Maslow, popularmente conhecida como Pirâmide das Necessidades, um ser humano realizado passa, primeiramente, pelo atendimento das suas necessidades básicas, as denominadas necessidades fisiológicas e de segurança. Dessa forma, a preservação da segurança, da família e de sua propriedade está na base das urgências do indivíduo e, só a partir daí, é que se pode cogitar o desenvolvimento de outras necessidades individuais e sociais. Nesse sentido, a Constituição da República Federativa do Brasil, representação máxima da preservação das garantias e direitos fundamentais, contemplou posição destacada à segurança pública, estabelecendo expressamente a responsabilidade do Estado em preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Nessa conjuntura, é notório o protagonismo ocupado pelo tema na agenda pública, que ensejou por meio da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, a instituição do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e a criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) que visam fortalecer a atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade.

No âmbito do Distrito Federal compete à Secretaria de Estado de Segurança Pública ser o órgão central do Sistema de Segurança Pública, composto pela Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN) e Casa Militar, além do sistema prisional.

À Secretaria compete propor e implementar a política



À Secretaria compete propor e implementar a política de segurança pública, planejando, coordenando e supervisionando o emprego operacional dos órgãos que compõem o sistema, promovendo a gestão integrada das ações inerentes, objetivando a otimização dos meios utilizados.

Assim, o cenário nacional desafia não apenas o Distrito Federal, mas se soma ao cenário mundial, no entendimento de que uma política eficiente de segurança pública, diante da diminuição histórica do quadro de recursos humanos do setor, deverá considerar a utilização massiva de tecnologia da informação e comunicação, com investimento na produção de conhecimento e inteligência a partir da integração e compartilhamento de recursos entre as forças de segurança, respeitando suas próprias atribuições.

Com o intuito de garantir maior efetividade à atuação de enfrentamento às violências, o Distrito Federal instituiu quatro Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP): Metropolitana, Oeste, Sul e Leste.

Cada RISP é composta por, pelo menos, seis regiões administrativas e a divisão ocorre, entre outras estratégias, para que as forças de segurança realizem operações conjuntas para a solução de crimes que afetam mais de uma região administrativa. Essa forma de organização proporciona aumento da capacidade de coordenação das ações de segurança no aspecto operacional, melhor distribuição dos efetivos policiais e otimização dos recursos empregados.

Composição das RISP:

- Metropolitana: Plano Piloto, Cruzeiro, Sudoeste e Octogonal, Guará, Lago Sul, SCIA (Estrutural) e SIA
- Oeste: Taguatinga, Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Águas Claras, Vicente Pires e parte do Park Way
- Sul: Gama, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Santa Maria, Jardim Botânico, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Riacho Fundo II e Park Way
- Leste: Sobradinho, Sobradinho II, Fercal, Planaltina, Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Jardim Botânico, Lago Norte e Varjão

Além disso, para o alcance de melhores resultados na segurança pública, são necessárias ações efetivas e integradas de prevenção, repressão, bem como de vigilância e assistência prisional, todas com uso de inteligência.

Diante do contexto atual existente no Distrito Federal, na política de segurança pública destacam-se as seguintes ações:

- enfrentamento aos Crimes Contra o Patrimônio (CCP)

– roubo a transeunte, roubo de veículo, roubo em transporte coletivo, roubo em comércio, roubo em residência e furto em veículo

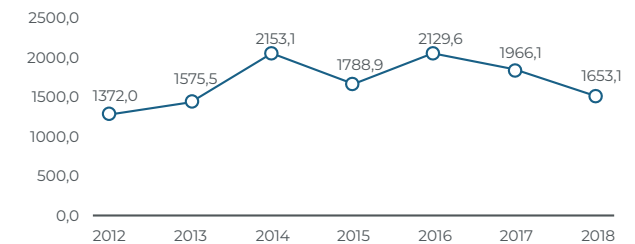
- enfrentamento aos Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) - homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte
- enfrentamento da violência contra a mulher e
- racionalização do Sistema Prisional

É importante observar dois pontos que impactam diretamente nos índices criminais no Distrito Federal. O primeiro está relacionado à facilidade de acesso ao registro das ocorrências criminais, pois 88% da população está, no máximo, a 4 km de uma delegacia de polícia. O segundo está relacionado ao grau de confiança que a população deposita nos policiais quanto à solução dos seus problemas, visto que o Distrito Federal configura como a unidade da federação com a menor subnotificação de roubos¹.

De outro modo, os aumentos sucessivos, principalmente a partir do ano 2012, dos crimes contra o patrimônio, por exemplo, não são casos isolados do Distrito Federal, mas de praticamente todos os estados brasileiros².

No gráfico 13 é possível observar uma variação, para mais, de 19% nesse índice no Distrito Federal entre 2015 e 2016, que se deve, substancialmente, em decorrência da possibilidade da vítima poder registrar pela Delegacia Eletrônica (site PCDF) a natureza furto em veículo (natureza inserida em dez/2015), que representa cerca de 20% de todos os CCP.

Gráfico 13
CCP no DF - ocorrências por ano



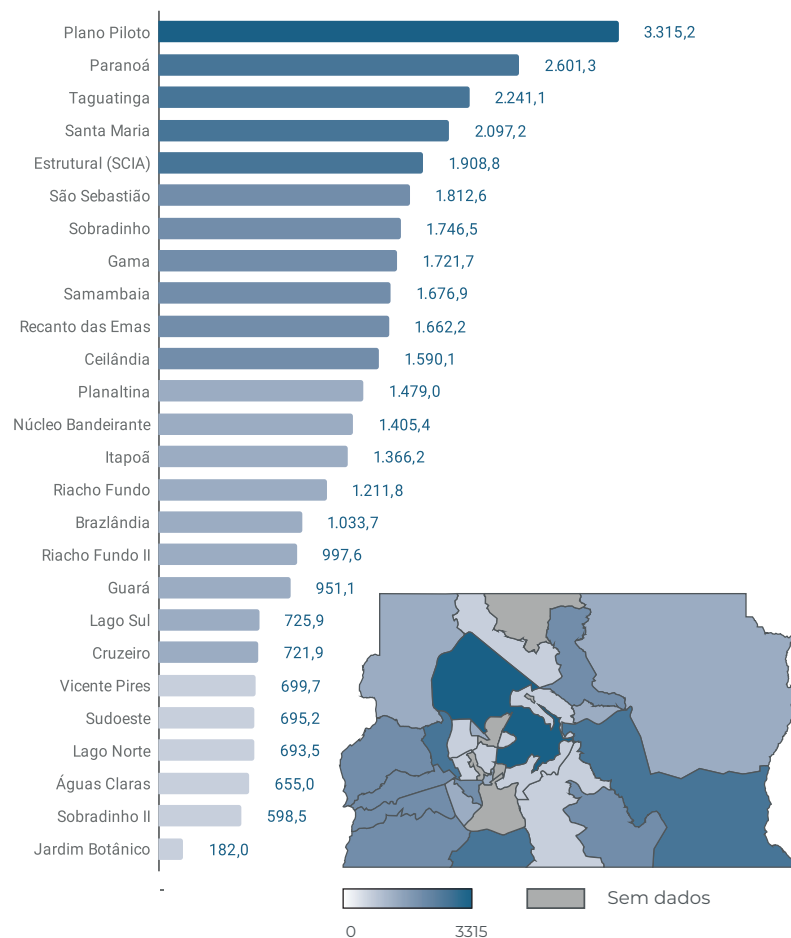
Fonte: Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF)

A partir de 2016, é possível observar uma redução desse índice no Distrito Federal, mas ainda é necessário manter esse enfrentamento no foco principal de atuação da área de segurança.

¹ Pesquisa Nacional de Vitimização, Secretaria Pública - SENASP (2013)

² Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/link/8/crimes-violentos-contra-o-patrimonio-registros-policiais>. Acesso em: 25/04/2019

Gráfico 14
CCP/100 Mil Habitantes por Região Administrativa



Quando analisado o comportamento de CCP nas regiões administrativas (gráfico 14), observa-se um cenário em que três regiões (Plano Piloto, Paranoá e Taguatinga) possuem taxas de 3.000/100 mil habitantes e existem dez regiões (Jardim Botânico, Sobradinho II, Águas Claras, Lago Norte, Sudoeste, Vicente Pires, Cruzeiro, Lago Sul, Guará e Riacho Fundo II) com taxas abaixo de 1.000/100 mil.

A incidência de CVLI passa por um processo semelhante ao de CCP, dado que a partir do ano de 2012 também houve declínio na incidência de crimes violentos letais intencionais, quando o Distrito Federal ocupava a décima quarta posição (27/100 mil habitantes) e atualmente figura como a terceira unidade federativa com a menor incidência do Brasil (18/100 mil habitantes), conforme gráfico 15.

Gráfico 15
Taxa de CVLI por UF - 2017

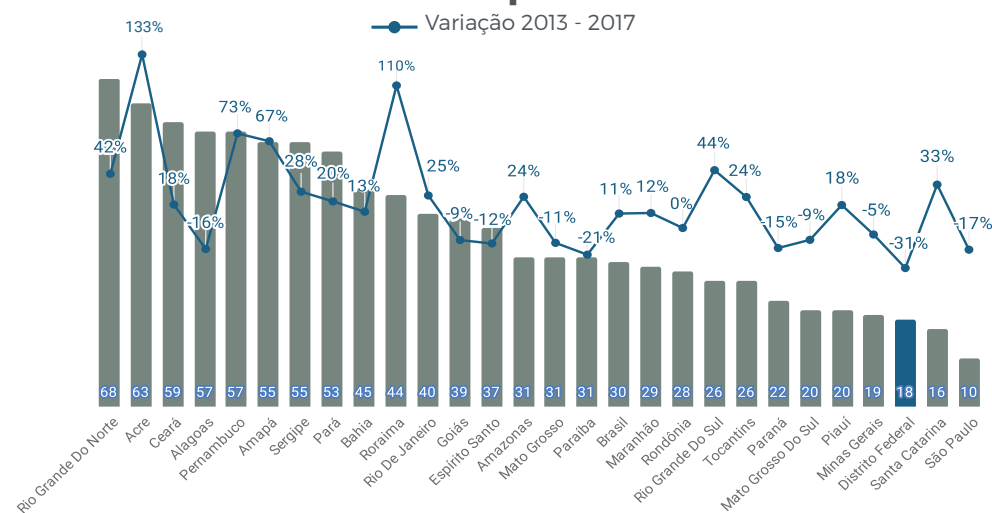
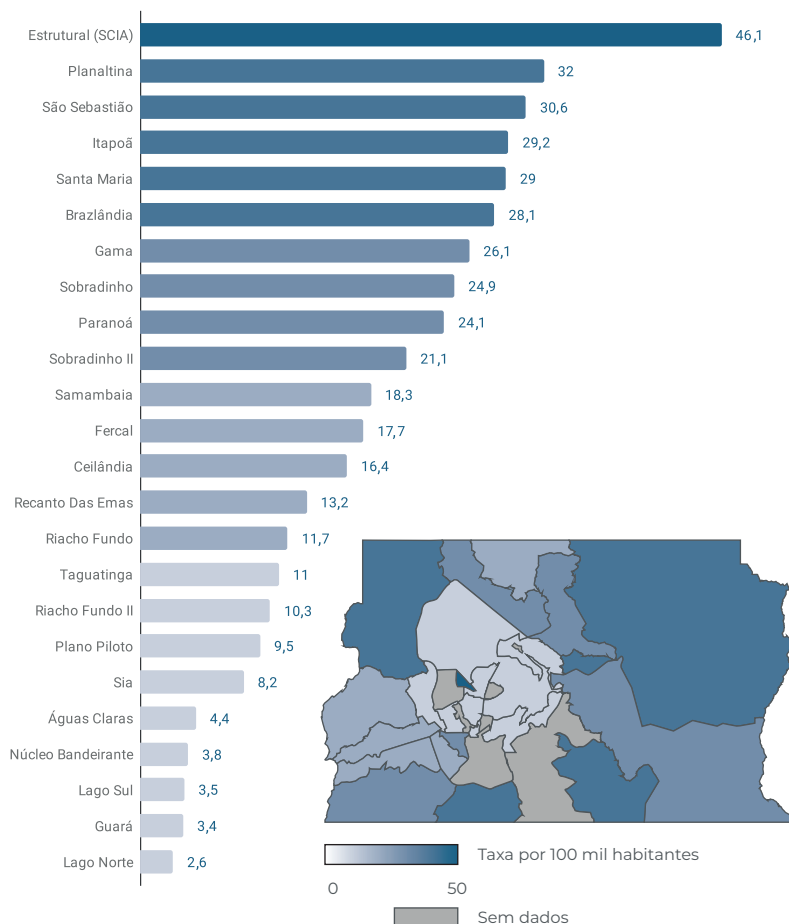


Gráfico 16
CVLI/100 Mil Habitantes por Região Administrativa



Fonte: Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF), 2018⁴

⁴ As regiões administrativas com uma população inferior a 20.000 habitantes não possuem o cálculo da taxa de incidência de CVLI.

Conforme pode ser observado no gráfico 16, as Regiões Administrativas do Lago Norte, Lago Sul, Guará, Núcleo Bandeirante e Águas Claras possuem indicadores abaixo da média nacional, com similaridade aos Estados Unidos (5/100 mil habitantes) e Canadá (2/100 mil habitantes). A maior incidência ocorre em regiões próximas ao Entorno e no SCIA (Estrutural).

Em relação à violência de gênero, o Brasil apresentou nos últimos anos crescimento no número de ocorrências de estupro, homicídios contra as mulheres, feminicídios e violência doméstica. Quanto a este último, foram registrados em 2018 aproximadamente 600 casos por dia no país. Destes, 6%, o que corresponde a 41 casos, ocorreram no Distrito Federal.

O aumento dos registros dos crimes de violência doméstica, observado em todo o país, é resultado de uma política nacional de combate a subnotificação. No Distrito Federal é possível observar, ainda, a implementação de uma política corajosa de proteção às mulheres composta por ações sistemáticas e coordenadas, como a criação da plataforma interativa de dados relativos ao feminicídio⁵, o serviço de monitoramento eletrônico pessoal portátil, com botão de acionamento emergencial⁶, o aplicativo de celular para mulheres em situação de violência (Viva-Flor)⁷, o Programa de Prevenção

5 A Plataforma visa fornecer diagnóstico aprofundado às instituições integrantes do sistema de justiça e segurança do Distrito Federal a fim de orientar as políticas públicas de prevenção e combate à violência contra as mulheres.

6 Disponibilização de instrumento de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, através da utilização da tecnologia de monitoramento e rastreamento que se comunica com as tornozeleiras eletrônicas utilizadas pelos agressores que cumprem medida protetiva de urgência, com vistas a tornar a medida judicial aplicada mais efetiva.

7 Por meio da plataforma para celulares, as mulheres com medida protetiva de urgência, deferida pelo Tribunal de Justiça, que estiverem ameaçadas pelo agressor podem entrar em contato com as forças de segurança.

8 Prevenção Orientada à Violência Doméstica e Familiar, com policiamento orientado

Orientada à Violência (PROVID)⁸, as iniciativas da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) que visam fomentar o empoderamento das mulheres⁹, a política de atendimento especializado à mulher nas delegacias circunscriçionais, o protocolo de acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nas delegacias de polícia¹⁰ e o protocolo de investigação e realização de perícias nos crimes de feminicídio no âmbito do Distrito Federal¹¹.

Conforme gráfico 17, a Região Administrativa de Ceilândia apresenta o maior número de incidências de violência doméstica, seguida de Planaltina, Samambaia, Taguatinga, Gama e Recanto das Emas.

Em relação ao sistema prisional, o Distrito Federal é responsável pelo controle e coordenação de seis unidades: Centro de Detenção Provisória (CDP), Centro de Internamento e Reeducação (CIR), Centro de Progressão Penitenciária (CPP), Penitenciária I do Distrito Federal (PDF I), Penitenciária II do Distrito Federal (PDF II) e Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDf).

Segundo dados de 2018¹², o sistema penitenciário possuía 7.395 (sete mil, trezentas e noventa e cinco) vagas e abrigava 16.377 (dezesseis mil, trezentos e setenta e sete) presos, dos quais 3.382 (três mil, trezentos e oitenta e dois) em regime provisório, 4.960 (quatro mil, novecentos e sessenta) em regime semiaberto e 8.035 (oito mil e trinta e cinco) em regime fechado.

ao enfrentamento da violência doméstica, realizando intervenções familiares com vítimas e agressores, encaminhando-os aos demais órgãos que compõem a rede de apoio e proteção. (Portaria PMDF nº 985/15).

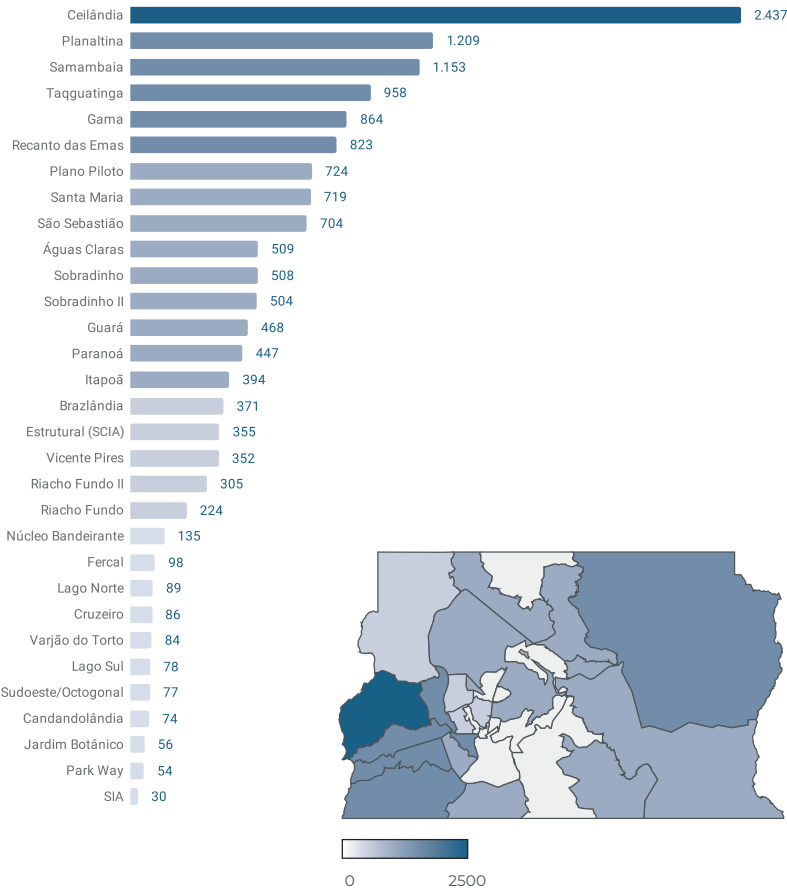
9 Destaque para o Projeto Lidera – Empoderar para Multiplicar que forma líderes comunitários para fortalecer o combate à violência contra a mulher.

10 Norma de Serviço nº 001, de 22 de março de 2019.

11 Norma de Serviço PCDF nº 004, de 08 de março de 2017.

12 Resenha diária do dia 31/12/2018, fornecida pela Subsecretaria do Sistema Penitenciário.

Gráfico 17
Taxa Violência Doméstica por Região Administrativa - 2018



Fonte: Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF), 2018

Não obstante os esforços empreendidos pela gestão prisional distrital para a construção de novas vagas¹³, o aumento do quantitativo de presos e a ausência da ampliação de vagas na mesma proporção, apresenta um desafio para o Distrito Federal, tornando-se imprescindível o aprimoramento do sistema penitenciário, com foco na otimização dos recursos e promoção da cidadania carcerária.

Conforme pode ser observado no gráfico 18, no período de 2011 a 2016, houve aumento de 27% na taxa de aprisionamento¹⁴ (23ª posição entre as unidades da federação), o que traduz um crescimento da população prisional superior ao aumento demográfico do Distrito Federal. Isso agrava a superlotação do sistema, que hoje possui 2,2 presos por vaga.

Os dados apresentam, ainda, uma piora na ordem de 33% da taxa de ocupação¹⁵ (16ª posição entre as unidades da federação), no mesmo período analisado (gráfico 19).

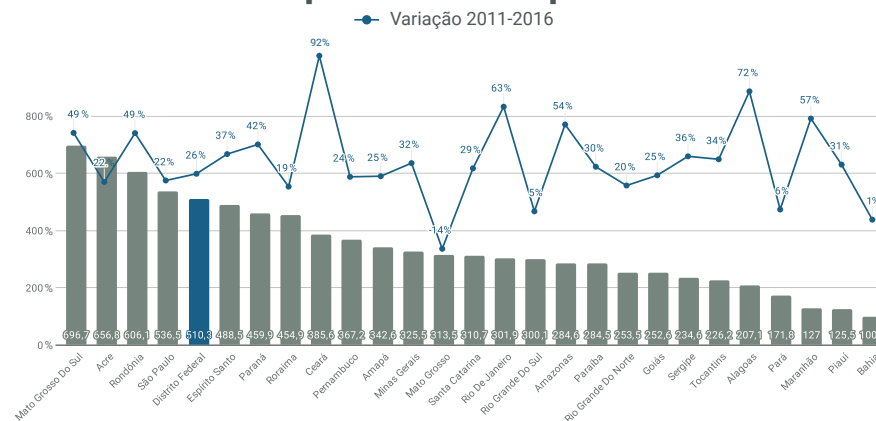
13 Em 2016 foram inauguradas 1400 vagas e encontra-se em execução a obra de construção de 04 novos Centros de Detenção Provisória – CDP, que proporcionará um acréscimo de 3200 vagas.

14 Taxa de aprisionamento: refere-se ao quantitativo de pessoas presas para cada 100 mil habitantes.

15 Taxa de ocupação: refere-se ao quantitativo de pessoas presas por vagas no sistema prisional.

Gráfico 18

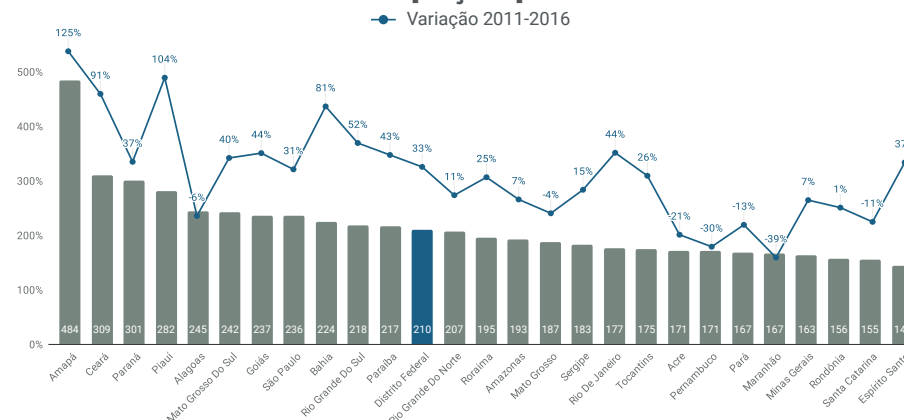
Taxa de aprisionamento por UF - 2016



Fonte: Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), 2018

Gráfico 19

Taxa de ocupação por UF - 2016



Fonte: Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), 2018



Figuram como desafios para o eixo:

- Aumentar a sensação de segurança por meio de enfrentamento qualificado à criminalidade, integração das forças e utilização de tecnologias da informação e comunicação na prevenção e repressão criminal
- Otimizar os recursos humanos e tecnológicos empregados na preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio
- Implantar uma política de ressocialização focada em ações de racionalização do Sistema Prisional do Distrito Federal, promovendo a cidadania carcerária
- Desenvolver uma gestão eficiente e focada em resultados, mediante o fortalecimento da governança e da inteligência na segurança pública

Tendências de Futuro

- A maior participação do Governo Federal na gestão e monitoramento das políticas públicas de segurança, especialmente com a consolidação do Sistema Único de Segurança Pública - Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)¹⁶, tende a padronizar metas e indicadores da área para as unidades federativas, direcionando as estratégias de atuação das forças de segurança e estabelecendo padrões de comparabilidade internacionais.
- A consolidação do conceito de *smart cities*¹⁷ (cidades inteligentes), como instrumento estratégico para planejamento e gestão de cidades, tende a ser uma nova dimensão da gestão pública para o enfrentamento dos desafios da área de segurança, indo além para os setores de energia, recursos naturais, transportes, educação, saúde, dentre outros, por meio do emprego integrado e eficiente de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), trazendo, assim, mais valor e melhor qualidade de vida.
- As novas metas e condicionantes vindas da esfera federal tendem a reduzir as subnotificações dos

tipos penais, em especial de violência contra a mulher e crimes contra o patrimônio, tendo em vista o maior acesso da população às informações e uma melhoria do percentual de confiabilidade nas instituições responsáveis por gerir e operar a política de segurança pública.

- A redução da criminalidade violenta letal intencional e da criminalidade violenta letal (mortes no trânsito) são tendências, uma vez que o primeiro indicador está diretamente relacionado com a melhoria dos índices de resolutividade dos inquéritos policiais ao passo que o segundo possui uma estreita consonância com a redução do consumo de álcool e do uso de substâncias ilícitas por motoristas, em especial pelos mais jovens¹⁸.
- Evidencia-se o aumento das possibilidades de colaboração em tempo real, isto é, de participação cidadã (gravação de eventos em tempo real nas redes sociais e compartilhamento de imagens entre o setor público e estabelecimentos privados) e de integração entre órgãos/entidades de esferas

administrativas distintas (sistemas e bancos de dados interconectados, câmeras e cidades inteligentes¹⁹), qualificando a atuação preventiva e reativa das forças de segurança.

- As forças de segurança tendem a realizar a gestão do déficit tecnológico²⁰, incrementando os seus instrumentos para acompanhar as mudanças dos tipos penais e se organizar internamente, como o avanço dos crimes cibernéticos²¹.
- As altas taxas de aprisionamento e de ocupação do sistema prisional levarão o sistema a atuar em modelos de cogestão para atividades específicas realizadas nos equipamentos penitenciários, como ações diretamente relacionadas à ressocialização dos apenados (trabalho, educação, saúde e outras voltadas à psicologia social), a fim de compartilhar responsabilidades entre o setor público e setor privado.

16 PL 3734/2012. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=542102>. Acessado em 09/04/2019.

17 Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/view/248/227> e <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392005000100011>.

18 MONTEIRO, Cláudio Dantas; GUELLATI, Yacine; FERREIRA, Hélder Rogério Sant'ana. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O Brasil em 2035: tendências e incertezas para segurança pública. 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2337.pdf. Acessado em 02/04/2019.

19 Disponível em: <https://computerworld.com.br/2016/02/23/cinco-tendencias-que-impactarao-seguranca-urbana/>. Acessado em 24/04/2019.

20 Disponível em: <https://revistadigitalsecurity.com.br/artigo-pesquisa-indica-cinco-tendencias-e-desafios-para-seguranca-publica-na-america-latina/>. Acessado em 24/04/2019.

21 Disponível em: <https://hbrbr.uol.com.br/tendencias-seguranca-cibernetica/>. Acessado em 24/04/2019.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A fim de garantir o alinhamento das ações governamentais até 2030 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, definidos pela ONU, apresenta-se a seguir o objetivo vinculado a este eixo, com suas respectivas metas:

ODS 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares

16.2 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças

16.3 Promover o estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos

16.4 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado

16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis

16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis

16.8 Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global

16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento

16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais

16.a Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime

16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável

Batalhas (2019 até 2023)

1ª Batalha

Fortalecer a governança e inteligência na segurança pública

Descrição da Batalha

Muito mais do que uma questão de operacionalização dos serviços de segurança, com a presença massiva de forças nas ruas, a atuação do poder público precisa ser racionalizada com uma disposição estratégica e inteligente. Dessa forma, haverá maior integração e agilidade no combate à criminalidade e às facções criminosas, demonstrando que o uso de dados, a transparência e a integração são vetores fundamentais para o sistema de segurança do Distrito Federal.

Resultados-Chave:

1. Aumentar em 30% as operações integradas no Centro Integrado de Operações de Brasília (CIOB) incluindo atores externos às forças de segurança

2ª Batalha

Preservar a incolumidade das pessoas e do patrimônio

Descrição da Batalha

A melhoria na prevenção e na pronta resposta das forças de segurança são desafios para a manutenção da incolumidade das pessoas e do patrimônio, além de reduzir os índices de acidentes de trânsito, de incêndios de vegetação e em residências, bem como outras eventualidades que atinjam o Distrito Federal

Resultados-Chave:

- 1. Atender 80% das ocorrências de incêndio urbano e acidentes automobilísticos em até 8 minutos
- 2. Reduzir o prazo de análise dos projetos de instalação contra incêndio e pânico para 15 dias
- 3. Reduzir em 10% o índice de mortes no trânsito

3ª Batalha

Aumentar a sensação de segurança por meio de enfrentamento qualificado da criminalidade

Descrição da Batalha

A criminalidade é um problema que se tornou crônico no Brasil. No que tange ao Distrito Federal, há três prioridades: a redução da violência contra a mulher, dos crimes violentos letais intencionais e dos crimes contra o patrimônio. Ações preventivas, de acolhimento às vítimas e de investigação, bem como a modernização tecnológica, são exemplos das melhorias a serem implementadas

Resultados-Chave:

1. Redução em 8% dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) – homicídio, feminicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte
2. Redução em 16% dos Crimes Contra o Patrimônio (CCP) – roubo a transeunte, roubo de veículo, roubo em transporte coletivo, roubo em comércio, roubo em residência e furto em veículo
3. Reduzir em 10% os crimes de violência contra as mulheres

4ª Batalha

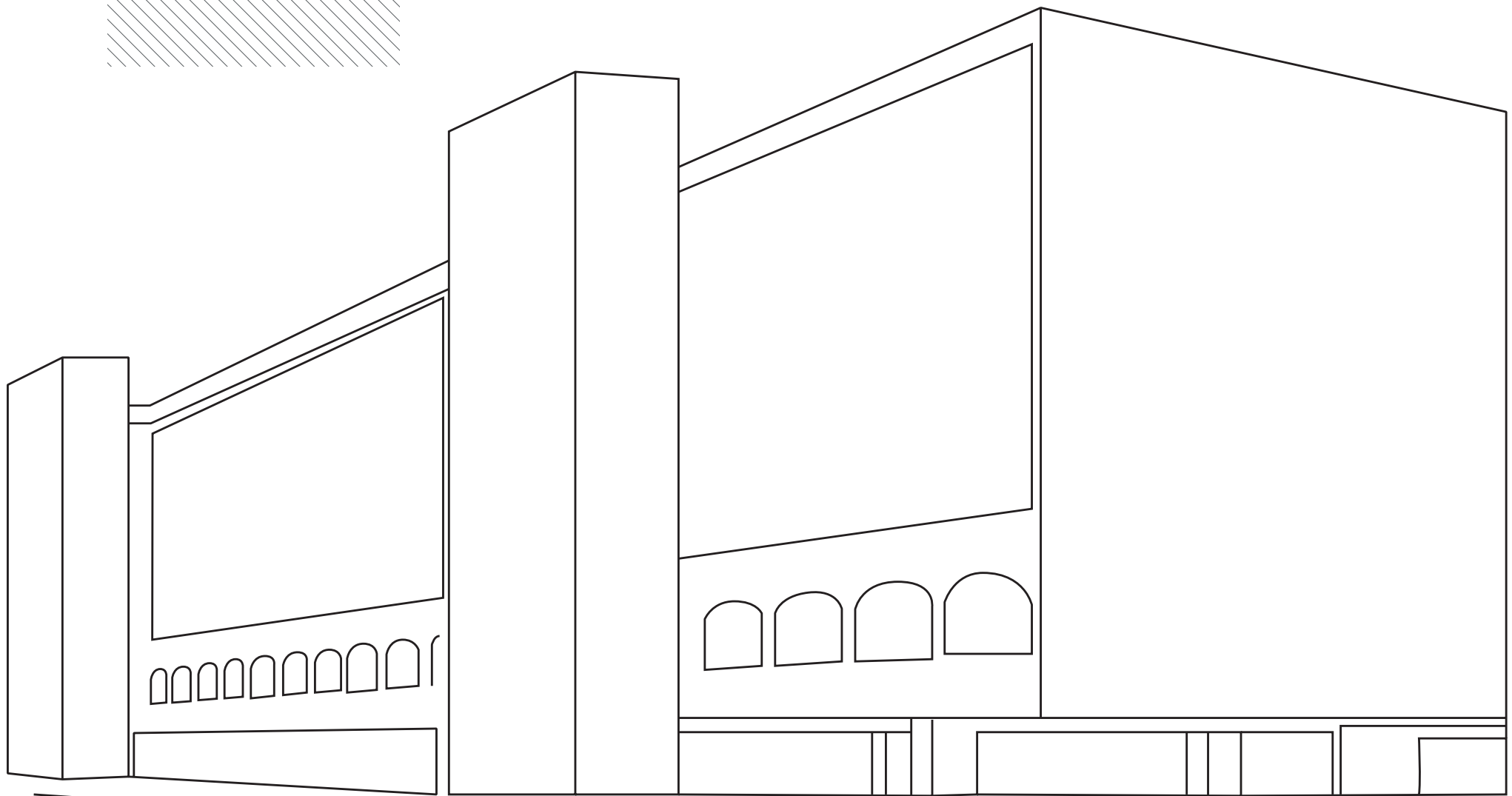
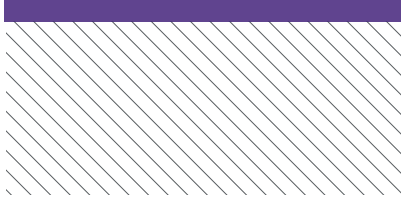
Racionalizar o sistema prisional com ênfase na ressocialização

Descrição da Batalha

Apesar do Distrito Federal apresentar melhores resultados, em comparação com as demais unidades federativas, são necessários avanços no que tange à superlotação e às altas taxas de aprisionamento, além de ações qualificadas de ressocialização, tanto social quanto laboral dos presos e egressos

Resultados-Chave:

1. Reduzir o déficit carcerário em 42%
2. Reduzir em 10% o retorno do egresso ao sistema penitenciário
3. Aumentar em 50% o número de internos em postos de trabalho ou em oficinas profissionalizantes de caráter continuado





Eixo

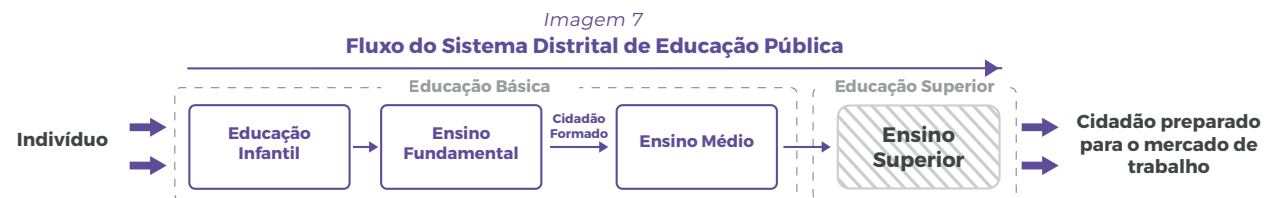
2.4 Educação

Visão Geral

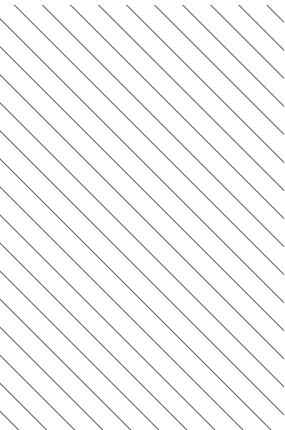


A educação é um dos principais pilares para o desenvolvimento social e econômico da sociedade moderna, sendo garantida a todos na Constituição Federal como dever do Estado e da família. Por meio de um ensino de qualidade é possível resolver alguns dos principais problemas contemporâneos como pobreza, desemprego e baixa renda, violência e fragilidade do sistema de saúde. Mais do que isso, a educação contribui de maneira assertiva na formação do cidadão, fazendo com que o indivíduo se sinta parte da sociedade.

Para atender a isso, o sistema de educação é dividido em dois principais níveis: educação básica – que engloba as etapas da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio – e educação superior. De maneira geral, a educação infantil e o ensino fundamental visam, principalmente, à formação do indivíduo enquanto cidadão. Já a partir do ensino médio, consiste em prepará-lo para o mercado de trabalho, bem como para o prosseguimento dos estudos, conforme apresentado na imagem 7:



Fonte: Elaboração Própria



A grande missão dos estados e municípios consiste em proporcionar a todos o acesso ao ensino com qualidade, sobretudo na educação básica. No Distrito Federal, ainda que algumas regiões sofram com a falta de oferta de vagas, os esforços direcionam cada vez mais para a universalização do ensino de qualidade.

Ao final de 2018, o Distrito Federal contava com 792 unidades escolares, das quais 680 têm infraestrutura e gestão da Secretaria de Estado de Educação, 52 Centros de Educação da Primeira Infância (CEPI) e 60 conveniadas.

Apesar da ampliação da oferta observada nos últimos anos, ainda há um déficit de 19 mil vagas para estudantes de 0 a 3 anos (creche). As maiores carências estão nas Coordenações Regionais de Ensino (CRE) do Plano Piloto, da

Ceilândia e de Samambaia, onde os números de crianças inscritas e aguardando vagas são, respectivamente, 4.151, 3.768 e 3.058. Além disso, a fim de garantir a permanência do estudante na rede de ensino, é de fundamental importância que haja ampliação da oferta de vagas em regiões administrativas de origem (local de residência ou trabalho, do estudante ou do responsável).

Ademais, o Estado deve não somente garantir a oferta de vagas, pois de nada adianta universalizar a educação sem a garantia de que a população tenha acesso a um ensino de qualidade. Dito isso, é de suma importância a análise dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do ensino público – indicador mensurado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

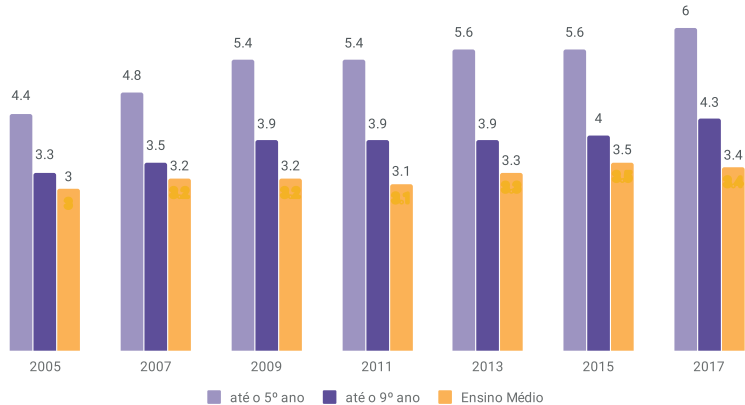
Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que tem o objetivo de avaliar a qualidade do ensino.

As médias alcançadas em 2017 apontam que o Distrito Federal está entre os 10 melhores ensinos públicos do Brasil na avaliação até o 5º ano. Em relação à avaliação até o 9º ano e o ensino médio, o Distrito Federal ocupa respectivamente o 15º e o 13º lugares. Os dados apontam que ainda há um longo caminho a ser trilhado, uma vez que apenas a média do ensino fundamental até o 5º ano alcançou a meta de 6,0, número este que corresponde à média do patamar educacional de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Suécia.

Na avaliação até o 5º ano os avanços das médias são evidentes. Essa realidade não é percebida na avaliação até o 9º ano, nem na avaliação do ensino médio. Entre 2005 e 2017, as notas do IDEB até o 5º ano avançaram 1,6, enquanto que até o 9º ano e no ensino médio o avanço foi de 1,0 e 0,4, respectivamente. Ainda há muito o que fazer para que seja alcançada a média 6,0 nas três avaliações.

No ensino médio, somente em 2007 e em 2009 as metas do resultado do IDEB foram alcançadas. Nos demais anos os resultados apresentados foram inferiores às metas estabelecidas, tendo a maior disparidade no ano de 2017, conforme apresentado no gráfico 22.

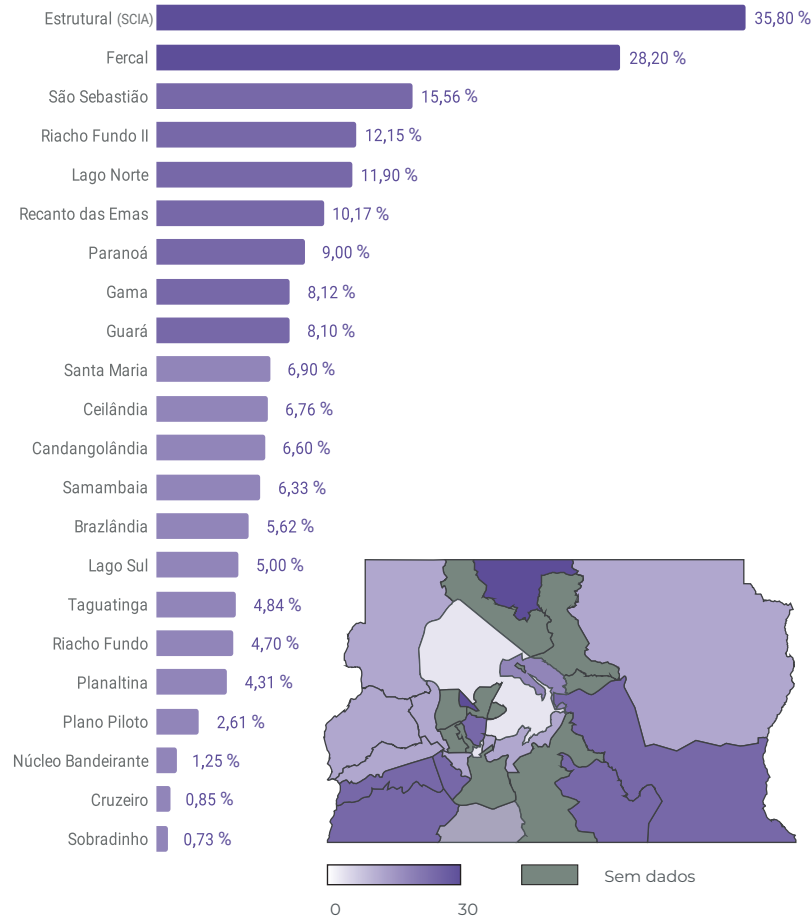
Gráfico 20
IDEB Escolas Públicas do Distrito Federal



Fonte: Resultados e Metas IDEB Escolas Pública 2017. INEP

Gráfico 21

Média de taxa de abandono do Ensino Médio por Região Administrativa 2017

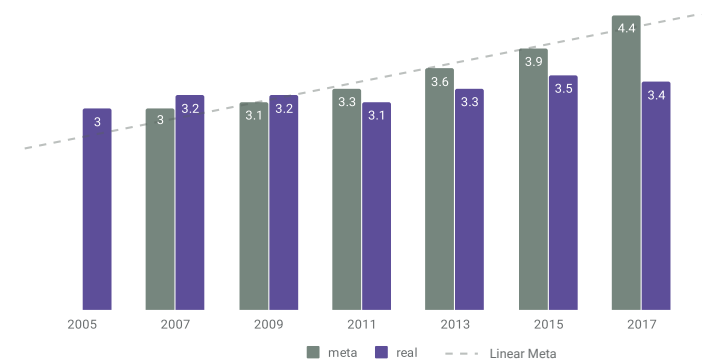


Fonte: INEP, Taxa de abandono Federal e Estadual no DF, 2017

Além do resultado dos testes de proficiência e da aprovação do IDEB, há necessidade de se avaliar a taxa de abandono, sobretudo no ensino médio, que retrata um grande desafio a ser trabalhado nos próximos anos. O gráfico 21 apresenta o resultado desse indicador por Região Administrativa (RA). Enquanto no Plano Piloto a média em 2017 foi de 2,61%, a Estrutural apresentou 35,80% de abandono. Com isso, o combate à evasão escolar no ensino médio é um desafio a ser enfrentado. O Distrito Federal contabiliza RA com altos índices de abandono escolar nessa etapa de ensino.

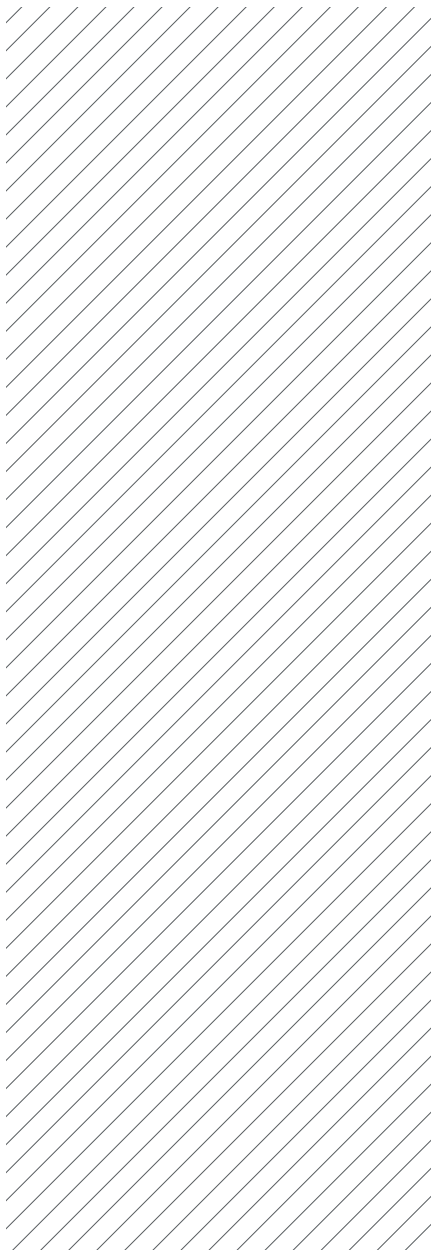
Gráfico 22

IDEB Ensino Médio - Escolas Públicas



Fonte: Resultados e Metas IDEB Escolas Públicas 2017. INEP

Nesse contexto, a ampliação da jornada escolar, desde a educação infantil até o ensino médio, deve ser considerada como importante solução para o aumento da permanência dos estudantes na escola e para o acesso a conhecimentos diversificados, como à cultura, à arte, ao esporte, à ciência e à tecnologia. No Distrito Federal, conforme indicador do Plano Distrital de Educação (PDE), para uma unidade escolar pública ser considerada escola em tempo integral, é necessário que pelo menos 33% de seus estudantes participem de atividades escolares por, no mínimo, 7 horas/dia. Os dados oficiais somente abrangem as escolas com infraestrutura e gestão da Secretaria de Estado de Educação, não sendo contabilizados os atendimentos realizados na rede conveniada.



O Censo Escolar 2017 registra que 458 escolas públicas possuem pelo menos 1 estudante matriculado com atendimento de mais de 7 horas diárias, mas apenas 12% delas alcançam o patamar de escola pública em tempo integral, o que representa 7% do total de estudantes das escolas públicas.

A educação do Distrito Federal avançou sobretudo nos resultados até o 5º ano, todavia ainda há muito o que fazer a fim de garantir a universalização e a qualidade da educação para toda a população. Dessa forma, os principais desafios a serem trabalhados nos próximos anos são:

- Ampliação da oferta de vagas de ensino para crianças de 0 a 3 anos.
- Aumento do resultado do IDEB nos três recortes (até o 5º ano, até o 9º ano e ensino médio).
- Aumento da quantidade de estudantes matriculados em tempo integral.
- Redução da taxa de abandono no ensino médio.
- Atendimento das necessidades de vagas em regiões administrativas de origem (local de residência ou trabalho, do estudante ou do responsável), por meio de melhorias de infraestrutura e de ampliação da rede de ensino, sobretudo nas RA que ultrapassam a região central.
- Inovação pedagógica no ensino, garantindo modernização e adequação às realidades individuais dos estudantes.

Tendências de Futuro



- As expectativas para o futuro da educação reforçam em grande parte a intensificação do uso de tecnologias no ensino, principalmente com as plataformas de ensino e avaliação, os dispositivos móveis e a utilização de softwares livres de informação e educação.¹
- Espera-se, com a intensificação do uso das plataformas digitais, a adoção dos modelos de ensino híbridos com aumento da adoção de metodologias de ensino semipresenciais.¹
- No Brasil, há um cenário de intensificação das parcerias público-privadas nos sistemas de educação pública.
- Há uma tendência mundial de utilização de abordagens diversificadas de ensino, com foco no protagonismo do estudante, possibilitando a adaptação da educação ao estudante. Espera-se que haja cada vez mais adequação do ensino e da avaliação de acordo com a realidade e o interesse de cada estudante, levando-se em consideração as necessidades de desenvolvimento de competências transformacionais, para prepará-lo para os desafios do contexto no qual está inserido².
- Com a previsão de envelhecimento da população, no longo prazo haverá diminuição da demanda pelos serviços de educação básica. Por outro lado, haverá um aumento nas demandas da educação profissional e de formação superior³.
- É previsto o aumento de demandas que consideram a aprendizagem durante toda a trajetória de vida do indivíduo — *Lifelong Learning*, que poderá impactar na necessidade de desenvolvimento de novas políticas públicas, alterando o foco da universalização da educação básica para estratégias voltadas à aprendizagem contínua.³
- Por mais que seja constatada a mudança da pirâmide etária, o Distrito Federal continua tendo as maiores taxas de crescimento populacional do Brasil, portanto haverá aumento das demandas da educação em todos os níveis no curto e no médio prazos.⁴

1 GUELLATI, Yacine; MONTEIRO, Claudio Dantas; JUNIOR, Alimir de Oliveira. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O Brasil em 2035: tendências e incertezas para a área social. Novembro de 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2348.pdf Acesso em 01-04-2019.

2 A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), The future of education and skills, 2018. Disponível em: [https://www.oecd.org/education/2030/E2030%20Position%20Paper%20\(05.04.2018\).pdf](https://www.oecd.org/education/2030/E2030%20Position%20Paper%20(05.04.2018).pdf) . Acesso em 02-04-2019.

3 A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Trends Shaping Education, 2019.

4 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A fim de garantir o alinhamento das ações governamentais até 2030 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, definidos pela ONU, apresenta-se a seguir o objetivo vinculado a este eixo, com suas respectivas metas:

ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

4.2 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, os povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.

4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

4.b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, de técnicos, de engenharia e de programas científicos em países desenvolvidos e em outros países em desenvolvimento.

4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos estados insulares em desenvolvimento.

Batalhas (2019 até 2023)

1ª Batalha

Ter uma educação de excelência

Descrição da Batalha

O ensino é um dos principais instrumentos do Estado para a minimização das desigualdades, além de seu acesso ser um direito de todos os cidadãos. Tão relevante quanto o acesso é a qualidade do ensino. Ambos continuam sendo desafios importantes a serem enfrentados.

O fortalecimento do ensino no Distrito Federal deve considerar a consolidação do conjunto de aprendizagens essenciais para a formação do estudante e a ampliação das alternativas de plataformas de aprendizagem com a modernização da rede. Os ambientes educacionais devem ser adequados e proporcionar excelentes experiências aos profissionais da educação e novas oportunidades aos estudantes, como a educação em tempo integral.

Resultados-Chave:

1. Aumentar a média do IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental para 6,5 em 2021; aumentar a média do IDEB dos anos finais do ensino fundamental para 5,3 em 2021, aumentar a média do IDEB do ensino médio para 3,9 em 2021
2. Ampliar para 10% o percentual de estudantes com educação em tempo integral

2ª Batalha

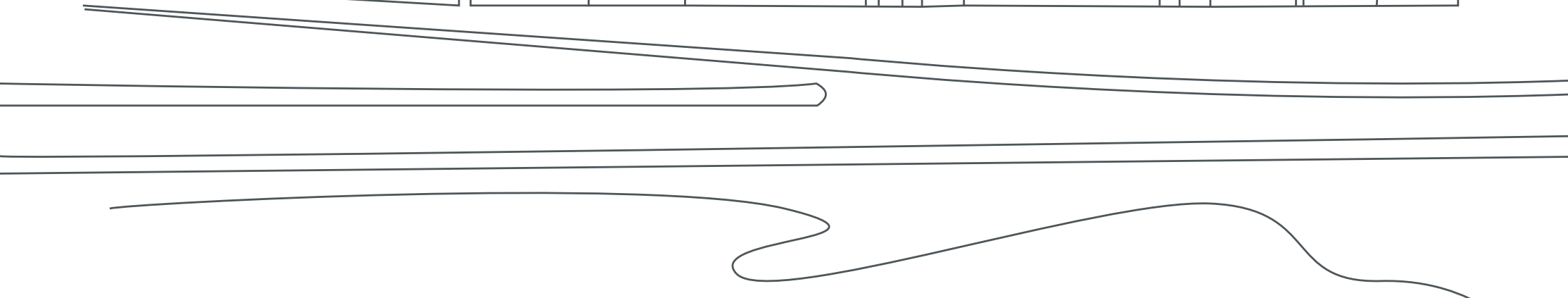
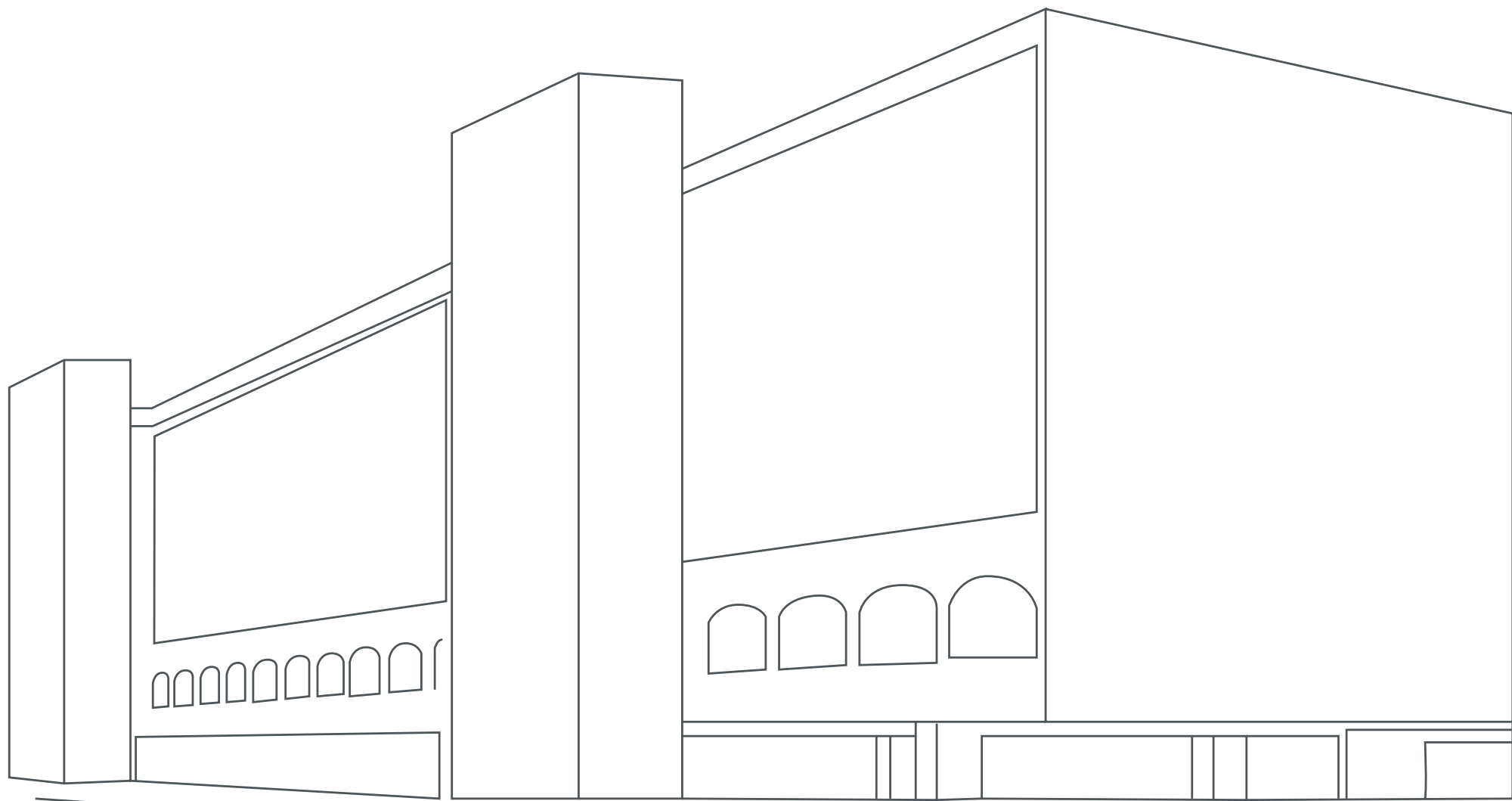
Garantir o acesso e a permanência do estudante da rede pública

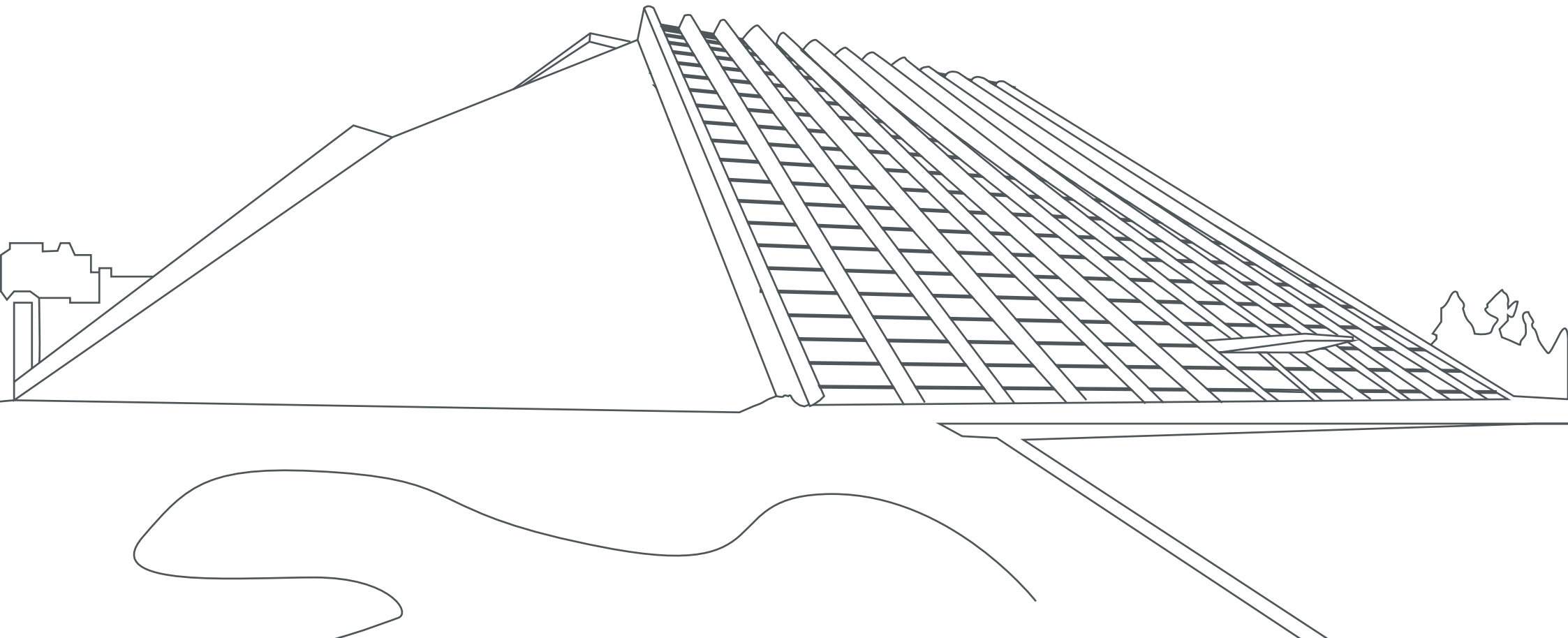
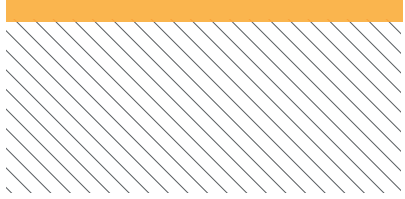
Descrição da Batalha

O grande marco do conceito de educação para todos no Brasil foi a aprovação da Constituição Federal de 1988, que representou um avanço nos direitos do povo brasileiro à educação. Contudo, se houve ampliação da oferta educacional, muito há que se trabalhar, tanto no que se refere ao acesso nas diferentes etapas de ensino, quanto aos estímulos que viabilizem a permanência do estudante, sobretudo para os do ensino médio.

Resultados-Chave:

1. Atender 100% da demanda por matrículas para crianças de 0 a 3 anos, registrada na Secretaria de Estado de Educação do DF
2. Atender em 100% a demanda de educação básica na respectiva Regional de Ensino (residência ou trabalho)
3. Reduzir o índice de abandono do ensino médio de 6,1% para 5,0%







Eixo

2.5 Desenvolvimento Econômico

Visão Geral



O desenvolvimento de uma sociedade está associado ao crescimento de sua economia, que proporciona geração de emprego e renda, conforme demonstra a imagem 8. O governo deve atuar como indutor do crescimento econômico, propiciando ambiente favorável aos negócios para atrair capital, investimentos e turistas. Além disso, deve facilitar a comercialização dos produtos e serviços produzidos com melhoria da infraestrutura, incentivos fiscais, entre outros.

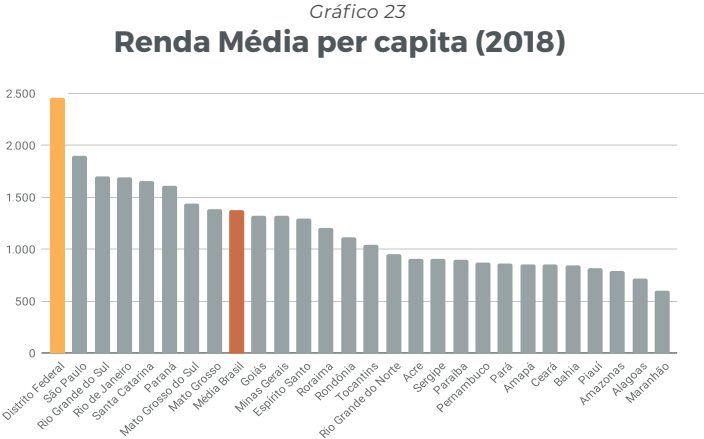
Os últimos anos no Brasil foram marcados por forte recessão, com o cenário agravado devido a instabilidades políticas, o que resultou na deterioração do cenário econômico e social. Apesar do contexto nacional, o Distrito Federal sentiu de forma menos intensa a crise econômica.



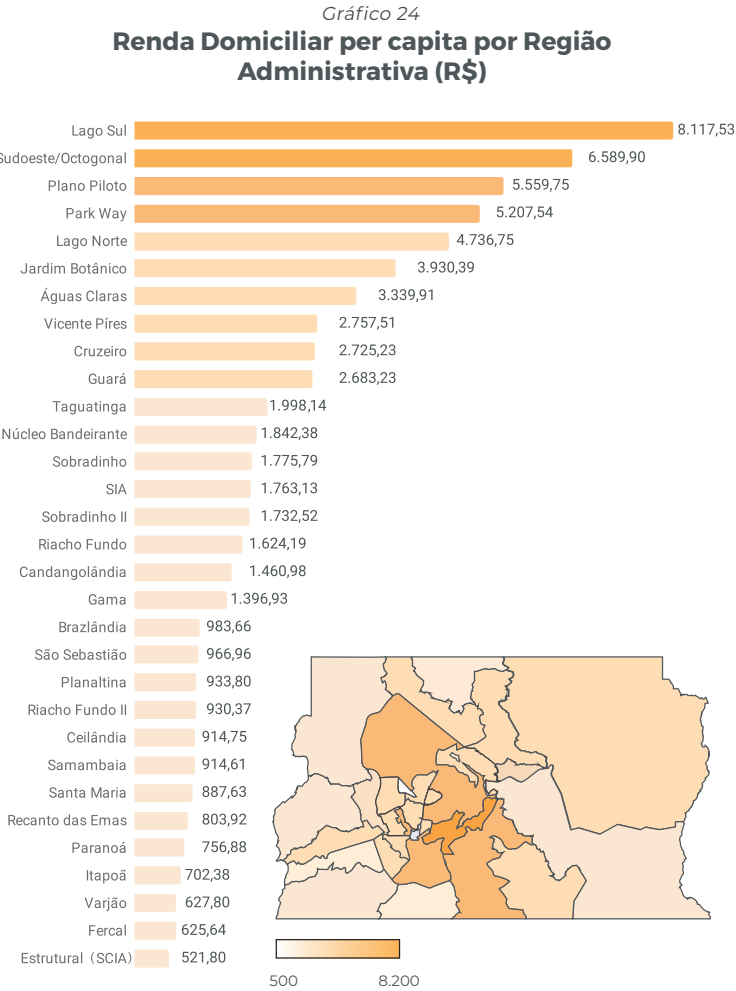
Fonte: Elaboração Própria

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Distrito Federal possui a maior renda média per capita do país. O valor é cerca de 30% superior ao segundo colocado, o Estado de São Paulo, e 400% maior que o mensurado no Maranhão, Estado em última posição no comparativo, conforme gráfico 23. O desempenho local é intensificado pela renda salarial do setor público.

No contexto local, as desigualdades de renda são evidenciadas pelo gráfico 24. No Lago Sul a renda domiciliar per capita é 15,5 vezes a do SCIA (Estrutural), o que demonstra grande disparidade na distribuição da renda. Os residentes em 13, das 31 regiões administrativas, percebem renda média mensal abaixo de mil reais. Em relação ao desemprego, o Distrito Federal possui média maior que a observada no país. Segundo o IBGE, no quarto trimestre de 2018, o índice local era de 12,1%, enquanto o nacional era de 11,6%, conforme gráfico 25. Para reverter a tendência desse indicador, é necessária a diversificação da economia, a fim de reduzir a dependência do setor público na oferta de empregos.



Fonte: IBGE, 2018



Fonte: Pesquisa Distrital Por Amostra de Domicílios, CODEPLAN, 2015¹

¹ A partir de 20/05/2019 serão disponibilizados anexos da PDAD 2018

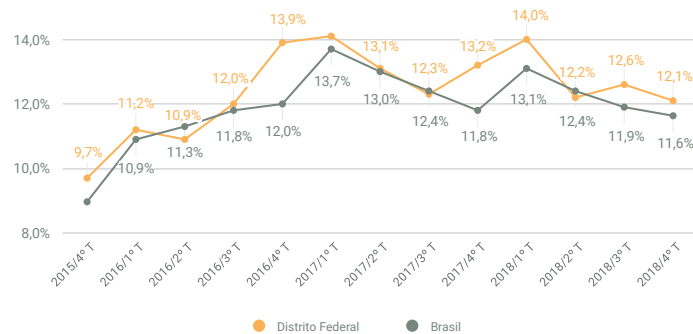
A prestação de serviços, incluindo o setor público, é a principal responsável pela economia local. Após a crise financeira iniciada em 2014 houve uma intensificação da participação desse setor, que, em 2016, representou 93,4% da economia, seguido pela indústria, com 6,2% e pela agropecuária, com 0,4%, conforme gráfico 26.

A retomada do crescimento da economia requer recursos que os orçamentos da União e do Distrito Federal não são capazes de contemplar. Dessa forma, uma alternativa que pode contribuir para o aquecimento da economia local é a atração de investimentos externos. Essa estratégia tem potencial de viabilizar a geração de

emprego e renda no curto prazo, por meio da realização de obras em setores como saúde, educação, habitação e mobilidade, com consequente aumento da arrecadação.

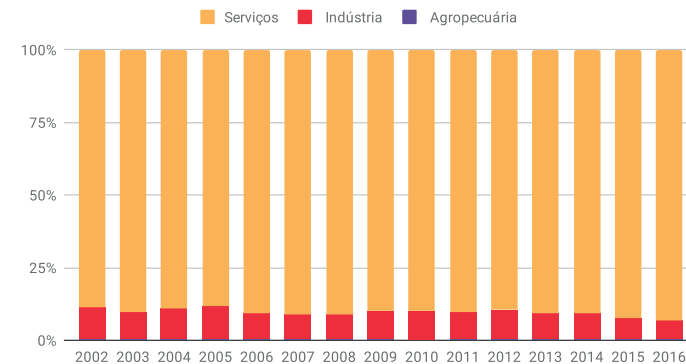
O turismo também contribui para alavancar a economia. Nesse setor, o Distrito Federal dispõe de um cenário competitivo, especialmente no turismo associado a negócios, que movimenta atividades relacionadas a lazer, cultura, gastronomia, natureza, entre outras.

Gráfico 25
Taxa de Desemprego Distrito Federal e Brasil

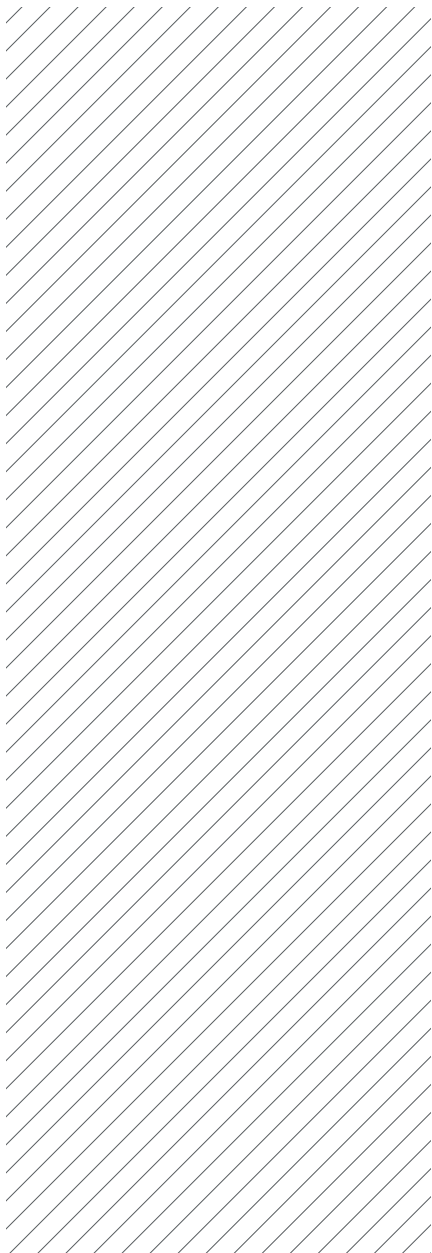


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, divulgado em fevereiro/2019.

Gráfico 26
Composição da Economia do Distrito Federal



Fonte: Pesquisa Distrital Por Amostra de Domicílios, CODEPLAN, 2016



Segundo o IBGE, o Distrito Federal conta com o sexto maior número de leitos hoteleiros do Brasil, com alta vacância durante os finais de semana. Para potencializar a utilização da rede hoteleira em períodos de baixa ocupação, o governo local assinou acordo para tornar a cidade um ponto de parada para passageiros de voos internacionais em viagens de longa duração, fazendo de Brasília um stopover.

A cidade dispõe de estrutura aeroportuária robusta, com localização centralizada, o que permite conexões equidistantes com os principais centros consumidores e produtores do país. Esse potencial pode ser utilizado para transformar o Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek em um dos principais pontos de recepção e de distribuição de cargas (hub) da América Latina, tornando-o um diferencial para o desenvolvimento econômico.

Figuram como desafios para o eixo:

- Aumentar a competitividade do Distrito Federal
- Atrair investimentos internos e externos para aquecimento da economia local
- Criar condições para diversificação da matriz econômica do Distrito Federal, explorando o potencial das áreas de turismo, de empreendedorismo, de economia criativa e de ciência, tecnologia e inovação
- Reduzir o índice de desemprego para número menor que a média nacional



Tendências de Futuro



- Haverá intensificação do aporte de recursos privados no segmento de infraestrutura. A maior parte virá por meio de parcerias público-privadas e concessões em aeroportos e rodovias, entre outros. Tal movimento, impulsionado pela crescente demanda populacional por resultados visíveis, exigirá maior agilidade na celebração de contratos e parcerias por parte do poder público.
- Com o desenvolvimento da economia de inovações e o fortalecimento de ecossistemas inovadores, é esperada uma nova divisão social, posicionando a classe média como principal consumidora e produtora de inovações².
- É esperada uma nova dinâmica de trabalho que impactará negativamente a necessidade de mão de obra, em especial devido à automação e à robotização

dos processos de trabalho³. Nesse contexto, novas estratégias de arrecadação do governo e empregabilidade da população deverão ser traçadas.

- É previsto o aumento dos fluxos de capital em uma economia com novas regulamentações financeiras e bancárias, interconectada com a expansão dos serviços digitais baseados na economia colaborativa.
- O crescimento da renda aliado a novas tecnologias poupadoras de trabalho permitirá maior tempo de lazer aos trabalhadores, trazendo oportunidades relacionadas à economia criativa, que envolve os setores de cultura, audiovisual e mídia editorial, softwares e games, design, arquitetura e publicidade, entre outros⁴.

2 Future State 2030: The global megatrends shaping governments, KPMG, 2014

3 FREY, Carl Benedikt; OSBORNE, Michael A. The future of employment: how susceptible are jobs to computerisation?. Technological forecasting and social change, v. 114, p. 254-280, 2017

4 Macrotendências Mundiais, FIESP, 2018

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A fim de garantir o alinhamento das ações governamentais até 2030 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, definidos pela ONU, apresentam-se a seguir os objetivos vinculados a este eixo, com suas respectivas metas:

ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico

8.1 Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos

8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra

8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros

8.4 Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo

Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança

8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor

8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação

8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas

8.8 Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários

8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais

8.10 Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos

8.a Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos

8.b Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT]

ODS 9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

9.1 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos

9.2 Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos

9.3 Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados

9.4 Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades

9.5 Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades

tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento

9.a Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos estados insulares em desenvolvimento

9.b Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities

9.c Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020

Batalhas (2019 até 2023)

1ª Batalha

Melhorar o posicionamento no ranking de competitividade dos estados

Descrição da Batalha

O Distrito Federal apresenta diversas dificuldades a serem superadas para tornar-se a unidade mais competitiva do país. É necessária a atuação estatal para criação de oportunidades que levem ao crescimento econômico, sobretudo no que diz respeito à capacidade de abertura de novos negócios e avanços tecnológicos.

Resultados-Chave:

1. Alcançar o 2º lugar no ranking de competitividade dos estados
2. Aumentar de 12.886 para 27.000 a abertura de novos negócios
3. Estar entre as 10 cidades no Ranking Connect Smart Cities do Brasil
4. Estar entre as três cidades brasileiras melhores colocadas no ranking International Congress and Convention Association (ICCA) de realização de eventos internacionais
5. Aumentar em 2% ao ano o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) em reais
6. Aumentar em 25% a comercialização em toneladas de produtos hortigranjeiros
7. Transformar o Distrito Federal em um polo atrativo de grandes eventos esportivos, nacionais e internacionais

2ª Batalha

Ser a principal referência para atração de turistas, investimentos e negócios

Descrição da Batalha

Para o fortalecimento da economia local, é importante que se tenha estratégia de atração de investimentos para ampliação de oportunidade de negócios, com foco na ampliação das exportações e na expansão do setor privado na composição do PIB local. Além disso, é necessário potencializar a atividade turística.

Resultados-Chave:

1. Ampliar de 2% para 5% o fluxo comercial
2. Aumentar em 20% o valor das exportações
3. Ampliar em 10% a participação do turismo no PIB do Distrito Federal
4. Aumentar de 55,39% para 60% a participação do setor privado no PIB

3ª Batalha

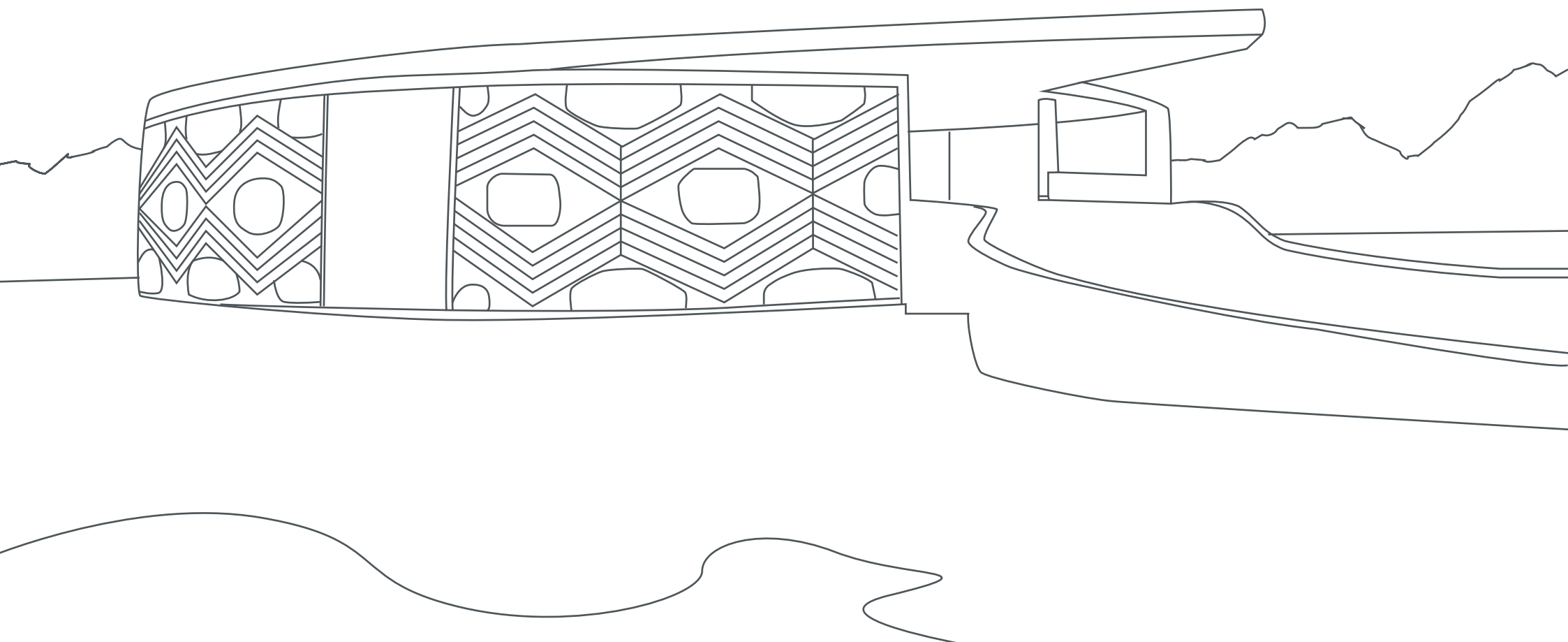
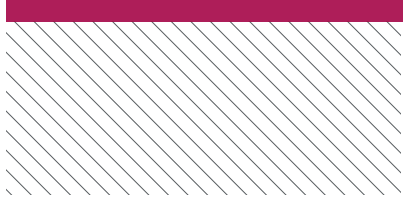
Reduzir o desemprego para abaixo da média nacional

Descrição da Batalha

Para a redução do desemprego no Distrito Federal, é necessário o aquecimento da economia local e a atração de investimentos externos, diminuindo a dependência do setor público a partir da diversificação da matriz econômica.

Resultados-Chave:

1. Aumentar de 5% para 20% o aproveitamento de vagas ofertadas pelas agências do trabalhador
2. Aumentar de 14,1% para 16% a participação de empreendedores (MEI) na economia criativa
3. Aumentar em 3,75% ao ano o número de Microempreendedores Individuais (MEI) e empreendedores





Eixo

2.6 Desenvolvimento Social

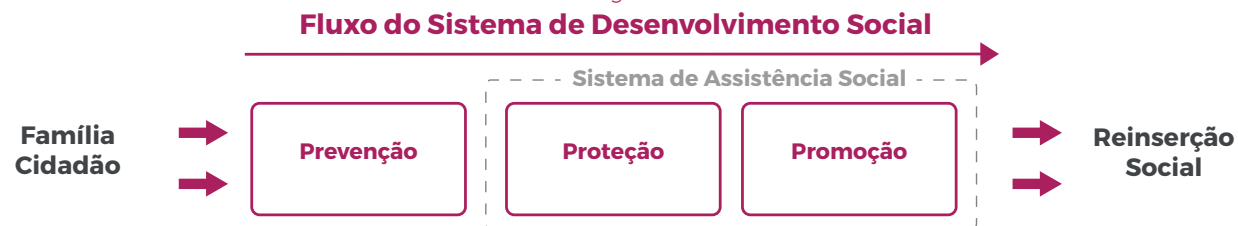
Visão Geral



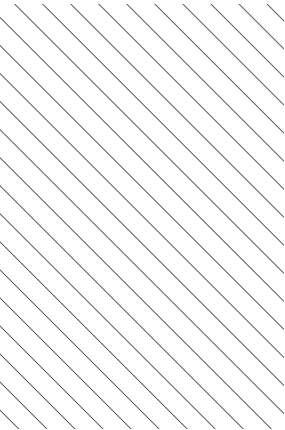
O desenvolvimento social é uma pré-condição para a emancipação dos cidadãos e para a redução da dependência do sistema de proteção social. O Estado deve atuar de forma a prevenir vulnerabilidades, proteger a população em casos de violações de direitos e riscos reais ou potenciais e promover a redução de desigualdades. Essa atuação pode ser definida pelo ciclo de prevenção-proteção-promoção, conforme demonstra a imagem 9.

O Distrito Federal desenvolve ações para evitar a entrada de cidadãos no ciclo de proteção social, bem como iniciativas para a manutenção de vínculos sociais e familiares, contudo é necessário dar maior efetividade a essas ações para que, de fato, levem o setor público até o cidadão, integrando a assistência social a diversas áreas, como saúde, educação e segurança.

Imagem 9



Fonte: Elaboração Própria



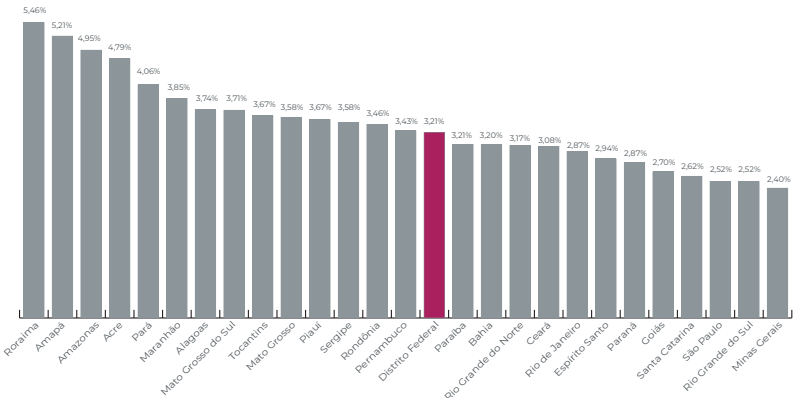
São apresentadas duas perspectivas com foco no público jovem, conforme apresentado nos gráficos 27 e 28: a primeira retrata que 3,43% dos partos anuais são de mães adolescentes e, na segunda, o indicador demonstra que a cada 100 mil habitantes, 201 jovens estão cumprindo medida socioeducativa.

O sistema de assistência social é acionado a partir das falhas do Estado em prevenir riscos reais ou potenciais. Com a instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) criou-se o modelo de gestão compartilhada entre União, Estados e Municípios de modo a ofertar proteção aos cidadãos.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa nacional de transferência direta de renda, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. No Distrito Federal, houve redução de aproximadamente um terço de famílias beneficiadas pelo Programa, entre 2010 e 2018.

Gráfico 27

Percentual de Adolescentes Mães em todos os nascimentos 2018



Fonte: MS. DATASUS, 2019

Gráfico 28

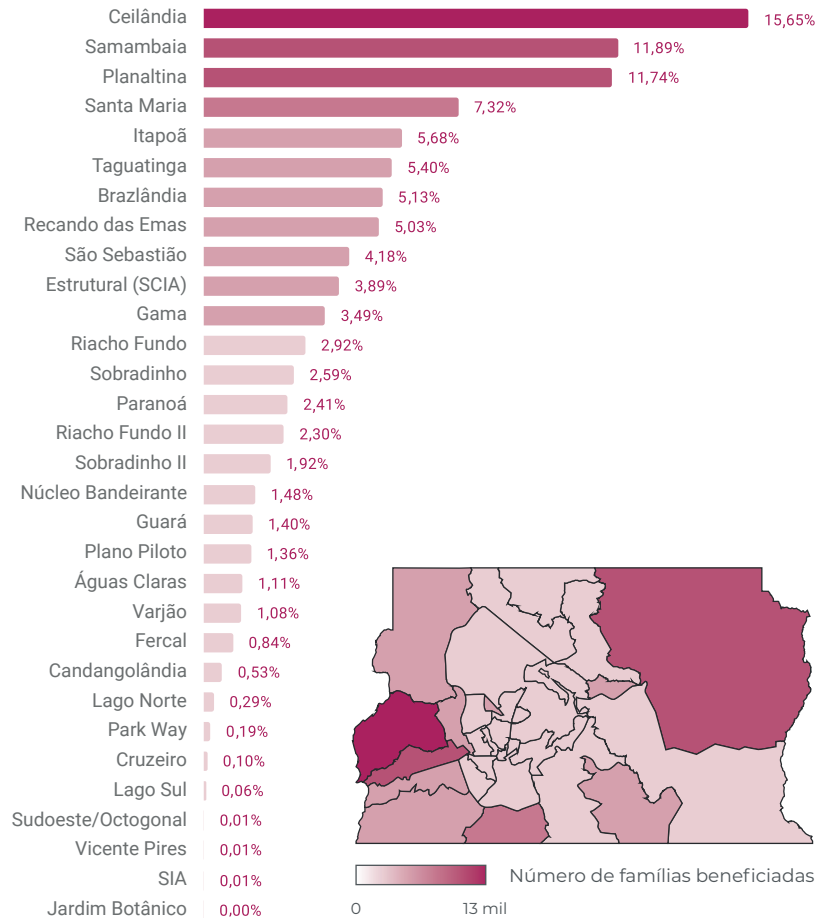
Jovens em cumprimento de medida socioeducativa a cada 100 mil habitantes



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2013, 2016)

Gráfico 29

Distribuição de famílias atendidas pelo PBF por RA



No Distrito Federal, a cobertura do Bolsa Família atinge apenas 76% da população elegível, indicando lacunas para a melhoria desta ação de combate à extrema pobreza. As regiões administrativas de Ceilândia, Samambaia, Planaltina e Santa Maria concentram 46% do total de famílias beneficiadas, conforme gráfico 29.

O desemprego de jovens entre 18 e 24 anos agravou-se nos últimos anos, com taxa superior à média brasileira, evidenciando a necessidade do fortalecimento das políticas públicas de inserção desses cidadãos no mercado de trabalho, conforme gráfico abaixo.

Taxa de Desemprego 18 - 24 anos

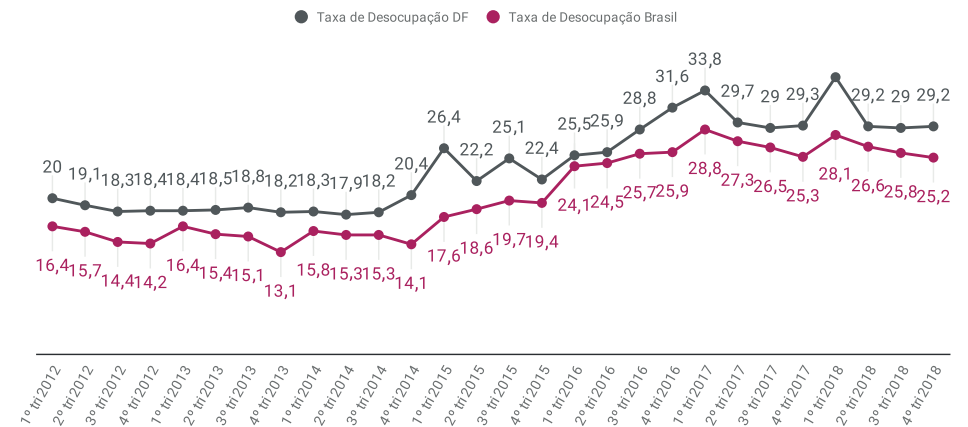


Gráfico 30

Índice de GINI 2015 e Variação 2005-2015 por Unidade da Federação

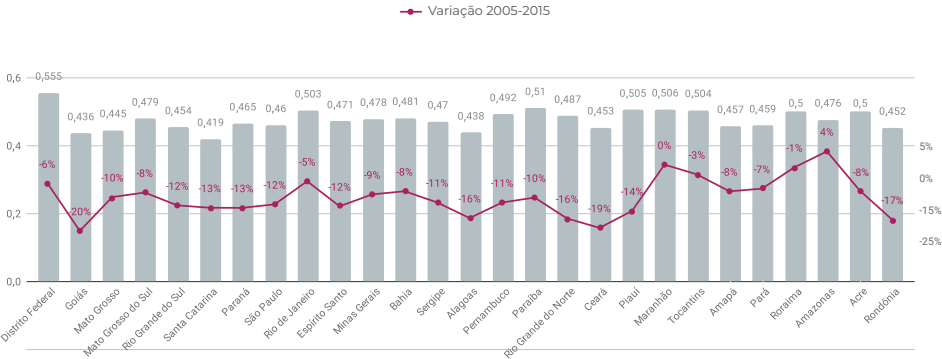
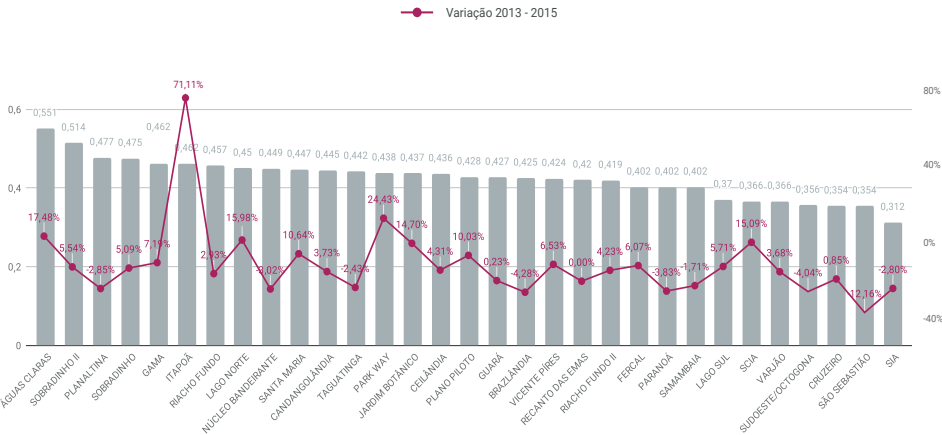


Gráfico 31

Índice de GINI 2015 e Variação 2013-2015 por Região Administrativa



Outra análise importante refere-se ao índice de Gini, que avalia de 0 a 1 a desigualdade de renda dos habitantes de determinada localidade, sendo 0 completa igualdade e 1 completa desigualdade. Segundo esse quesito, o Distrito Federal é o ente federativo com pior resultado, demonstrando alto grau de desigualdade de renda da população, conforme gráficos 30 e 31.

Figuram como desafios para o eixo:

- Fortalecer políticas voltadas à erradicação da extrema pobreza, com atuação preventiva, especialmente em áreas marcadas por conflitos sociais.
- Prover a expansão dos serviços assistenciais em todas as regiões administrativas, diminuindo a insegurança alimentar, ampliando os programas de transferência de renda, bem como regionalizando e integrando os programas sociais com uso de tecnologias e com políticas que respeitem a diversidade.
- Assegurar qualificação e inserção no mercado de trabalho dos egressos do sistema de proteção social e daqueles que não tiveram acesso a ele, a fim de reduzir as desigualdades de renda.

Esses desafios são potencializados dado o contexto histórico da desigualdade social brasileira. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil está entre os países mais desiguais do mundo. Caso não haja ações assertivas do Estado, desdobra-se uma série de consequências como aumento da violência, do desemprego, além da dificuldade de acesso à educação, à saúde e ao transporte público.

Fortalecer as políticas públicas que considerem a transversalidade entre todos os eixos temáticos traduz o principal desafio do Desenvolvimento Social

Tendências de Futuro



- No Distrito Federal, estudos apontam para o crescimento da população economicamente ativa e do percentual de idosos, redução da população que compõe a primeira infância e a juventude, e consequente mudança no padrão de demanda por serviços¹.
- A mudança do perfil de renda da população tende a acelerar o debate por conflitos sociais, incluindo pautas concorrentes para os recursos dos programas sociais e rejeitando as políticas sociais clássicas de assistência social².
- Estratos populacionais marginalizados cada vez mais exigirão políticas que os protejam e promovam sua inclusão igualitária face aos demais. Sinaliza-

se, no longo prazo, uma redução de estigmas com a ampliação de políticas afirmativas e de reparação das desigualdades entre os atores sociais.

- A robotização na substituição da mão de obra massificada por tecnologias indica a necessidade da formação e da abertura de vagas para empregos de maiores especificidades.
- Com o aumento da renda, a demanda por alimentos crescerá em maiores proporções que à capacidade produtiva. Esse desequilíbrio entre demanda e oferta exigirá maior protagonismo do Estado na segurança alimentar³.

1 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>.

2 MARCZAK, Jason; ENGELKE, Peter; BOHL, David; JÍMENEZ, Andrea Saldarriaga. Banco Interamericano de Desenvolvimento. América Latina y el Caribe 2030: Escenarios Futuros. 2016. Disponível em: <https://publications.atlanticcouncil.org/lac2030/wp-content/uploads/2016/12/LAC2030-Informe-Final.pdf> Acesso em: 01-04-2019.

3 Megatendências mundiais 2030: o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo?: contribuição para um debate de longo prazo para o Brasil / organizadora: Elaine C. Marcial. – Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/151013_megatendencias_mundiais_2030.pdf

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A fim de garantir o alinhamento das ações governamentais até 2030 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, definidos pela ONU, apresentam-se a seguir os objetivos vinculados a este eixo, com suas respectivas metas:

ODS 1 – Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia

1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais

1.3 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis

1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças

1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais

1.a Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões

1.b Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza

ODS 2- Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover agricultura sustentável

2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano

2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas

ODS 4- Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos e todas

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo

4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo compartilhadas pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade

ODS 5 – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte

5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos

5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas

5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais

5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais

5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres

5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

ODS 10 – Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

10.1 Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional

10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra

10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito

Batalhas (2019 até 2023)

1ª Batalha

Prevenir vulnerabilidades para garantir o direito do jovem à juventude

Descrição da Batalha

O direito do jovem à juventude é a concepção de que ele tenha acesso às oportunidades para o seu pleno desenvolvimento, com apoio de políticas transversais efetivas de saúde, segurança, educação, emprego e renda, entre outras

Resultados-Chave:

1. Reduzir em 50% o percentual de gravidez na adolescência
2. Reduzir em 50% os índices de dependentes químicos e abuso de álcool da população jovem
3. Aumentar de 60% para 100% o percentual de adolescentes dos regimes de semiliberdade e meio aberto matriculados no sistema educacional do DF

2ª Batalha

Proteger os direitos fundamentais do cidadão e da família

Descrição da Batalha

O cidadão e a família são pilares para o desenvolvimento de uma sociedade igualitária e com crescimento econômico. A garantia dos direitos fundamentais é a base para o Estado combater a pobreza, reduzir desigualdades e proteger as pessoas em situação de vulnerabilidade

Resultados-Chave:

1. Aumentar em 50% o Indicador de Desenvolvimento do CRAS (IDCRAS) de cada equipamento público que oferta o Programa de Atenção Integral à Família
2. Aumentar em 50% o Indicador de Desenvolvimento do CREAS (IDCREAS) de cada equipamento público que oferta a Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos
3. Aumentar em 50% a cobertura do acesso aos Programas de Segurança Alimentar
4. Aumentar o número de famílias incluídas no Bolsa Família de 69.830 para 95.674
5. Aumentar em 10% ao ano o número de atendimentos dos programas protetivos e de orientação

3ª Batalha

Promover a redução das desigualdades com a geração de renda

Descrição da Batalha

Ao criar condições para acesso ao emprego e renda, o Estado contribui para a promoção da igualdade de direitos sociais, favorecendo a emancipação de pessoas em situação de vulnerabilidade

Resultados-Chave:

1. Aumentar em 20% a inserção de vulneráveis, socioeducandos, egressos, adictos e grupos diversos, no mundo do trabalho
2. Aumentar em 50% o número de pessoas qualificadas inseridas/reinseridas no mundo do trabalho (vulneráveis, socioeducandos, egressos, adictos e grupos diversos);
3. Reduzir em 2% ao ano a taxa de desemprego entre jovens de 18 a 29 anos
4. Reduzir em 50% a diferença salarial entre homens e mulheres
5. Aumentar para 50% a participação de mulheres em cargos de alta chefia e eletivos Executivo, Judiciário e Legislativo
6. Promover, implantar e ampliar políticas e programas de direitos humanos, em proporcionalidade à população do DF e entorno

4ª Batalha

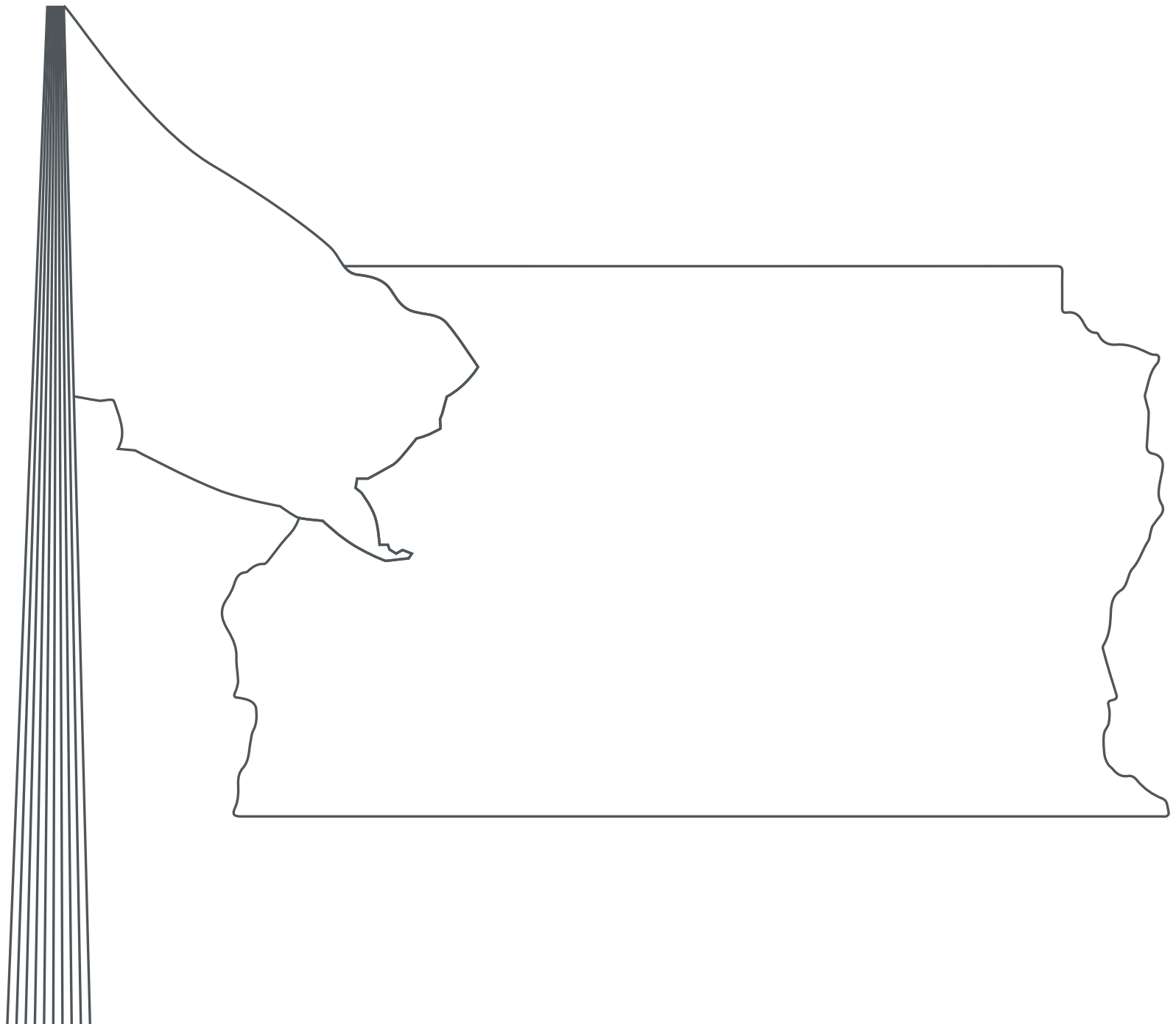
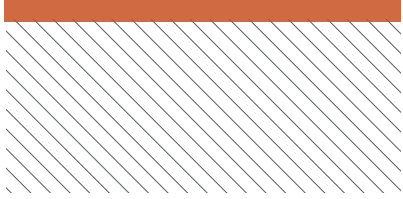
O Estado mais próximo do cidadão

Descrição da Batalha

Para efetiva promoção do amparo ao cidadão em todas as frentes preventivas, protetivas e promotoras de direitos sociais, o acesso aos serviços públicos essenciais deve ser potencializado, favorecendo a presença do Estado junto ao cidadão.

Resultados-Chave:

1. Padronizar 100% dos Conselhos Tutelares no DF conforme as diretrizes do MDH
2. Emitir 20.000 documentos e realizar 8.000 atendimentos/consultas psicossociais fora das unidades fixas
3. Reduzir de 8 para 2 meses o tempo entre a abertura e a resolução do problema pelo PROCON





Eixo

2.7 Desenvolvimento Territorial

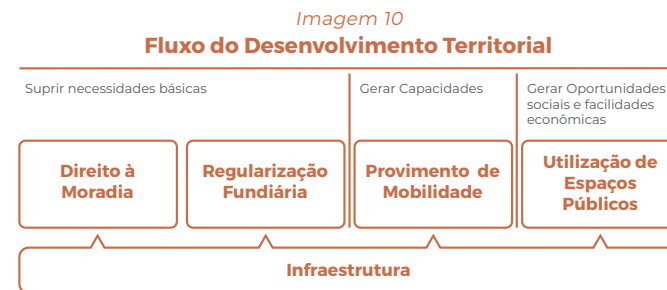
Visão Geral



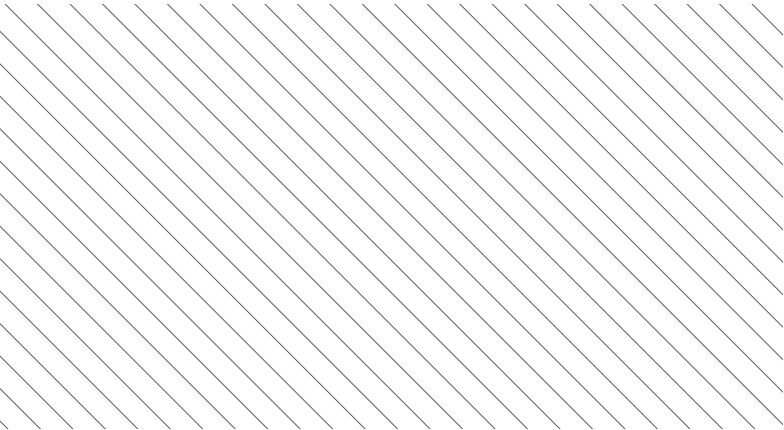
Território é o espaço que reúne pessoas, grupos sociais e instituições. A atuação do Estado na promoção do desenvolvimento territorial garante efetividade na prestação de serviços públicos e reduz distâncias sociais e econômicas da população. É necessário analisar integralmente a oferta de serviços públicos nos territórios: habitação, saneamento básico, saúde, segurança, educação, energia, transporte público, infraestrutura de mobilidade, iluminação pública e equipamentos públicos comunitários, entre outros.

A dinâmica territorial do Distrito Federal envolve não apenas a área planejada e reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, mas todas as regiões administrativas e a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF).

Este eixo abrange cinco grandes temas: regularização fundiária, acesso à moradia, mobilidade, utilização de espaços públicos com provimento de áreas propícias a práticas culturais e esportivas e infraestrutura, conforme demonstra a imagem 10.



Fonte: Elaboração Própria



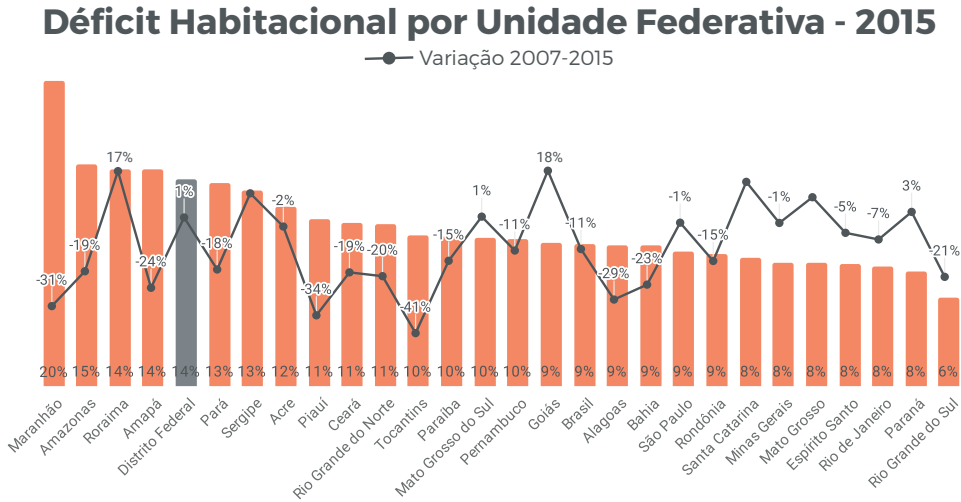
As políticas de regularização fundiária e de acesso à moradia são debates históricos no Distrito Federal. Quando da vinda da Capital Federal para a região Centro-Oeste, devido a restrições orçamentárias, não foi desapropriada a totalidade das terras que integram o quadrilátero. Foram priorizadas áreas próximas ao Plano Piloto, o que ocasionou desordenamento dos domínios fundiários nas últimas décadas.

Desde a construção de Brasília, a busca por oportunidades incentivou fluxos migratórios para o Distrito Federal, com o consequente adensamento

populacional além do planejado. Essa lógica de ocupação gerou núcleos urbanos distantes das áreas em que o emprego se concentrava, situação que perdura até os dias atuais.

O alto custo da habitação na região central e as grandes distâncias entre os centros habitacionais e econômicos motivaram a invasão de terras e a proliferação de moradias precárias, fatores que contribuíram para que o Distrito Federal ocupe a quinta pior posição no déficit habitacional do País, conforme gráfico 32.

Gráfico 32



Fonte: Fundação João Pinheiro (2018)

O adensamento urbano, o aumento da frota individual de veículos e a necessidade de deslocamentos para a área central implicam em desafios para a mobilidade urbana. Quando comparado com os demais grandes centros urbanos do Brasil e do mundo, o Distrito Federal possui uma das maiores quilometragens e tempos médios de deslocamento via transporte público.

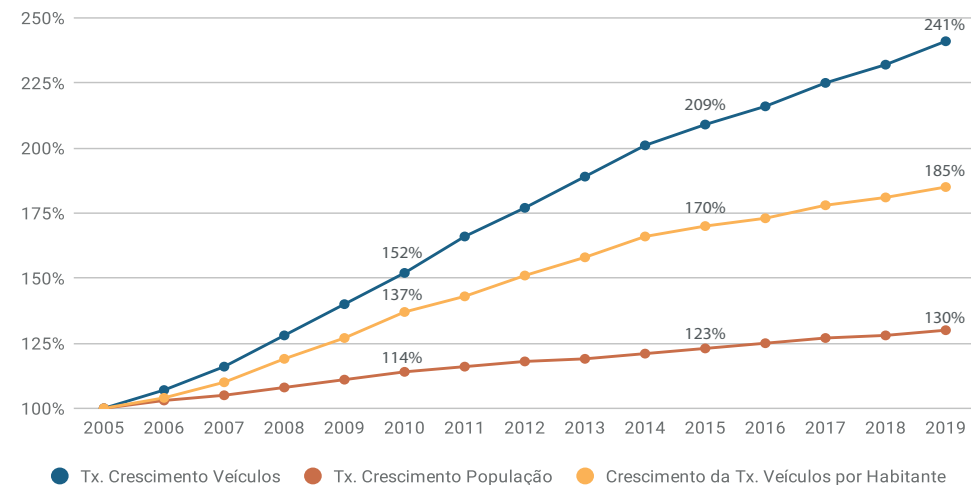
Segundo a Moovit, maior empresa de análise de dados do transporte público do mundo, usuários do

Distrito Federal e entorno percorrem em média 15,1 km por viagem e gastam, em média, 96 minutos por dia, com transporte público.

Entre 2005 e 2019, houve um aumento de aproximadamente 241% na frota de veículos do Distrito Federal. Nesse período, a população cresceu 130%, o que representa um aumento de 185% de veículos por habitante, conforme apresentado pelo gráfico 33.

Gráfico 33

Evolução da taxa de veículos por habitante



Fonte: Renavam/Denatran (2019) e IBGE (2019). Elaboração Própria



A Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) realizou estudo¹ sobre o Plano Diretor de Transportes e Mobilidade do Distrito Federal (PDTU/DF). Segundo o estudo, do total de deslocamentos motorizados de 2009, apenas 47% foram realizados por meio de transporte coletivo. Os demais 53% ocorreram com transporte individual, outorgando a esse meio de transporte uma posição privilegiada no modelo de mobilidade urbana do Distrito Federal.

Outro problema recorrente no cotidiano da população local refere-se à subutilização dos espaços públicos de cultura, de esporte e de lazer. O Distrito Federal conta com uma série de equipamentos de padrão internacional, muitos dos quais não são utilizados em sua plenitude devido a diversas razões, como falta de manutenção e falhas na gestão. Assim, além de criar modelos que proporcionem a utilização desses locais pela população, é preciso garantir que tais infraestruturas tenham condições de uso.

Figuram como desafios para o eixo:

- Desburocratizar a regularização fundiária, especialmente por meio da otimização de processos e da modernização normativa.
- Reduzir o déficit habitacional, com provimento de unidades e qualificação de habitações precárias.
- Tornar mais atrativo o transporte público coletivo a fim de inverter a tendência local de uso do transporte individual, nos deslocamentos diários da população.
- Ampliar as malhas viária e cicloviária.
- Intensificar os investimentos em manutenção e restauração de pontes, viadutos, monumentos e passarelas
- Criar modelos de gestão e de conservação que proporcionem a plena utilização dos espaços de cultura, de esporte e de lazer do Distrito Federal.

¹ Disponível em: http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/TD_25_Plano_Sustent%C3%A1vel_para_Mobilidade_Urbana_do_DF.pdf Acesso em 22-04-2019.

Tendências de Futuro



- Haverá intensificação do aporte de recursos privados no segmento de infraestrutura. A maior parte virá por meio de parcerias público-privadas e concessões em aeroportos e rodovias, entre outros. Tal movimento, impulsionado pela crescente demanda populacional por resultados visíveis, exigirá maior agilidade na celebração de contratos e parcerias por parte do poder público¹.
- A necessidade de expandir a oferta de habitações pressionará pela alteração dos critérios urbanísticos, o que agravará o adensamento urbano com a verticalização das moradias e a expansão horizontalizada das cidades².
- Projeções demográficas apontam para o envelhecimento da população, o que exigirá melhoria da acessibilidade dos equipamentos e dos transportes públicos².
- A expansão da região metropolitana do Distrito Federal tende a consolidar novas integrações para oferta compartilhada de serviços públicos de transporte, de saúde e de educação².
- Novas tecnologias de compartilhamento de transporte tendem a aumentar a quantidade de pessoas por veículo, bem como a utilização de transportes não motorizados disponibilizados em aplicativos³.

1 MARCIAL, Elaine C. Organizadora. Megatendências mundiais 2030: o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo?: contribuição para um debate de longo prazo para o Brasil. 2015.

2 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 862, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2018

3 "The future of mobility, How transportation technology and social trends are creating a new business ecosystem", Deloitte, 2015.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A fim de garantir o alinhamento das ações governamentais até 2030 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, definidos pela ONU, apresentam-se a seguir os objetivos vinculados a este eixo, com suas respectivas metas:

ODS 1 – Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia

1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais

1.3 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis

1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças

1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais

1.a Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões

1.b Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza

ODS 3 Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades

3.1 até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos

3.2 até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos

3.3 até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis

3.4 até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis (DNTs) via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar

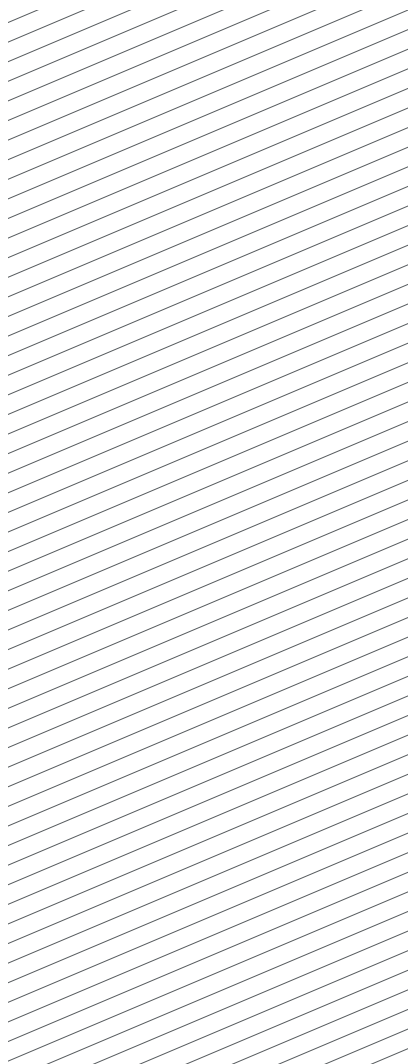
3.5 reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool

3.6 até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas

3.7 até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais

3.8 atingir a cobertura universal de saúde (UHC), incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos

3.9 até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo



ODS 5 – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte

5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos

5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas

5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais

5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais

5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres

5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

ODS 9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

9.1 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos

9.2 Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos

9.3 Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados

9.4 Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades

9.5 Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento

9.a Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos estados insulares em desenvolvimento

9.b Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities

9.c Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020

ODS 10 – Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

10.1 Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional

10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra

10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito

ODS 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas

11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos

11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países

11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo

11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade

11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros

11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência

11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento

11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis

11.c Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais

Batalhas (2019 até 2023)

1ª Batalha

Inovar a Política de Planejamento Territorial do DF

Descrição da Batalha

Para o aprimoramento do planejamento territorial em uma perspectiva inovadora, é necessária a integração da gestão eficiente do território, do monitoramento e do controle social, por meio da atualização normativa e do uso de tecnologias

Resultados-Chave:

1. Revisar, aprovar e implementar o PDOT, integrando território urbano e rural
2. Modernizar o Observatório Territorial e fortalecer o Sistema de Planejamento Territorial e Urbano (SISPLAN)
3. Regulamentar instrumentos do Estatuto das Cidades e criar novos instrumentos para viabilizar a ampliação da oferta de habitação de interesse social
4. Aumentar o número de ações fiscais preventivas nas áreas de monitoramento prioritário

2ª Batalha

Ter maior efetividade com a regularização e os novos parcelamentos em áreas definidas pelo ordenamento territorial

Descrição da Batalha

Melhorar e dar maior celeridade aos procedimentos administrativos executados nos processos de regularização fundiária, promover a entrega de escrituras de interesse específico e social, bem como qualificar esses espaços são temas prioritários na gestão do território

Resultados-Chave:

1. Entregar 100 mil escrituras públicas de Áreas de Relevante Interesse Social (ARIS)
2. Reduzir para 30 dias o tempo de análise de projetos de regularização fundiária e de novos parcelamentos
3. Entregar 15.059 escrituras públicas de Áreas de Relevante Interesse Específico (ARINE)
4. Aperfeiçoar a base legal de regularização fundiária
5. Aumentar de 30% para 70% as áreas rurais regularizadas
6. Qualificar 8 espaços públicos em Áreas de Relevante Interesse Social (ARIS) por meio do Programa de Ações Urbanas Comunitárias
7. Elaborar projetos para regularização de 50% das Áreas de Relevante Interesse Social (ARIS) – PDOT

3ª Batalha

Inovar no combate ao déficit habitacional

Descrição da Batalha

Para reverter o cenário de déficit habitacional do Distrito Federal, tem-se como prioridade a racionalização da atuação estatal, por meio de entregas e de qualificação de unidades habitacionais, bem como da revisão da legislação relativa ao planejamento habitacional

Resultados-Chave:

1. Realizar melhorias em 1.000 unidades habitacionais de famílias de baixa renda
2. Entregar 25.680 unidades habitacionais
3. Ampliar para 20.000 unidades a oferta de lotes urbanizados para a Habitação de Interesse Social
4. Implantar Política de Locação Social para a redução do déficit por ônus excessivo com aluguel
5. Revisar e aprovar o Plano Distrital de Habitação de Interesse Social (PLANDHIS)

4ª Batalha

Garantir infraestrutura de qualidade para a população do DF

Descrição da Batalha

Devido ao envelhecimento das obras de arte especiais – viadutos, pontes e passarelas – o Distrito Federal tem o desafio de garantir sua utilização por meio de manutenção e restauração. Além disso, é necessária a ampliação da malha viária, de calçadas, de ciclovias e de ciclofaixas, bem como a modernização da iluminação pública

Resultados-Chave:

1. Aumentar a malha de drenagem, de pavimentação e de calçadas do DF
2. Realizar laudo de manutenção de 100% das pontes e viadutos do DF
3. Reduzir o tempo de elaboração de projetos de engenharia para 1 ano
4. Modernizar 12% do sistema de iluminação pública do DF
5. Aumentar em 45% (211 km) a malha cicloviária do DF

5ª Batalha

Aumentar em 17% o número de usuários do transporte público

Descrição da Batalha

A ampliação e as melhorias das linhas de ônibus, metrô e BRT são essenciais para reduzir o tempo de deslocamento no Distrito Federal, bem como contribuem para desafogar as vias e aumentar a qualidade de vida da população

Resultados-Chave:

1. Aumentar em 15% a quantidade de usuários de ônibus
2. Aumentar em 25% a quantidade de usuários do metrô
3. Reduzir em 15% o tempo de deslocamento no transporte público
4. Implantar 20 bolsões de estacionamento em áreas de estações BRT/Metrô e na área central de Brasília

6ª Batalha

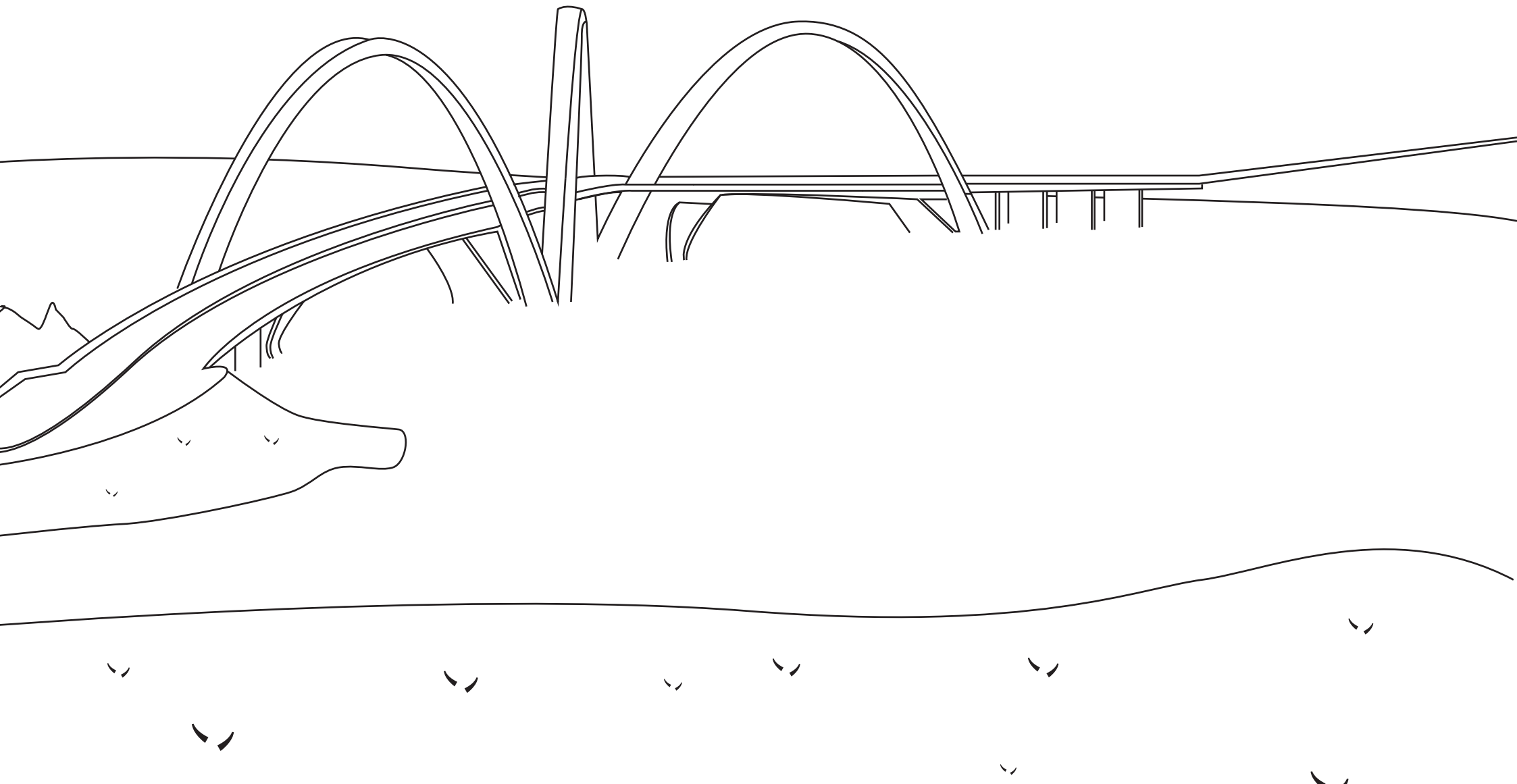
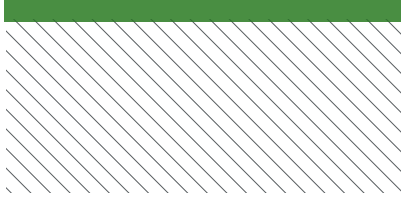
Ser a Unidade da Federação referência em relação ao uso do espaço e de equipamentos públicos

Descrição da Batalha

O incentivo às práticas culturais, esportivas e de lazer favorece a melhor ocupação dos espaços públicos como meio de promoção da cidade, das comunidades e de pessoas, além de propiciar desenvolvimento humano e criação de identidade social e local

Resultados-Chave:

1. Garantir manutenção e acesso a espaços públicos e equipamentos culturais
2. Aumentar em 10% a participação da Economia Criativa no PIB do DF
3. Implementar políticas públicas de acesso ao esporte para a população
4. Estruturar o sistema de futebol do Distrito Federal





Eixo

2.8 Meio Ambiente

Visão Geral



Nas últimas décadas, houve intensificação das pautas relacionadas ao Meio Ambiente, motivadas principalmente pela conscientização da população sobre a importância da preservação ambiental e pela estruturação das políticas públicas para garanti-la. Estudos apontam a atividade humana como uma das principais causas da mudança global do clima, tornando urgente a implantação de novos modelos que priorizem o desenvolvimento sustentável. O Estado deve ser capaz de suprir as demandas da geração atual sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações¹, por meio da garantia do uso sustentável, da conservação, da proteção e da recuperação dos recursos disponíveis. Os principais blocos temáticos que sustentam as discussões, conforme imagem 11, são:

- Conservação ambiental – poluição, fauna e flora
- Saneamento – drenagem urbana, captação e tratamento de esgoto, tratamento e fornecimento de água e gestão dos resíduos sólidos
- Matriz energética
- Gestão dos recursos hídricos

¹ Brundtland, G. Relatório Brundtland. Our Common Future: United Nations, 1987

Imagem 11

Fluxo Meio Ambiente

Gestão, conservação, proteção e recuperação

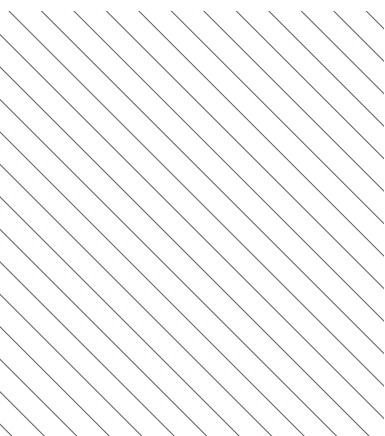
Fauna e Flora

Saneamento
(Água, Esgoto e
Resíduos Sólidos)

Matriz
Energética

Recursos
Hídricos

Fonte: Elaboração Própria



Um dos principais desafios é superar os impactos gerados pelo crescimento populacional e pela expansão urbana desordenada no Distrito Federal. Cerca de 22%² dos domicílios estão localizados em territórios não regularizados, causando impacto direto no saneamento básico, devido a poços artesianos irregulares, ligações clandestinas na rede de água e esgoto, vazamentos na rede de distribuição, fossas negras muitas vezes com transbordo e deposição inadequada de resíduos sólidos domésticos. A otimização do gerenciamento dos recursos disponíveis só será possível a partir da modernização de mecanismos que viabilizem o monitoramento preciso do saneamento básico nas áreas urbanas irregulares.

A intensificação das atividades econômicas nos setores agropecuário, industrial e de serviços no Distrito Federal gerou forte pressão sobre os recursos naturais, e para os próximos anos essa pressão tende a se intensificar.

Há necessidade de aumento da eficiência e eficácia na gestão dos recursos naturais e de inserção da temática ambiental no crescimento econômico.

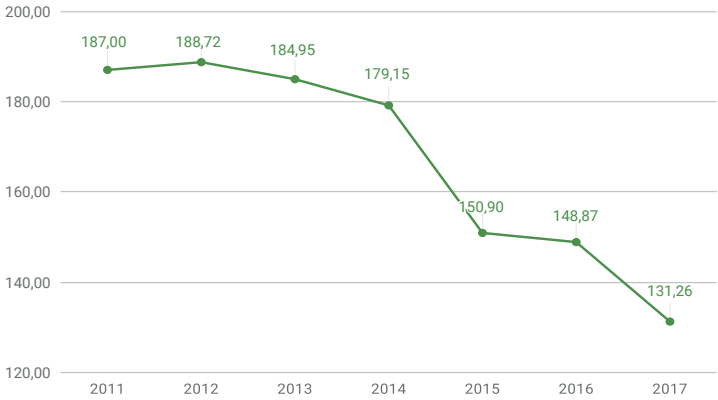
O saneamento básico é o conjunto de serviços³, infraestruturas e instalações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais. O esgotamento sanitário é constituído pelos serviços operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até a sua destinação final.

O Distrito Federal encontra-se no 3º lugar no ranking nacional de atendimento urbano de esgoto, aproximando-se da universalização. Atualmente 89% da população possui acesso ao serviço, sendo que 100% do esgoto coletado é tratado.

Apesar de 98% da população do Distrito Federal possuir acesso à água tratada, ressalta-se a dificuldade com relação às perdas no sistema de distribuição.

Entre 2016 e 2018, pela primeira vez o Distrito Federal vivenciou uma grave crise hídrica, com volume de chuvas e vazão das bacias abaixo da série histórica, ocasionando racionamento e redução do consumo médio per capita de água, conforme gráficos 34 e 35. Grande parte do consumo de água tratada no Distrito Federal é residencial, representando 84% do total em 2018, seguido pelo comercial, público, e na parcela menos representativa, industrial. A agricultura utiliza água bruta, ou seja, coletada diretamente dos corpos hídricos, sendo necessária a realização de monitoramento do consumo rural por meio da instalação de medidores de vazão individualizados.

Gráfico 34
Consumo Médio per capita de Água do Distrito Federal (L/hab.dia)



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, 2017

2 Análise da infraestrutura das Regiões Administrativas do Distrito Federal, CODEPLAN, 2018.

3 Lei Nº 11.445/2007

O objetivo para os próximos anos com relação à gestão de recursos hídricos é o fortalecimento de mecanismos que possibilitem a perenidade do consumo de água para usos múltiplos.

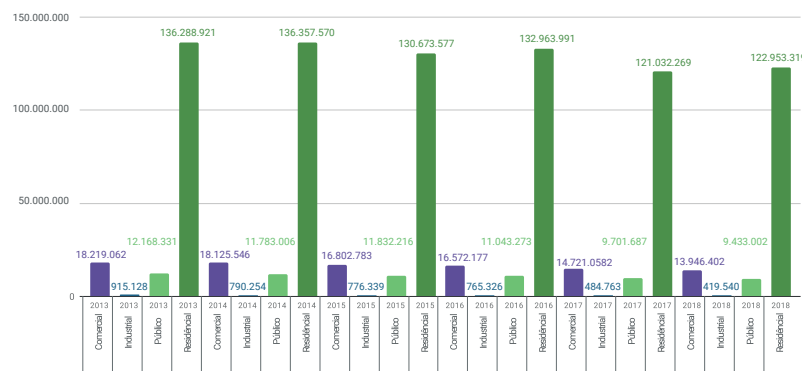
Um dos grandes desafios do Distrito Federal diz respeito à drenagem de águas pluviais devido, sobretudo, ao subdimensionamento da rede. As localidades de maior risco de alagamentos encontram-se nas regiões administrativas: Águas Claras, Candangolândia, Ceilândia, Fercal, Guará, Núcleo Bandeirante, Park Way, Planaltina, Plano Piloto, Recanto das Emas, Sobradinho II, Taguatinga e Vicente Pires.

Um grande avanço para o Distrito Federal na temática da gestão dos resíduos sólidos, foi o início da operação do

Aterro Sanitário de Brasília (ASB), e o fechamento do maior lixão da América Latina. Entretanto, ainda se configura enquanto desafio a recuperação de resíduos, pois, cerca de 90% do total produzido não é recuperado.

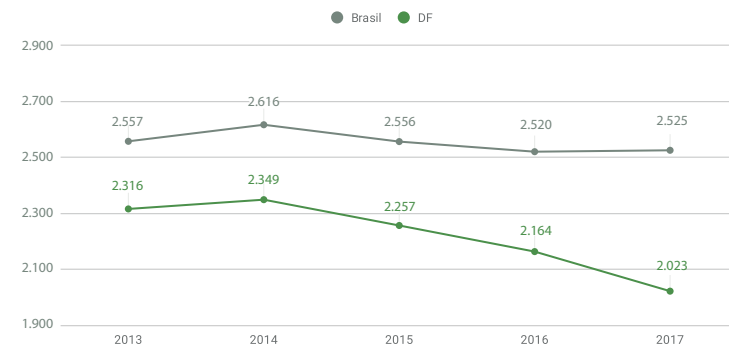
A partir de 2014 observa-se redução do consumo per capita de energia elétrica, acentuada nos anos da crise hídrica – 2016 e 2017 –, conforme apresentado no gráfico 36. A matriz energética do Distrito Federal é amplamente representada pela energia de origem hidrelétrica. Cerca de 80% é proveniente de Furnas e 20% de Itaipu, o que representa uma dependência do Sistema Interligado Nacional (SIN). Observa-se que além da redução no consumo houve redução na produção de energia elétrica, conforme gráfico 36.

Gráfico 35
Volume consumido de água anual (em m³)



Fonte: ADASA, 2019

Gráfico 36
Consumo per capita de energia (kWh/hab)
Média Brasil e DF

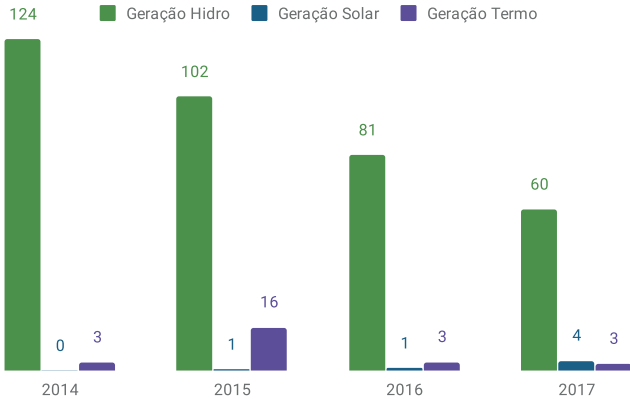


Fonte: Anuário Estatístico de Energia Elétrica, Empresa de Pesquisa Energética, 2018.

No contexto em que tendências futuras apontam para o aumento do consumo de energia, configuram-se enquanto desafios para a região, a diversificação da matriz energética, considerando as informações apresentadas no gráfico 37. com aumento da participação de energias renováveis como biomassa e energia fotovoltaica (solar), juntamente com o aumento da eficiência e a redução de perdas dos sistemas.

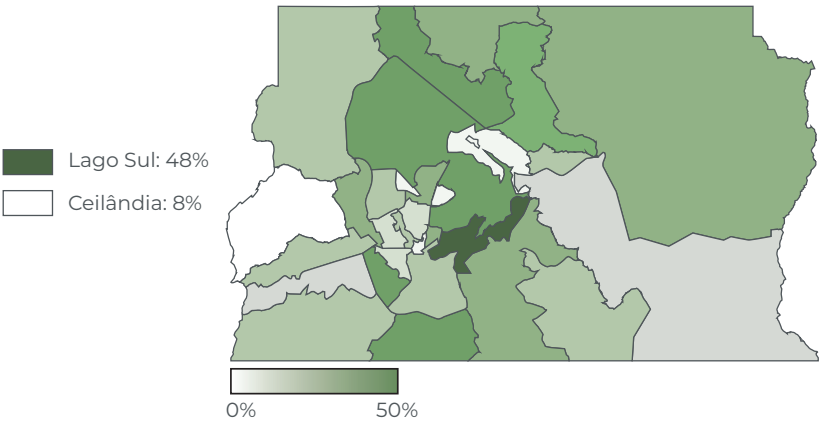
Sob outro prisma, o Distrito Federal tem como bioma o Cerrado. A riqueza da região reforça a necessidade de desenvolvimento de estratégias voltadas para a conservação da fauna e da flora, em especial devido à recorrência de incêndios florestais e desmatamento para fins urbanos e rurais. De acordo com o Inventário Florestal Nacional (IFN), 25% da área total do Distrito Federal é coberta por florestas, somando 142.993 hectares, conforme gráfico 38. Assim, 75% do território é destinado a uso urbano e rural.

Gráfico 37
Geração de energia elétrica no DF (GWh)



Fonte: Anuário Estatístico de Energia Elétrica, Empresa de Pesquisa Energética, 2018.

Gráfico 38
Área de floresta nas Regiões Administrativas (RA) do Distrito Federal



Fonte: : Inventário Florestal Nacional, 2009

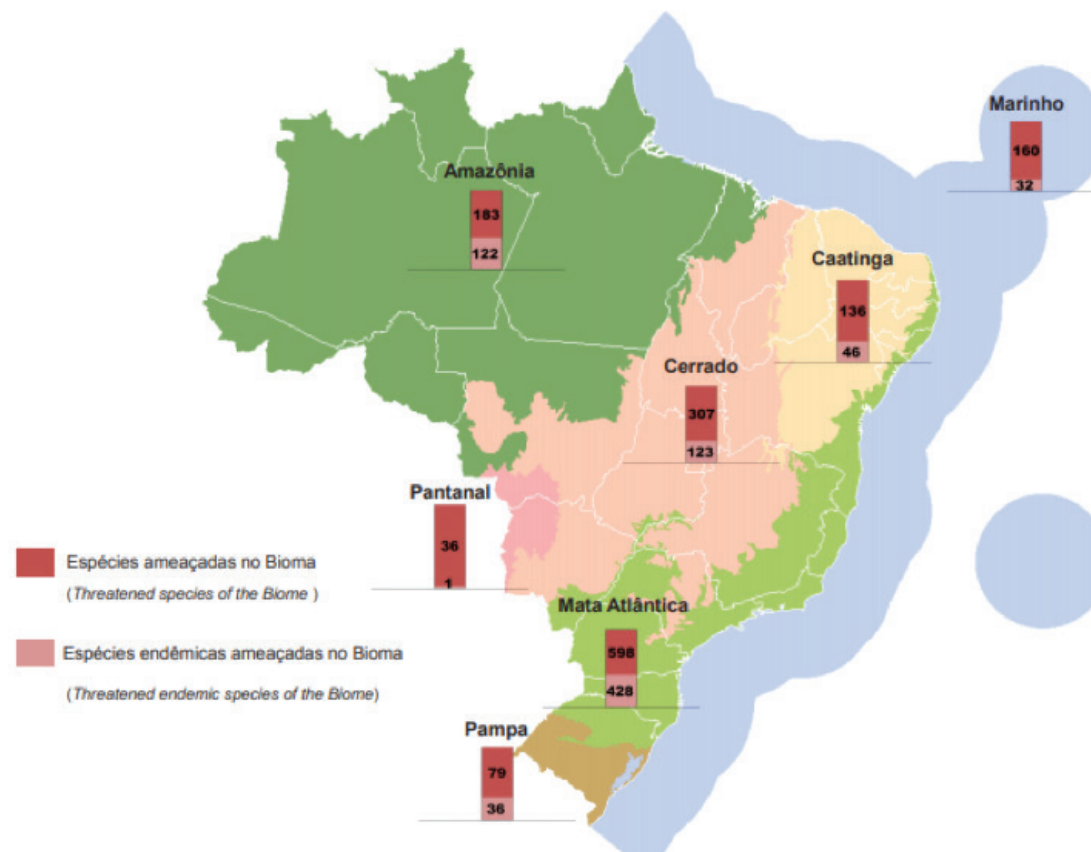
Imagem 12

A fauna brasileira tem 1.173 espécies ameaçadas, classificadas em: criticamente em perigo, em perigo e vulnerável. Dessas, 307 estão no Cerrado, podendo apresentar indivíduos no Distrito Federal⁴, conforme imagem 12.

Figuram como desafios para o eixo:

- Busca do saneamento sustentável
- Conservação ambiental
- Melhoria na gestão dos recursos hídricos
- Diversificação da matriz energética

⁴ “Geração de Energia Elétrica no DF” por: Anuário Estatístico de Energia Elétrica, Empresa de Pesquisa Energética, 2018.



Fonte: Inventário Florestal Nacional, 2009

Tendências de Futuro



- O crescimento populacional impactará no aumento das demandas por energia, água e saneamento, pressionando o sistema com relação à captação e à distribuição de recursos hídricos. As demandas industrial e doméstica por água aumentarão em maior intensidade que a demanda agrícola⁵
- Nos próximos anos espera-se intensificação dos ciclos de desastres e mudança do clima, causando impactos diretos e indiretos sobre sistemas naturais, grupos e sistemas humanos, assim como sobre a atividade econômica⁶
- Espera-se ampliação da representatividade de fontes de energia renováveis, com diversificação da matriz energética e consequente redução da pressão pelo aumento da oferta de energia de origem hidrelétrica⁷
- A modernização da gestão dos recursos naturais disponíveis será possível a partir da intensificação da inserção de tecnologias. É previsto o aumento no uso de bases de dados ambientais de maneira sistemática e georreferenciada, com o desenvolvimento de sistemas estruturados que integrarão todas as atividades gerenciais⁸ e operacionais
- O crescimento populacional previsto para o Distrito Federal pressionará os métodos de gestão dos resíduos sólidos, que impactam diretamente na poluição do solo, do ar e dos corpos hídricos

5 GUELLATI, Yacine; MONTEIRO, Claudio Dantas; JUNIOR, Alimir de Oliveira. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O Brasil em 2035: tendências e incertezas para a área social. novembro de 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2348.pdf Acesso em 01-04-2019.

6 BODANSKY, Daniel. The United Nations framework convention on climate change: a commentary. Yale J. Int'l L., v. 18, p. 451, 1993.

7 MARCIAL, Elaine C. Organizadora. Megatendências mundiais 2030: o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo?: contribuição para um debate de longo prazo para o Brasil. 2015.

8 Caderno Técnico Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal, 2017. Disponível em: http://www.zee.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/ZEEDF_CT01_Matriz-Ecologica.pdf

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A fim de garantir o alinhamento das ações governamentais até 2030 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, definidos pela ONU, apresentam-se a seguir os objetivos vinculados a este eixo, com suas respectivas metas:

ODS 6 - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos

6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos

6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade

6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente

6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água

6.6 Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos

6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento

ODS 7 - Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos

7.1 Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia

7.2 Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global

7.3 Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética

7.b Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio

ODS 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais

12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente

12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso

ODS 15 - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

15.1 Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais

15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente

15.3 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo

15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas

Batalhas (2019 até 2023)

1ª Batalha

Garantir o Saneamento Sustentável no DF

Descrição da Batalha

O acesso ao saneamento básico é essencial para a humanidade e deve ser assegurado pelo Estado. A Lei nº 11.445/07 estabelece o conceito de saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais urbanas.

Atualmente 88,9% das residências urbanas possuem saneamento adequado e 10,9% semi-adequado. Esses dados sugerem que o Distrito Federal possui o maior índice de cobertura de saneamento no Brasil¹.

Entretanto, apenas 3% dos resíduos sólidos coletados são destinados à reciclagem, gerando alto nível de deposição de resíduos com valor econômico em aterros sanitários. É previsto para os próximos anos o direcionamento de esforços para a busca do saneamento sustentável, visando não apenas o acesso, como também a redução dos impactos na sustentabilidade da região.

Resultados-Chave:

1. Ampliar de 89% para 92% o acesso da população ao esgotamento sanitário, com coleta e tratamento
2. Incrementar em 30% a capacidade instalada de tratamento de água
3. Reduzir em 30% os pontos críticos de alagamento
4. Aumentar em 100% a taxa de recuperação de resíduos recicláveis

¹ Fonte: www.caesb.df.gov.br/3-portal/esgoto.html. Acessado em 06/05/2019

2ª Batalha

Ser referência em conservação e qualidade ambiental

Descrição da Batalha

O Distrito Federal está localizado em uma região privilegiada, do segundo maior bioma brasileiro, com abundância de espécies de fauna e flora. Apesar disso muitas correm risco de extinção. As ações previstas para os próximos anos têm como objetivo tornar o Distrito Federal referência em conservação e qualidade ambiental, com usufruto e preservação de suas riquezas naturais. No Cerrado foram identificadas 430 espécies da fauna e 131 da flora ameaçadas de extinção

Resultados-Chave:

- 1. Aumentar em 100% as medidas de proteção da fauna para espécies prioritárias
- 2. Recompor em 500 hectares a cobertura vegetal arbórea e arbustiva – 800 mil mudas
- 3. Consolidar 100% das Unidades de Conservação (UC)

3ª Batalha

Ser modelo de eficiência no licenciamento ambiental

Descrição da Batalha

A modernização e a busca pela eficiência na análise e na concessão do licenciamento ambiental conferem maior confiabilidade ao processo e busca minimizar danos ao Cerrado, um dos maiores biomas brasileiros

Resultados-Chave:

1. Reduzir em 50% o tempo de análise pelo órgão licenciador

4ª Batalha

Ser referência nacional na gestão da água

Descrição da Batalha

A pressão sobre os recursos hídricos, ocasionada principalmente pelo aumento populacional, pelo desmatamento e pelas mudanças climáticas, tem se intensificado nos últimos anos. A crise hídrica observada no Distrito Federal entre 2016 e 2018 e as características da região reforçam a necessidade de desenvolvimento de estratégias que considerem a perenidade do acesso à água e previnam o desabastecimento. Para isso, será necessário aprimorar os mecanismos de gestão dos recursos hídricos, fortalecendo seu monitoramento e proteção

Resultados-Chave:

1. Triplicar a proteção de nascentes em bacias hidrográficas prioritárias
2. Aumentar em 100% o monitoramento do consumo de água nos setores urbano e rural
3. Aumentar em 100% o número de instrumentos de gestão de recursos hídricos implementados nas bacias hidrográficas

5ª Batalha

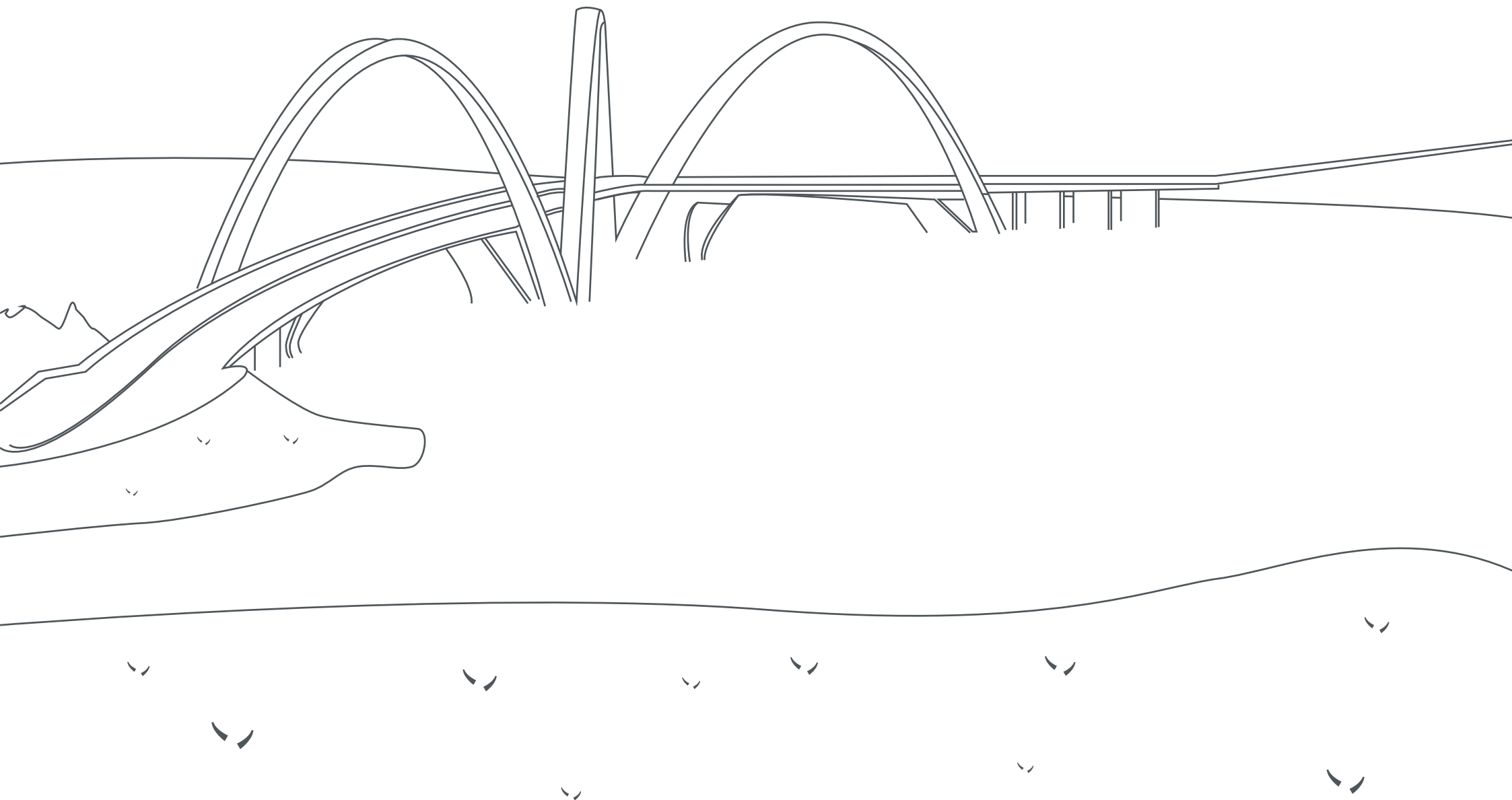
Consolidar a matriz de energia limpa como base do futuro do Distrito Federal

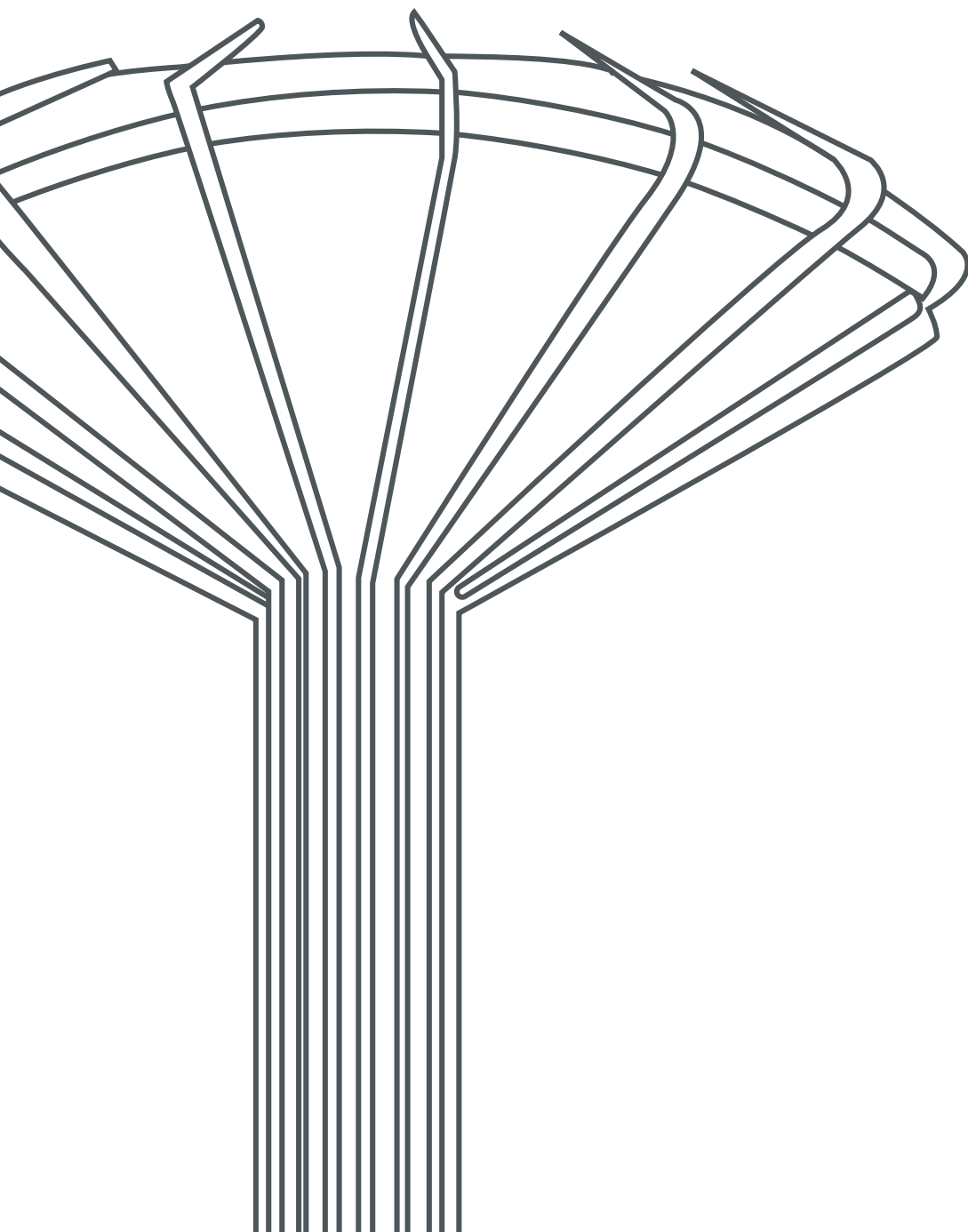
Descrição da Batalha

Hoje, a matriz energética do Distrito Federal é amplamente representada pela energia de fonte hidrelétrica e dependente do Sistema Interligado Nacional. As tendências de aumento do consumo, juntamente com a mudanças no fluxo das chuvas, têm reduzido o nível dos reservatórios, reforçando a necessidade de diversificação da matriz. Deve-se criar estruturas que possibilitem o uso da vocação natural da região para a geração de energias renováveis

Resultados-Chave:

1. Aumentar em 25% a geração de fontes de energia renovável
2. Reduzir em 25% as perdas totais do sistema elétrico do DF





03. Anexos

3.1 Processo de Monitoramento

O Plano Estratégico foi estruturado para elevar o desempenho do Governo do Distrito Federal a novos patamares. Para garantia de que os esforços governamentais tenham foco e sejam direcionados à superação de desafios relativos à execução do Plano, foram definidas bases para o Modelo de Gestão Estratégica, que será detalhado por meio de norma específica e norteará o monitoramento das batalhas, dos resultados-chave e de iniciativas, com a finalidade de:

- Dotar as ações de governo de seletividade e de foco estratégico
- Promover a transparência e o controle social
- Uniformizar procedimentos
- Promover a efetividade da gestão fiscal

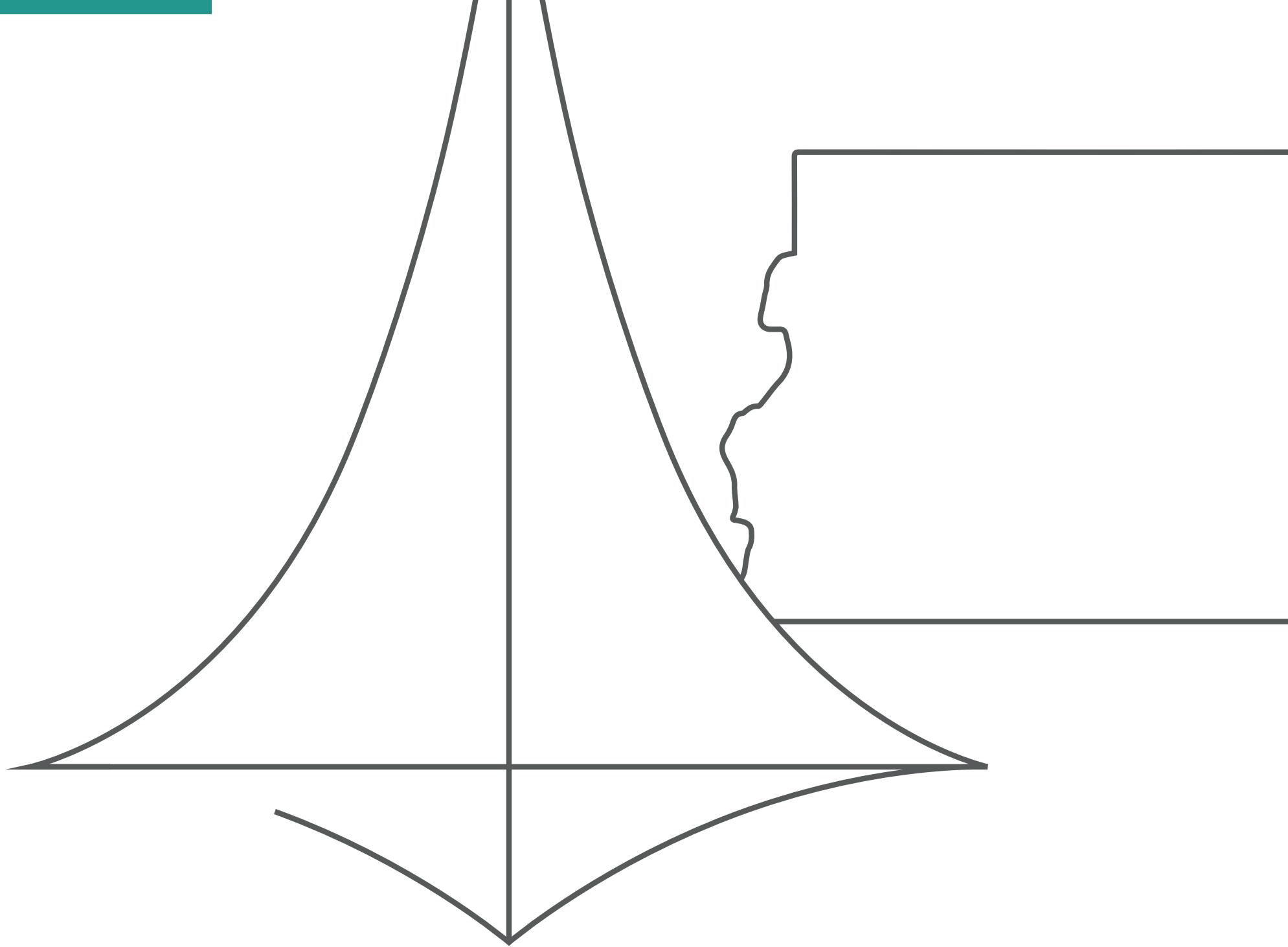
Os ritos de monitoramento estão ilustrados na imagem a seguir

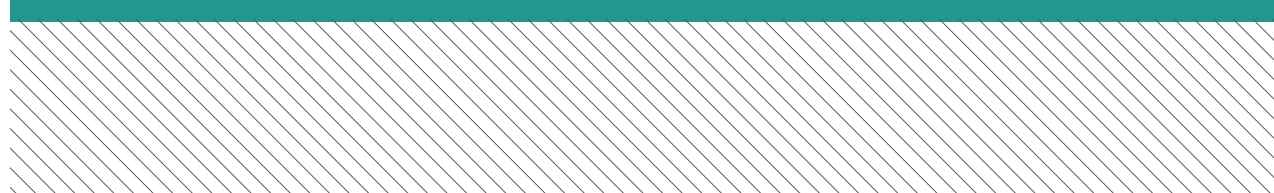
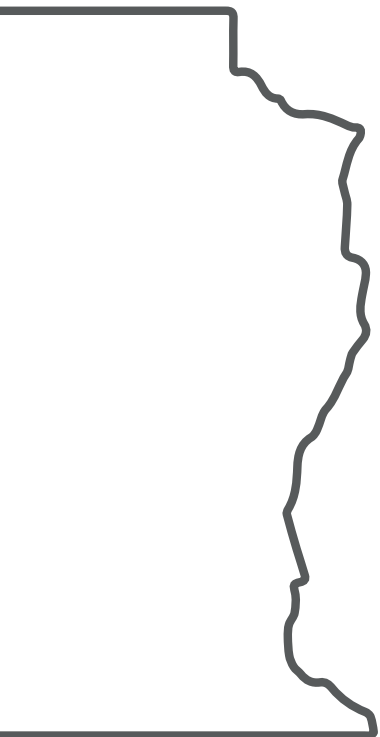
Imagem 13

	Atividades de Gestão	Periodicidade	Atores	Instâncias	
+ Decisório	1º Nível	1. Monitoramento itinerante por eixo, com visitas in loco 2. Resolução de entraves não solucionados nos níveis anteriores	1. Mensalmente e/ou quando necessário 2. Quando necessário	• Governador • Secretário da SEFP • Dirigentes de órgãos e entidades	Governador – decisão SEFP - articulação
	2º Nível	1. Resolução de entraves não solucionados no 3º nível 2. Devolutiva de encaminhamentos 3. Proposição das agendas itinerantes	1. Quando necessário 2. Quando necessário 3. Mensalmente	• Dirigentes de órgãos e entidades • SEFP/SPLAN • SEFP/SPLAN/SUPPE	SEFP/SPLAN - articulação
+ Técnico	3º Nível	1. Registro e atualização no Gestão DF 2. Monitoramento de iniciativas e resultados-chave 3. Mediação para resolução de entraves 4. Consolidação de informações por eixo	1. Mensalmente 2. Diariamente 3. Quando necessário 4. Mensalmente	• AGEPs, pontos focais e técnicos • SEFP/SPLAN/SUPPE	SEFP/SPLAN/SUPPE - mediação

SUPPE

1. Aporte metodológico
2. Monitoramento em ciclos curtos
3. Assessoria a gestão de iniciativas, resultados-chave e batalhas
4. Acionamento e intervenções, quando necessário.





03. Anexos

3.2 Catálogo de Iniciativas

Este Catálogo contempla as iniciativas (projetos e ações) do Plano Estratégico do Distrito Federal 2019-2060 que orientarão os esforços do governo no curto prazo – exercício de 2019 – e no médio prazo – período 2020 a 2023.

As iniciativas de médio prazo são norteadoras para a elaboração do Plano Plurianual 2020-2023.

A execução dessas iniciativas contribui para o alcance dos resultados-chave e serão objeto de monitoramento em nível central e/ou institucional.



Eixo

Gestão e Estratégia

Batalha 1:**Garantir a sustentabilidade fiscal de longo prazo do DF**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Executar uma política de resultados financeiros positivos de forma a restabelecer o equilíbrio das finanças públicas e permitir a retomada do investimento do Estado	• Revisão das renúncias fiscais quanto a sua efetividade • Reestruturação da cobrança de créditos tributários • Modernização da fiscalização tributária • Revisão da carga tributária (Simples Nacional, ICMS e ISS das micro e pequenas empresas) • Revisão da cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa • Implantação do programa de aperfeiçoamento do gasto público baseada em inteligência artificial • Implantação do Laboratório de Inteligência de Gastos Públicos • Desenvolvimento do módulo web do Compras DF • Implementação do módulo Sistema Orçamentário (SIOPWeb)
Reduzir a quantidade de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor inscritos na Dívida Consolidada Líquida, na mesma proporção do estipulado no Plano de Pagamento de Precatórios	• Celebração de acordo sobre o Plano de Pagamentos de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor junto ao TJDF • Execução do Plano de Pagamentos de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor
Captar até 2,3 bilhões de reais em recursos para a execução de projetos estratégicos (operações de crédito 1,1 bilhão, 1,2 bilhão de emendas parlamentares)	• Remodelagem do monitoramento e acompanhamento da execução dos recursos captados (financiamentos e convênios) • Revisão da Lei de Concessões e privatizações para oportunizar conquista com investimento privado

**Batalha 2:****Aumentar a produtividade e qualificação da força de trabalho**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Reestruturar todas as carreiras atuais	• Elaboração do plano geral e reestruturação das carreiras
Propor as diretrizes gerais para implementação do Dimensionamento da Força de Trabalho nas administrações regionais do GDF	• Elaboração de norma para o dimensionamento da força de trabalho
Promover a implementação da Política de capacitação por competências nas administrações regionais do GDF nos termos do Decreto nº 39.468/2018	• Desenvolvimento do projeto de implementação do plano de capacitação com base na gestão por competências
Implementar o Sistema Integrado de Gestão de Pessoas/Sigepe-DF em 100% dos órgãos nos termos do Decreto nº 39.588/2018	• Implementação do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas/Sigepe-DF
Implementar a Escola Superior de Gestão	• Inauguração da Escola Superior de Gestão
Promover a implementação de políticas e programas de qualidade de vida no trabalho em 15 órgãos do GDF nos termos do Decreto nº 39.587/2018	• Proposição de projeto de implementação de políticas e programas de qualidade de vida no trabalho nos 15 órgãos do GDF



Eixo

Gestão e Estratégia

O Estado mais próximo do cidadão

Resultado-Chave:	Iniciativas	
Ampliar de 34% para 100% o percentual de unidades cobertas pela rede GDFNET	• Ampliação da rede GDFNET	
Automatizar os serviços governamentais prioritários	• Remodelagem da Central de Atendimento ao Cidadão do Distrito Federal – Central 156 • Fomento de projetos para atendimento digital ao cidadão, com inteligência artificial	• Redesenho de processos de forma a mitigar a burocracia e fomentar a inovação para melhoria dos resultados das políticas públicas • Implementação de um aplicativo ao ano para automação de atendimentos nas unidades de atendimento ao público
Aumentar em 40% o número de atendimento nas administrações regionais	• Aperfeiçoamento do fluxo de aprovação de projetos, orientação, controle, execução e supervisão de obras públicas no âmbito das administrações regionais • Melhoria dos procedimentos de análise e emissão de resposta às consultas de viabilidade de localização para o exercício de atividades econômicas ou auxiliares nas administrações regionais	• Realização de levantamento quantitativo das principais demandas de atendimento nas administrações regionais
Ampliar a capacidade institucional das administrações regionais na formulação, planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas	• Alinhamento das estruturas das administrações regionais ao Decreto nº 38.094/2017, que aprova o Regimento Interno das administrações	

**Batalha 4:****Ser referência no combate à corrupção e na promoção da integridade pública**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Executar 100% das ações previstas no Plano de Combate à Corrupção	• Implantação do Plano de Combate à Corrupção
Implementar programas de integridade em 100% dos órgãos e entidades definidos como alta complexidade	• Implementação do Programa de Estímulo à Integridade Pública - PREIP na administração direta do DF • Normatização das diretrizes para elaboração de Programas de Integridade em órgãos, autarquias e fundações • Implementação de melhores práticas de <i>compliance</i> (Criação de fórum de boas e melhores práticas no serviço público de boa governança) • Implementação da Comissão-Geral de Ética Pública • Implantação das Comissões setoriais de Ética Pública • Desenvolvimento do portal inteligente de prevenção às fraudes nas licitações públicas • Implantação do Sistema de Consulta por Convênio - SINC para viabilizar consulta por nome dos indicados para exercício do cargo comissionado (Implementação de sistema informatizado de verificação de conformidade para posse de servidores e para contratação de fornecedores)
Implementar a Rede de Transparência Pública em 100% dos órgãos e entidades definidos como alta complexidade	• Instituição da Rede de Transparência Pública do Governo do Distrito Federal



Eixo

Gestão e Estratégia**Batalha 4:****Ser referência no combate à corrupção e na promoção da integridade pública**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Aumentar de 38% para 60% a efetiva melhora na prestação dos serviços públicos demandados por meio da ouvidoria com base na resolutividade das solicitações e reclamações avaliadas pelos cidadãos	• Fortalecimento do Programa de Desempenho do Sistema de Ouvidoria do DF
Implantar estrutura correcional e de tomada de contas especial ou comissões permanentes em 100% dos órgãos e entidades definidos como alta complexidade	• Sistematização e fortalecimento do Sistema de Correição do DF

**Batalha 5:****Fortalecer a coordenação de ações de governo de forma eficaz, responsável, transparente e inclusiva**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Implantar projetos de integração de dados e disseminação de informações de políticas públicas em 4 secretarias prioritárias do DF	• Implantação de projeto de integração de dados e disseminação de informações de políticas públicas
Implementar modelo de gestão estratégica em todos os órgãos e entidades do GDF	• Institucionalização e implementação de novo modelo de gestão estratégica governamental e institucional
Implantar 5 projetos para avaliação e formatação de políticas públicas	• Implantação do programa de avaliação de políticas públicas

**Batalha 1:****Garantir que a população tenha acesso ao medicamento certo na hora certa**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Aumentar para 100% a disponibilidade de medicamentos à população do DF	• Contratação de serviços de operação logística para armazenamento e distribuição de materiais e medicamentos • Implantação de pelo menos uma unidade de farmácia de alto custo por Região de Saúde • Implantação do Projeto do Complexo de Assistência Farmacêutica • Ampliação da estrutura física do laboratório de farmacotécnica do Hospital Regional de Taguatinga (HRT) e reforma da Farmácia Viva



Batalha 2:

Garantir o acesso aos serviços de saúde para a população

Resultado-Chave:	Iniciativas
Ampliar cobertura da atenção básica de 69% para 100%	• Ampliação gradativa do número de agentes comunitários de saúde (ACS) • Implantação de novos Núcleos de apoio à Atenção Básica (NASF) • Estruturação de uma Central de Laudos com ênfase nos exames complementares básicos essenciais para a Atenção Primária em Saúde (APS) • Ampliação dos serviços ofertados pelas Unidades Básicas de Saúde, com a infraestrutura adequada de equipamentos (desfibrilador, ultrassom obstétrico e eletrocardiógrafo) e pessoal • Ampliação da cobertura da estratégia de saúde da família em todo o Distrito Federal, com aumento do número de unidades e de equipes: • Implantação de UBS em Planaltina • Implantação de UBS no Recanto das Emas • Implantação de UBS na QR 831 – Samambaia • Implantação de UBS em Vicente Pires • Implantação de UBS em Águas Claras

- Implantação de UBS no Plano Piloto
- Implantação de UBS – Lagos
- Implantação de UBS na Fercal
- Implantação de UBS na Ceilândia
- Implantação de UBS no Paranoá
- Implantação de UBS no Jardim Botânico – Manguelral
- Implantação de UBS em Sobradinho – Buritizinho
- Implantação de UBS em Planaltina – Vale do Amanhecer
- Implantação de UBS em Santa Maria
- Implantação de UBS na Estrutural



Batalha 2:

Garantir o acesso aos serviços de saúde para a população

Resultado-Chave:	Iniciativas
Garantir 100% de filas administradas e reguladas para procedimentos de média e alta complexidade	• Reestruturação da forma de aquisição de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), por consignação • Ampliação da regulação de consultas ambulatoriais a todos os centros transplantadores do Distrito Federal • Reestruturação da linha de cuidados de pacientes oncológicos, priorizando prevenção, o diagnóstico precoce e tratamento adequado Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer (PNCC) • Reestruturação da linha de cuidados da Traumatologia-ortopedia, acelerando a realização de cirurgias • Construção e Implantação: • Hospital de Especialidades Cirúrgicas e Centro Oncológico de Brasília • Hospital de Ceilândia • Hospital da Região Centro-Sul • Centro de Tratamento de Doenças Raras • Bases do SAMU – 12 unidades • Ampliação dos serviços de especialidades odontológicas, com abertura de 03 novos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO): Brazlândia, Recanto das Emas e São Sebastião • Implantação de Centrais de Infusão de Medicamentos Injetáveis • Criação de mecanismo de monitoramento diário da produtividade hospitalar, viabilizando a reabertura de leitos • Criação de mecanismo de monitoramento diário das filas • Ampliação do número de leitos de UTI na rede de saúde do Distrito Federal • Ampliação do Programa Internação Domiciliar do Distrito Federal (PID-DF), por meio do fortalecimento dos Núcleos Regionais de Assistência Domiciliar (NRAD)



Batalha 2:

Garantir o acesso aos serviços de saúde para a população

Resultado-Chave:	Iniciativas
Assegurar que 100% das unidades possuam condições adequadas de infraestrutura para seu funcionamento pleno	• Reforma parcial das seguintes unidades: • Hospital Regional da Asa Norte (Ambulatório – Fissurados) • Hospital Regional de Sobradinho (Auditório) • Hospital Regional da Asa Sul-HRS/HMIB (Reforma e Adaptações) • Hospital Regional de Taguatinga (Ambulatório da unidade de Pediatria, Oftalmologia e de Neonatologia; e adequação da área física às atuais necessidades) • Hospital Regional de Planaltina (Radiologia) • Hospital Materno-Infantil de Brasília-HMIB (Alojamento Conjunto Especializado Canguru) • Hospital Materno-Infantil de Brasília-HMIB (Piso, Pintura, bate maca área de circulação) • Hospital Regional de Ceilândia-HRC (Pronto Socorro) • Hospital Regional de Brazlândia (Pronto Socorro) • Hospital de Apoio de Brasília-HAB Ala B • Centro de Parto Normal-CPN Gama, HMIB e São Sebastião • Hospital Regional de Planaltina (Laboratório e Agência Transfusional) • Hospital Regional de Planaltina (Bloco de Assistência) • UBS III do Guará II • UBS I de Samambaia • UBS I do Riacho Fundo I • UBS II Fercal Catingueiro • UBS II de Sobradinho • Mapeamento da situação atual dos equipamentos médico-hospitalares da rede, com proposição de plano de manutenção ou substituição • Reforma e modernização de sistemas de climatização nas unidades de média e alta complexidade, Laboratórios Central e de Biossegurança • Reforma e modernização de subestação de energia



Batalha 3:

Promover a saúde e prevenir o adoecimento da população

Resultado-Chave:	Iniciativas
Manter abaixo de 15% o índice das internações por condições sensíveis à atenção básica (ICSAB)	• Mobilização das Equipes de Saúde da Família (Agentes Comunitários de Saúde-ACS), Agentes de Vigilância Ambiental-AVAS e Enfermeiros para o controle do mosquito <i>Aedes aegypt</i> • Melhoria dos dados do LIRAA (Levantamento Rápido de Índices para <i>Aedes aegypti</i>) • Intensificação da cobertura vacinal segundo os parâmetros preconizados pelo Ministério da Saúde, por meio de mobilização das UBS • Intensificação da vacinação de meninos e meninas contra HPV, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação • Reorganização e ampliação das ações do Centro de Triagem de AIDS – Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVEP) • Implantação do Plano de Enfrentamento e Combate à Sífilis • Remodelagem do processo de análise e fiscalização em vigilância sanitária • Implantação de plano para redução da utilização de agrotóxicos em conjunto com a Secretaria de Estado de Agricultura • Implementação do Plano de Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT)

**Batalha 4:****Implantar a saúde digital no Distrito Federal**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Informatizar 100% dos processos de gestão da saúde	• Consolidação do Sistema de Monitoramento e Avaliação em Saúde do SUS/DF, como solução de gestão inteligente, colegiada e compartilhada, para coordenar ações relevantes na saúde e para subsidiar a tomada de decisão – Sala de Situação de Saúde, Sistema Estratégico de Planejamento (SESPLAN), Reuniões de Análise de Resultados e do Colegiado de Gestão da SES • Disponibilização de soluções tecnológicas para atuação das equipes de campo, para aumento da produtividade, plena utilização dos processos informatizados e confiabilidade das informações • Implementação de sistema de controle e monitoramento dos processos de regulação de oferta de consultas, internações e atendimentos de urgência e emergências • Implantação de solução tecnológica para dimensionamento e otimização dos recursos humanos com ampliação da produtividade • Implantação de solução tecnológica de controle da cobertura vacinal (aptos a suportar campanhas de vacinação tradicionais e em situações de crises epidêmicas) • Implantação do serviço de agendamento de consultas via telefone, internet ou aplicativos disponibilizados para celular, facilitando acesso do usuário à atenção primária de saúde • Criação de aplicativo com área de abrangência das UBS e carteira de serviços, voltado à população e profissionais de saúde • Implantação de sistema de gestão em saúde (atenção primária, ambulatorial e hospitalar)



Eixo

Segurança

Batalha 1:**Fortalecer a governança e inteligência na segurança pública**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Aumentar em 30% as operações integradas no Centro Integrado de Operações de Brasília (CIOB) incluindo atores externos às forças de segurança	• Contratação de softwares de <i>business intelligence</i> para tratamento de dados • Integração de dados e informações das forças de segurança por meio de soluções tecnológicas • Elevação do índice de satisfação da população com a qualidade do atendimento emergencial das forças de segurança para cima de 95% • Modernização dos sistemas de dimensionamento de força de trabalho, controle de frota operacional, monitoramento e despacho, radiocomunicação e geoposicionamento das forças de segurança • Mapeamento e acompanhamento centralizado dos projetos de prevenção executados pelas forças de segurança • Ampliação dos dados abertos no site da SSP • Revisão dos protocolos das operações integradas das forças de segurança • Fortalecimento das estratégias de inteligência para dismantelamento das organizações criminosas no Sistema Prisional • Fortalecimento do Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal (SISPDF) – Decreto nº 38.541/2017 • Revisão dos processos e protocolos de funcionamento do Centro Integrado de Operações de Brasília (CIOB) • Desenvolvimento de plataforma tecnológica para gestão das operações integradas



Batalha 2:

Preservar a incolumidade das pessoas e do patrimônio

Resultado-Chave:	Iniciativas
Atender 80% das ocorrências de incêndio urbano e acidentes automobilísticos em até 8 minutos	• Instituição de bases operacionais nas cidades ainda não contempladas • Implantação de sistema embarcado que permita o georrefenciamento e o controle dos tempos das ocorrências em todas as viaturas de socorro do CBMDF • Implementação de sistema de preempção de modo a viabilizar interação com os sistemas de gerenciamento de trânsito e permitir um deslocamento mais ágil das viaturas de grande porte
Reduzir o prazo de análise dos projetos de instalação contra incêndio e pânico para 15 dias	• Informatização de todo o processo de análise, vistoria e consulta prévia dos projetos de instalação contra incêndio e pânico
Reduzir em 10% o índice de mortes no trânsito	• Intensificação da fiscalização de alcoolemia - Operação Lei Seca • Intensificação da retirada de circulação dos infratores contumazes - Operações Pontos pela Vida • Intensificação da retirada de circulação de veículos com valores elevados de débitos no cadastro - Operação PDI • Revitalização da sinalização horizontal e vertical nas vias urbanas do Distrito Federal • Instituição do Serviço Unificado de Atendimento Pré-Hospitalar prestado pelo SAMU192 e pelo CBMDF • Integração dos trabalhos da Central de Regulação de Urgências do SAMU192 (CERU) e da Central de Operações e Comunicações do CBMDF (COCB)

**Batalha 3:****Aumentar a sensação de segurança por meio de enfrentamento qualificado da criminalidade**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Redução em 8% dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) - homicídio, feminicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte	• Criação de protocolo integrado de preservação de local de crime • Realização de intervenções de segurança pública com base em metas individualizadas para microrregiões identificadas com índices elevados de CVLI • Implantação de protocolos e políticas de controle de armas, com a retirada de armas ilegais em circulação
Redução em 16% dos Crimes Contra o Patrimônio (CCP) - roubo a transeunte, roubo de veículo, roubo em transporte coletivo, roubo em comércio, roubo em residência e furto em veículo	• Implantação de câmeras em pontos estratégicos do DF com softwares analíticos • Definição da política de combate a crimes patrimoniais • Realização de ações focadas na redução de subtração de aparelhos celulares • Realização de ações focadas na redução de subtração de veículos • Implantação de protocolos específicos de atuação e de inteligência para cada uma das modalidades de CCP, com base em metas individualizadas para cada microrregião



Batalha 3:

Aumentar a sensação de segurança por meio de enfrentamento qualificado da criminalidade

Resultado-Chave:	Iniciativas
Reduzir em 10% os crimes de violência contra as mulheres	• Disponibilização de dispositivo de monitoramento eletrônico de proteção às mulheres em medidas protetivas de urgência • Criação de canal seguro de efetivação da notificação compulsória dos casos de violência contra as mulheres identificados no atendimento realizado na saúde e educação • Elaboração/revisão de protocolos conjuntos para investigação, perícia e acolhimento a vítimas de crimes sexuais, violência doméstica e tentativa de feminicídio • Instituição de Núcleos Integrados de Atendimento às Mulheres nas delegacias de polícia • Abertura da 2ª Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) na Região Oeste • Ampliação e fortalecimento dos projetos de responsabilização e reeducação dos agressores • Realização de campanhas de conscientização da população com o objetivo de reduzir a subnotificação dos casos de violência contra as mulheres, envolvendo setores da sociedade como igrejas, escolas, sociedade civil organizada e universidades • Implantação de sistema integrado de informações e desenvolvimento de aplicativos nos equipamentos de enfrentamento da violência contra as mulheres • Reestruturação e ampliação dos equipamentos de atendimento à mulher vítima de violência das Regiões Integradas de Segurança Pública • Implantação da Casa da Mulher Brasileira na Ceilândia

**Batalha 4:****Racionalizar o sistema prisional com ênfase na ressocialização**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Reduzir o déficit carcerário em 42%	• Criação de Câmara Técnica de Monitoramento do Sistema Prisional para elaboração de diagnóstico qualificado • Construção de 04 Centros de Detenção Provisória, com 3.200 vagas • Construção da Penitenciária do Distrito Federal III, com 600 vagas • Construção de Estabelecimento Penal, para internos em regime semiaberto, com 1.000 vagas • Ampliação do número de tornozeleiras eletrônicas utilizadas • Implantação de segurança perimetral, incluindo sistema de videomonitoramento e biometria em todas as unidades prisionais • Construção do Centro Integrado de Atenção Psicossocial do Paciente Judiciário (CIAP/PJ-DF)
Reduzir em 10% o retorno do egresso ao sistema penitenciário	• Implantação de serviço de acompanhamento e assistência ao preso e seus familiares – Central Integrada de Ressocialização de egressos • Ampliação da oferta de escolarização às pessoas jovens, adultas e idosas em cumprimento de pena judicial de privação de liberdade no Sistema Prisional do Distrito Federal • Implantação da Central Integrada de Alternativas Penais para acompanhamento psicossocial das pessoas que cumprem penas alternativas e aos monitorados eletronicamente

**Batalha 4:****Racionalizar o sistema prisional com ênfase na ressocialização**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Aumentar em 50% o número de internos em postos de trabalho ou em oficinas profissionalizantes de caráter continuado	• Implantação de lavanderias nas instalações da Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), por meio da concessão onerosa de espaço público • Implantação de oficina de panificação nas instalações do Centro de Internamento e Reeducação (CIR) e na Penitenciária do Distrito Federal I (PDF I), por meio de concessão onerosa de espaço público • Ampliação de contratação de presos/egressos, por meio de contratos públicos – Decreto Federal nº 9.450/2018 e Lei Distrital nº 4.079/2008 • Ampliação de convênios com empresas públicas e privadas para oferta de trabalho fora do sistema, em especial para presos nos regimes aberto e semiaberto



Batalha 1:

Ter uma Educação de Excelência

Resultado-Chave:	Iniciativas
Aumentar as médias do IDEB da rede pública do Distrito Federal, conforme metas projetadas INEP: 5º ano: de (6,0) em 2017; para (6,3) em 2019; e (6,5) em 2021; 9º ano: de (4,3) em 2017; para (5) em 2019; e (5,3) em 2021; 3ª série Ensino Médio: de (3,4) em 2017; para (3,7) em 2019; e (3,9) em 2021	• Proposição de currículos bimestrais para o ensino fundamental da Rede Pública de Ensino do DF • Implementação de sistema bimestral de avaliação e metas para acompanhar a melhoria das aprendizagens, nos componentes curriculares de língua portuguesa e matemática • Expansão da avaliação bimestral em todos os componentes curriculares, para toda a rede pública de ensino do DF • Adequação do currículo do Ensino Médio à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com prioridade em ações voltadas ao aprimoramento das diretrizes e práticas pedagógicas • Implantação do processo para produção de material didático-pedagógico pelos próprios profissionais da educação • Ressignificação da coordenação pedagógica, com implementação da Virada Pedagógica e da coordenação propositiva • Atendimento à demanda de formação continuada dos profissionais da educação básica • Implementação da Escola Superior de Magistério, com a oferta de curso de graduação em Pedagogia e de especialização em Alfabetização e Letramento Matemático • Ampliação do número de escolas conectadas à rede de fibra ótica GDFNET para acesso a plataformas online de aprendizagem, de gestão, conteúdos pedagógicos digitais e outras demandas necessárias • Implantação de sistemas de informação, dotando os profissionais da educação de recursos tecnológicos que possibilitem integração da gestão escolar com o conceito de Cidades Inteligentes • Integração das unidades educacionais na mesma plataforma tecnológica, facilitando o acesso a dados, informações e conhecimentos • Implantação de 16 HUB de inovação, tecnologia e educação, sendo um em cada regional de ensino e dois centrais (FAP e Biblioteca Nacional)



Batalha 1:

Ter uma Educação de Excelência

Resultado-Chave:	Iniciativas
Ampliar para 10% o percentual de estudantes com educação em tempo integral	• Ampliação da oferta de vagas para o ensino em tempo integral em unidades escolares capacitadas para esse tipo de atendimento • Adequação de unidades de ensino em tempo integral com infraestrutura física, tecnológica e garantia de recursos humanos aos padrões de atendimento da educação em tempo integral

**Batalha 2:****Garantir o acesso e a permanência do estudante da rede pública**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Atender 100% da demanda por matrículas para crianças de 0 a 3 anos, registrada na Secretaria de Educação do DF	• Ampliação da oferta de vagas da Educação Infantil (0 a 3 anos) em instituições parceiras • Construção e implantação de unidades escolares de educação infantil
Atender em 100% a demanda de educação básica na respectiva Regional de Ensino (residência ou trabalho)	• Construção, reconstrução, reforma, ampliação e implantação de unidades escolares, priorizando o atendimento às demandas judiciais e do TCDF
Reduzir o índice de abandono do ensino médio de 6,1% para 5,0%	• Implantação de programa para promoção de cultura de paz e de mediação de conflitos escolares para a redução de violências nas escolas • Ampliação da oferta de estágio aos estudantes do ensino médio • Implementação da oferta de itinerários formativos aos estudantes do ensino médio



Eixo

Desenvolvimento Econômico

Batalha 1:

Melhorar o posicionamento no ranking de competitividade dos estados

Resultado-Chave:	Iniciativas
Alcançar o 2º lugar no ranking de competitividade dos estados	• Realização de estudo de impacto e proposição de aprimoramento nas políticas de incentivo fiscal do GDF • Finalização de estudo técnico para implantação do Anel Rodoviário do DF • Retomada das obras de infraestrutura nas Áreas de Desenvolvimento Econômico (ADE) • Eliminação da cobrança do ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual (DIFAL), beneficiando micro e pequenas empresas • Negociação com a empresa EMS para instalação de indústria farmacêutica no Polo de Desenvolvimento Juscelino Kubitschek, em Santa Maria • Negociação com a empresa TAP Air Portugal para que Brasília entre no roteiro das cidades stopover • Implementação do sistema de hub de cargas internacional no Aeroporto Juscelino Kubitschek • Apresentação de projetos ao mercado financeiro internacional para atrair investimentos para a saúde, educação, segurança, gestão e mobilidade, entre outros • Revisão dos parâmetros de alocação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, para maior efetividade na utilização do orçamento

- Implementação de 4 novas unidades de Atendimento ao Empreendedor (Simplifica PJ)
- Implementação de programa de qualificação internacional de estudantes, servidores, startups e empresas produtoras de bens e serviços com alto valor agregado
- Implementação da Política de Internacionalização de Brasília
- Estruturação da Cooperação Técnica Internacional
- Revisão e implementação da Lei de Inovação do DF (Lei 6.140/18) e da Política Distrital de Ciência Tecnologia e Inovação - Inova Brasília
- Implementação do programa de inovação nos processos produtivos e adequação tecnológica, com foco na indústria 4.0
- Implementação do processo de certificação tecnológica baseada em padrões internacionais de qualidade
- Implementação de programa de qualificação de mão de obra para modernização tecnológica e inovação nas empresas para gerar valor agregado à atividade laboral e ao empreendedorismo, com foco nas tecnologias da indústria 4.0
- Implantação da Universidade Distrital



Eixo

Desenvolvimento Econômico**Batalha 1:****Melhorar o posicionamento no ranking de competitividade dos estados**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Aumentar de 12.886 para 27.000 a abertura de novos negócios	• Reativação do Fórum Permanente da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, espaço de interlocução com as entidades empresariais do DF, em atenção ao Art. 76 da LC 123/06 • Estabelecimento de normas de acompanhamento e controle de missões internacionais com foco nos resultados gerados • Implantação da Sala de Inovação - ambiente virtual com informações para recepção de investimentos estrangeiros em P&D • Implantação de programa de atração e criação de empreendimentos tecnológicos e inovadores • Implementação de projeto de apoio à startups em parceria com o Governo Federal
Estar entre as dez cidades no Ranking Connect Smart Cities do Brasil	• Implementação do Programa Cidade Conectada e Inovada, disponibilizando internet Wi-Fi em todo o DF • Implementação da tecnologia Smart Grid para a promoção do espaço urbano em local integrado de comunicação e informação • Implementação do Programa DF na Palma da Mão, conectando e integrando serviços públicos e de infraestrutura (transporte, segurança, saúde, educação, urbanismo etc.)
Estar entre as três cidades brasileiras melhores colocadas no ranking International Congress and Convention Association (ICCA) de realização de eventos internacionais	• Inscrição de Brasília na International Congress and Convention Association (ICCA) • Elaboração de Política de Captação de Eventos Nacionais e Internacionais • Produção de campanha promocional transmídia do segmento Meetings, Incentives, Congress and Exhibitor (MICE)



Eixo

Desenvolvimento Econômico

Batalha 1:

Melhorar o posicionamento no ranking de competitividade dos estados

Resultado-Chave:	Iniciativas	
Aumentar em 2% ao ano o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) em reais	• Ampliação da oferta do Crédito Rural • Implementação do Programa de Conectividade na Área Rural para criação de um novo canal de atendimento para o produtor • Ampliação do Programa Boas Práticas Agropecuárias (BPA) • Fortalecimento do Programa de Agroindústria e Processamento Artesanal • Implantação de dois Pólos Agroindustriais no Núcleo Rural Rio Preto (Planaltina) e PAD-DF (Paranoá) • Ampliação do Centro de Tecnologia em Aquicultura na Granja do Ipê (Gama)	• Fortalecimento do Programa de Erradicação da Febre Aftosa no DF • Revisão das Políticas Públicas Rurais • Implantação do Programa de Crédito Fundiário no DF • Ampliação do acesso e permanência nos canais de comercialização público (PAA, PAPA e PNAE) e privado (CSA, Feiras e outros) • Ampliação da qualificação de mão de obra nos processos agropecuários e agroindustriais • Ampliação da oferta de inovação tecnológica para as principais cadeias produtivas do DF (olericultura, fruticultura, avicultura, bovinocultura e grandes culturas)
Aumentar em 25% a comercialização em toneladas de produtos hortigranjeiros	• Implantação da Unidade CEASA Atacadista	• Construção e implantação do Mercado Central de Brasília
Transformar o Distrito Federal em um polo atrativo de grandes eventos esportivos, nacionais e internacionais	• Realização da etapa do Circuito Mundial de Judô - Grand Slam Brasília 2019, o único Grand Slam das Américas	• Realização da 18ª Copa do Mundo FIFA Sub-17 de 2019

**Eixo****Desenvolvimento Econômico****Batalha 2:****Ser a principal referência para atração de turistas, investimentos e negócios**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Ampliar de 2% para 5% o fluxo comercial	• Realização de novos modelos de negócio para a ArenaPlex, Autódromo, Centro Comercial Noroeste, Nova Saída Norte
Aumentar em 20% o valor das exportações	• Implementação do programa de inovação e adequação de produtos, preparando as empresas do Distrito Federal a competirem em mercados internacionais.
Ampliar em 10% a participação do turismo no PIB do Distrito Federal	• Elaboração de Política de Promoção Segmentada do Distrito Federal como destino turístico • Implantação e ampliação de programas de stopover • Inserção de roteiros cívicos nos catálogos de operadores turísticos nacionais e internacionais • Elaboração do Plano Diretor de Turismo • Consolidação do título de Brasília - Cidade Criativa do Design • Reposicionamento do Observatório do Turismo como portal de informações, indicadores e monitoramento da indústria do turismo • Ampliação da base de cadastro dos prestadores de serviços turísticos no CADASTUR
Aumentar de 55,39% para 60% a participação do setor privado no PIB	• Implementação do programa Emprega Mais DF • Viabilização do Gasoduto Brasil Central



Eixo

Desenvolvimento Econômico**Batalha 3:****Reduzir o desemprego para abaixo da média nacional**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Aumentar de 5% para 20% o aproveitamento de vagas ofertadas pelas agências do trabalhador	• Implementação do Programa Insere DF
Aumentar de 14,1% para 16% a participação de empreendedores (MEI) na economia criativa	• Consolidação do Comitê de Gestão Integrada do Turismo, da Economia e da Indústria Criativa • Ampliação de linhas de financiamento para a Indústria Criativa no Distrito Federal • Elaboração do Plano de Promoção da Economia Criativa dentro e fora do Distrito Federal
Aumentar em 3,75% ao ano o número de Microempreendedores Individuais (MEI) e de empreendedores	• Ampliação do serviço de intermediação para trabalhadores autônomos e profissionais liberais • Ampliação dos programas de Concessão de Crédito utilizando recursos do Funger



Eixo

Desenvolvimento Social**Batalha 1:****Prevenir vulnerabilidades para garantir o direito do jovem à juventude**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Reduzir em 50% o percentual de gravidez na adolescência	• Implantação da Carreta de Saúde da Mulher • Implantação da Clínica da Mulher • Realização de campanha permanente de prevenção à gravidez na adolescência
Reduzir em 50% os índices de dependentes químicos e abuso de álcool da população jovem	• Reativação, fortalecimento e desenvolvimento de programas voltados a grupos considerados vulneráveis (Picasso não Pichava; Esporte à Meia-Noite; Mutirões para Cidadania; Bombeiro Mirim) e Vira Vida • Implementação de rede de proteção à infância e adolescência (capacitações, diagnóstico e aplicações nas escolas públicas) • Implantação do programa Cidadania nas Escolas • Implantação do Projeto Papo Franco • Implantação do Projeto "Ser Criança - Drogas Tô Fora" • Ampliação e Fortalecimento do Projeto de Gestão Compartilhada nas Escolas
Aumentar de 60% para 100% o percentual de adolescentes dos regimes de semiliberdade e meio aberto matriculados no sistema educacional do DF	• Implementação de programa de atenção à escolarização de socioeducandos



Eixo

Desenvolvimento Social**Batalha 2:****Proteger os direitos fundamentais do cidadão e da família**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Aumentar em 50% o Indicador de Desenvolvimento do CRAS (IDCRAS) de cada equipamento público que oferta o Programa de Atenção Integral à Família	• Dimensionamento e recomposição da força de trabalho das unidades conforme as diretrizes do IDCRAS • Reforma e manutenção de todos os Equipamentos da Proteção Básica • Implantação do Programa Mãezinha Brasiliense • Implantação do Programa Criança Feliz
Aumentar em 50% o Indicador de Desenvolvimento do CREAS (IDCREAS) de cada equipamento público que oferta a Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos	• Dimensionamento e recomposição da força de trabalho das unidades conforme as diretrizes do IDCREAS • Reforma e manutenção de todos os Equipamentos da Proteção Especial • Modelagem do Projeto Piloto Resgate da Dignidade e da Cidadania da População em Situação de Rua do DF - LABSOCIAL • Aumento do número de vagas para o Programa Família Acolhedora
Aumentar em 50% a cobertura do acesso aos Programas de Segurança Alimentar	• Ampliação do atendimento a pessoas em insegurança alimentar e nutricional via Banco de Alimentos de Brasília • Dimensionamento e recomposição da força de trabalho das unidades • Implantação do Programa Pão e Leite • Implantação do Programa Cesta Verde • Implantação de quatro Cozinhas Comunitárias no Distrito Federal



Eixo

Desenvolvimento Social**Batalha 2:****Proteger os direitos fundamentais do cidadão e da família**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Aumentar o número de famílias incluídas no Bolsa Família de 69.830 para 95.674	• Qualificação do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal • Implantação de sistema de biometria e cadastramento fotográficos dos beneficiários do Bolsa Família
Aumentar em 10% ao ano o número de atendimentos dos programas protetivos e de orientação	• Instituição de Câmaras de Resolução Extrajudicial de Conflitos com o Poder Público • Instituição do Fundo de Amparo às Vítimas de Violência • Criação do Observatório da Violência do DF • Criação do Observatório de direitos da criança e do adolescente • Instituição de Protocolo de Enfrentamento à drogadição e ao envolvimento com tráfico de crianças e adolescentes • Instituição de Protocolo de Enfrentamento ao abuso e à violência sexual de crianças e adolescentes • Fortalecimento do Programa Pró-Vítima



Eixo

Desenvolvimento Social**Batalha 3:****Promover a redução das desigualdades com a geração de renda**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Aumentar em 20% a inserção de vulneráveis, socioeducandos, egressos, adictos e grupos diversos, no mundo do trabalho	• Remodelagem da Fábrica Social • Implantação do Programa de Apoio a Inclusão da Pessoa com Deficiência – PAIPD • Disponibilização de passagens para trabalhadores encaminhados pelas Agências do Trabalhador • Implantação de programa de acompanhamento dos egressos do sistema socioeducativo • Construção, reforma e equipagem de unidades socioeducativas • Construção e equipagem: • Internação de Sobradinho • Reforma: • Núcleo de Atendimento Inicial • Internação Provisória de São Sebastião • Internação de Planaltina • Internação de Santa Maria • Internação de São Sebastião • Internação de Saídas Sistemáticas • Internação do Recanto das Emas • Internação de Brazlândia • Equipagem: • Internação feminina do Gama • Implantação de programa de reinserção profissional para vulneráveis, adictos, internos e egressos do sistema socioeducativo • Implantação de Projeto de Capacitação da Comunidade – “Oficinas Sociais”



Eixo

Desenvolvimento Social**Batalha 3:****Promover a redução das desigualdades com a geração de renda**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Aumentar em 50% o número de pessoas qualificadas inseridas/reinseridas no mundo de trabalho (vulneráveis, socioeducandos, egressos, adictos e grupos diversos)	• Implantação da terceira etapa do Programa Qualifica Brasília • Implantação de programa de formação profissional para vulneráveis, adictos, internos e egressos do sistema socioeducativo • Implantação de Projeto de Tecnologias Sociais
Reduzir em 2% ao ano a taxa de desemprego entre jovens de 18 a 29 anos	• Implantação do Programa Renova Juventude • Implantação do Programa Juventude Cidadã • Implantação do projeto de Juventude Rural – Filhos desse solo • Ampliação do Projeto Centros da Juventude para todo o DF • Reativação do programa de bolsas para ingresso nas universidades do DF
Reduzir em 50% a diferença salarial entre homens e mulheres	• Implantação da Rede Sou Mais Mulher • Implantação do Espaço Empreende Mais Mulher em Taguatinga • Instalação e manutenção de espaços colaborativos públicos • Implantação de projeto de inserção de meninas nas ciências e nas áreas tecnológicas • Desenvolvimento de pesquisas relacionadas a gênero e uso do tempo • Implantação do Prêmio Talento Mulher • Inclusão social e produtiva da Mulher Rural



Eixo

Desenvolvimento Social**Batalha 3:****Promover a redução das desigualdades com a geração de renda**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Aumentar para 50% a participação de mulheres em cargos de alta chefia e eletivos Executivo, Judiciário e Legislativo	• Implantação do Fórum de Mulheres Líderes • Implantação de programa de formação de lideranças femininas nas escolas
Promover, implantar e ampliar políticas e programas de direitos humanos, em proporcionalidade à população do DF e entorno	• Construção e equipagem de 6 casas dos idosos no DF • Implantação de Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no DF • Implantação do Programa DF Criança • Implantação do Programa Bercinho Acolhedor • Implantação do Programa Clínica Escola do Autista • Instituição do Programa Selo Empresa Amiga da Terceira Idade • Promoção da difusão e da conscientização de direitos humanos, cidadania e do ordenamento jurídico (Conhecer Direito, Renovação, Direito pela Liberdade)



Eixo

Desenvolvimento Social**Batalha 4:****O Estado mais próximo do cidadão**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Padronizar 100% dos Conselhos Tutelares no DF conforme as diretrizes do MDH	• Construção de 43 novas sedes, com aquisição de mobiliário, equipamentos e veículos
Emitir 20.000 documentos e realizar 8.000 atendimentos/consultas psicossociais fora das unidades fixas	• Implantação do Programa SEJUS mais perto do cidadão • Implantação de unidades fixas e móveis de atendimento à comunidade
Reduzir de 8 para 2 meses o tempo entre a abertura e a resolução do problema pelo PROCON	• Implantação de atendimento via celulares para o consumidor



Eixo

Desenvolvimento Territorial

Batalha 1:**Inovar a Política de Planejamento Territorial do DF**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Revisar, aprovar e implementar o PDOT, integrando território urbano e rural	• Elaboração de Projeto de Emenda à Lei Orgânica do DF • Elaboração de Projeto de Lei Complementar para revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial • Elaboração de projetos de urbanismo relacionados às estratégias de ordenamento territorial do PDOT - Dinamização, Polos Multifuncionais e Revitalização • Elaboração de Planos de Desenvolvimento Locais com a participação da comunidade • Elaboração de projetos e definição de estratégias das Áreas de Desenvolvimento Produtivo - ADP previstas no ZEE • Criação do sistema de áreas verdes permeáveis intraurbanas previsto no ZEE
Modernizar o Observatório Territorial e fortalecer o Sistema de Planejamento Territorial e Urbano (SISPLAN)	• Inclusão de novas dimensões e indicadores no Observatório Territorial • Constituição de um núcleo de Método e Análise Quantitativa de dados • Revisão do SISPLAN com vistas à construção de nova sistemática de planejamento territorial e urbano



Eixo

Desenvolvimento Territorial**Batalhas 1:****Inovar a Política de Planejamento Territorial do DF**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Regulamentar instrumentos do Estatuto das Cidades e criar novos instrumentos para viabilizar a ampliação da oferta de habitação de interesse social	• Revisão e regulamentação da Lei nº 5.022/2013, que trata do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) no DF • Revisão e regulamentação da Lei Complementar nº 294/2000, que trata da aplicação da Outorga Onerosa de Alteração de Uso (ONALT) no DF • Revisão e regulamentação da Lei nº 1.170/1996, e suas alterações, que trata da aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir (ODIR) no DF • Regulamentação do Parcelamento, da Edificação e da Utilização Compulsória no DF • Regulamentação do IPTU progressivo no tempo do DF • Incorporação da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) de Provisão Habitacional no Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico Tombado de Brasília (PPCUB) • Proposição de novas Zonas Especial de Interesse Social (ZEIS) de Provisão Habitacional em Áreas Centrais do DF • Elaboração do Plano Distrital de Habitação de Interesse Social (PLANDHIS) • Regulamentação e criação de Instrumentos
Aumentar o número de ações fiscais preventivas nas áreas de monitoramento prioritário	• Incremento da plataforma tecnológica de monitoramento territorial



Eixo

Desenvolvimento Territorial**Batalha 2:**

Ter maior efetividade com a regularização e os novos parcelamentos em áreas definidas pelo ordenamento territorial

Resultado-Chave:	Iniciativas
Entregar 100 mil escrituras públicas de Áreas de Relevante Interesse Social (ARIS)	• Entrega de 43 escrituras em Sobradinho • Entrega de 66 escrituras em Águas Claras • Entrega de 103 escrituras na Vila Tecnológica • Entrega de 124 escrituras na Candangolândia • Entrega de 178 escrituras na Vila Telebrasil • Entrega de 71 escrituras no DVO - Gama • Entrega de 59 escrituras no Gama • Entrega de 324 escrituras nos Becos do Gama • Entrega de 450 escrituras no Itapoã • Entrega de 485 escrituras em Brazlândia • Entrega de 810 escrituras no Guar • Entrega de 872 escrituras no Riacho Fundo I • Entrega de 1.127 escrituras na Vila Varjão • Entrega de 997 escrituras na Vila Planalto • Entrega de 1.880 escrituras em Taguatinga • Entrega de 2.767 escrituras na Estrutural • Entrega de 4.355 escrituras em Sobradinho II • Entrega de 6.794 escrituras no Riacho Fundo II • Entrega de 5.474 escrituras em Santa Maria • Entrega de 8.167 escrituras em Planaltina • Entrega de 7.357 escrituras em São Sebastião • Entrega de 7.891 escrituras no Recanto das Emas • Entrega de 9.150 escrituras em Ceilândia • Entrega de 18.572 escrituras em Samambaia • Aprovação de 21.884 projetos para entrega de escrituras de ARIS



Eixo

Desenvolvimento Territorial**Batalha 2:****Ter maior efetividade com a regularização e os novos parcelamentos em áreas definidas pelo ordenamento territorial**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Reduzir para 30 dias o tempo de análise de projetos de regularização fundiária e de novos parcelamentos	• Criação de câmara temática para implementação da política de regularização • Desenvolvimento de sistema para controlar prazos das licenças e contratos de infraestrutura • Levantamento e mapeamento dos processos de regularização urbanística e fundiária das unidades imobiliárias ocupadas por entidades religiosas de qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social • Mapeamento georreferenciado atualizado das áreas invadidas
Entregar 15.059 escrituras públicas de Áreas de Relevante Interesse Específico (ARINE)	• Regularização do Setor Habitacional Vicente Pires - Trecho 1 (Guará), do Setor Habitacional Bernardo Sayão (Guará), do Setor Habitacional Arniqueira, do Setor Habitacional Porto Seguro, do Setor Habitacional Ponte de Terra, do Setor Habitacional Dom Bosco Etapa I, QI 30 e QL 30 - Lago Sul



Eixo

Desenvolvimento Territorial

Batalha 2:

Ter maior efetividade com a regularização e os novos parcelamentos em áreas definidas pelo ordenamento territorial

Resultado-Chave:	Iniciativas
Aperfeiçoar a base legal de regularização fundiária	- Regulamentação do licenciamento urbanístico (art. 265-A do PDOT/2009) - Revisão da Lei Distrital nº 992/95, que dispõe sobre parcelamento de solo para fins urbanos no DF e de seu regulamento (Decreto nº 28.864/2008) - Elaboração de portaria para definição de conteúdo mínimo, procedimentos e aplicação de planos de ocupação e estudo preliminar relacionados ao parcelamento do solo - Alteração do Decreto nº 38.247/2017, que dispõe sobre os procedimentos para apresentação de projetos de urbanismo - Realização de estudos para aplicação do Decreto nº 27.437/2006, que regulamenta a LC 710/2005, que dispõe sobre os projetos urbanísticos com diretrizes especiais para unidades autônomas - PDEU - Elaboração de projeto de lei para estabelecer critérios e procedimentos de controle de acesso para os loteamentos, no âmbito da regularização fundiária urbano no Distrito Federal (alteração do Decreto nº 39.330/2018) - Proposição de procedimentos e de normas para a regularização urbanística e fundiária das unidades imobiliárias ocupadas por entidades religiosas de qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social - Realização de estudos para alteração do Decreto nº 38.427/2017, que dispõe sobre os procedimentos para distribuição de unidades imobiliárias e concessão de áreas de domínio público destinadas a equipamentos públicos - Realização de estudos para alteração do Decreto nº 33.974/2012, que trata da concessão de uso para implantação de infraestrutura - Realização de estudos para alteração do Decreto nº 22.939/2002, que delega competência às RAs para elaboração e aprovação de projetos de urbanismo - Proposição de normativos para implantação e compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações - Proposição de normativos para regularização fundiária no DF, com base no disposto da Lei Federal nº 13.465/2017 - Implantação do Portal de Transparência da Regularização Fundiária do Distrito Federal - Alteração da Lei Complementar nº 803/2009 quanto ao uso e ocupação e poligonais de ARIS e ARINE



Eixo

Desenvolvimento Territorial**Batalha 2:****Ter maior efetividade com a regularização e os novos parcelamentos em áreas definidas pelo ordenamento territorial**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Aumentar de 30% para 70% as áreas rurais regularizadas	• Aprimoramento da política de regularização das áreas públicas do DF (Revisão das Poligonais do PDOT que definem as Zonas Rurais) • Remodelagem do processo de regularização e titulação das terras sob domínio do DF
Qualificar 8 espaços públicos em Áreas de Relevante Interesse Social (ARIS) por meio do Programa de Ações Urbanas Comunitárias	• Identificação de locais potenciais de Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS) • Mapeamento de recursos para o programa de Assistência Técnica em arquitetura e urbanismo e engenharia por meio de revisão do Programa de trabalho específico



Eixo

Desenvolvimento Territorial**Batalha 2:**

Ter maior efetividade com a regularização e os novos parcelamentos em áreas definidas pelo ordenamento territorial

Resultado-Chave:	Iniciativas
Elaborar projetos para regularização de 50% das Áreas de Relevante Interesse Social (ARIS) – PDOT	• Elaboração e aprovação de projetos de regularização em 1.600 UHs na ARIS Primavera • Elaboração e aprovação de projetos de regularização em 3.744 UHs na ARIS Brazlândia - Expansão da Vila São José • Elaboração e aprovação de projetos de regularização em 1.000 UHs na ARIS Nova Colina I • Elaboração e aprovação de projetos de regularização em 700 UHs na ARIS Nova Colina II • Elaboração e aprovação de projetos de regularização em 404 UHs na ARIS Mestre D'armas II - Planaltina • Elaboração e aprovação de projetos de regularização em 3.200 UHs na ARIS Vale do Amanhecer • Elaboração e aprovação de projetos de regularização em 3.076 UHs na ARIS Pôr do Sol • Elaboração e aprovação de projetos de regularização em 1.300 UHs na ARIS Privê Ceilândia • Elaboração e aprovação de projetos de regularização em 949 UHs na QNP 22 e 24 • Elaboração e aprovação de projetos de regularização em 3.994 UHs no Sol Nascente Trecho 1 • Elaboração e aprovação de projetos de regularização em 6.507 UHs no Sol Nascente Trecho 2 • Elaboração e aprovação de projetos de regularização em 6.093 UHs no Sol Nascente Trecho 3 • Elaboração e aprovação de projetos de regularização em 1.011 UHs na ARIS Morro da Cruz (Área Rural) • Elaboração e aprovação de projetos de regularização em 16.911 UHs em São Sebastião (Parte da URB 114/09, 137/10, 138/10, 139/10, 56/17) • Elaboração e aprovação de projetos de regularização em 2.421 UHs na ARIS Água Quente • Elaboração e aprovação de projetos de regularização em 8.039 UHs na ARIS Estrutural (Vila Estrutural) • Elaboração e aprovação de projetos de regularização em 489 UHs na ARIS Buritis (Qd 1, 2 e QD 3 Conj N) • Elaboração e aprovação de projetos de regularização em 13.985 UHs na ARIS Itapoã • Elaboração e aprovação de projetos de regularização em 949 UHs na ARIS Vicente Pires (Vila São José)



Eixo

Desenvolvimento Territorial**Batalha 3:****Inovar no combate ao déficit habitacional**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Realizar melhorias em 1.000 unidades habitacionais de famílias de baixa renda	• Regulamentação da Assistência Técnica em arquitetura e urbanismo e engenharia no âmbito do DF • Identificação de locais potenciais de Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS) • Mapeamento de recursos para o programa de Assistência Técnica em arquitetura e urbanismo e engenharia por meio de revisão do Programa de trabalho específico • Execução do Programa de Assistência Técnica em arquitetura e/ou engenharia • Credenciamento de empresas especializadas em serviços de arquitetura e/ou engenharia para execução de pequenas reformas em residências localizadas em Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS)
Entregar 25.680 unidades habitacionais	• Contratação de obras habitacionais para as regiões do Itapoã, do Recanto das Emas, do Riacho Fundo II, de Samambaia, de Sobradinho, da Ceilândia (Sol Nascente, Por do Sol e QNR 06) e da Estrutural • Entrega de unidades habitacionais nas regiões do Itapoã, do Sol Nascente, do Recanto das Emas, do Riacho Fundo II, de Samambaia, de Sobradinho, de Santa Maria, Bairro Crixá • Entrega de 461 unidades habitacionais no Arapoanga (Pró-Moradia II) • Entrega de 433 unidades habitacionais e Implantação de drenagem e pavimentação no Mestre D'armas (Pró-Moradia II)
Ampliar para 20.000 unidades a oferta de lotes urbanizados para a Habitação de Interesse Social	• Elaboração de projetos de parcelamento com provisão de Habitação de Interesse Social em áreas definidas no PDOT



Eixo

Desenvolvimento Territorial**Batalha 3:****Inovar no combate ao déficit habitacional**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Implantar política de Locação Social para a redução do déficit por ônus excessivo com aluguel	• Edição da Lei do Programa Habitacional Habita Brasília e da instituição do Conselho Distrital de Habitação • Regulamentação da política de Locação Social como serviço de moradia • Implantação do Programa Locação Social
Revisar e aprovar o Plano Distrital de Habitação de Interesse Social (PLANDHIS)	• Elaboração da Minuta de Lei do Plano Distrital de Habitação de Interesse Social - PLANDHIS • Elaboração de metodologia de monitoramento e avaliação do Plano Distrital de Habitação de Interesse Social - PLANDHIS



Eixo

Desenvolvimento Territorial**Batalha 4:****Garantir infraestrutura de qualidade para a população do DF**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Aumentar a malha de drenagem, de pavimentação e de calçadas do DF	• Aperfeiçoamento do Marco Legal Regulatório dos serviços de Drenagem Pluvial Urbana do DF • Conclusão de infraestrutura dos Setores Habitacionais Sol Nascente, Vicente Pires, Bernardo Sayão, ARIS Ribeirão em Santa Maria (Porto Rico); Mestre D'armas e Riacho Fundo 5ª Etapa • Execução de infraestrutura dos novos setores habitacionais • Construção de 40 km de rodovias segregadas, troncos, principais e secundárias • Construção de 10 obras de artes especiais
Realizar laudo de manutenção de 100% das pontes e viadutos do DF	• Implantação e ou modificação de estrutura funcional para inspeção, monitoramento, recuperação e reforço das obras de artes especiais • Implantação de área responsável pela manutenção e monitoramento das obras de arte especiais
Reduzir o tempo de elaboração de projetos de engenharia para 1 ano	• Centralização da elaboração de projetos de infraestrutura, educação, saúde, meio ambiente • Implantação do Gerenciamento de Riscos • Concentração das informações de obras e projetos em um único repositório de dados

Eixo

Desenvolvimento Territorial

Batalha 4:
Garantir infraestrutura de qualidade para a população do DF

Resultado-Chave:	Iniciativas
Modernizar 12% do sistema de iluminação pública do DF	• Substituição de 40.000 lâmpadas de iluminação pública para LED
Aumentar em 45% (211 km) a malha cicloviária do DF	• Construção de 100 km de ciclovias • Construção de 111,19 km de ciclovias no Sistema Rodoviário do Distrito Federal



Eixo

Desenvolvimento Territorial**Batalha 5:****Aumentar em 17% o número de usuários do transporte público**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Aumentar em 15% a quantidade de usuários de ônibus	• Implementação de 300 postos de vendas do Bilhete Único • Implementação de modelo racionalizado do sistema de transporte coletivo • Renovação de 90% da frota de ônibus • Implantação de sistema de informação ao usuário • Implementação de 44 km de faixas exclusivas • Conclusão da reforma da Rodoviária do Plano Piloto • Ampliação de 20% da oferta de viagens
Aumentar em 25% a quantidade de usuários do metrô	• Implantação de 8 novas estações de metrô • Expansão do horário de funcionamento das linhas do metrô • Expansão e modernização do Metrô • Implementação de acessibilidade nas 24 estações atualmente operantes



Eixo

Desenvolvimento Territorial**Batalha 5:****Aumentar em 17% o número de usuários do transporte público**

Resultado-Chave:	Iniciativas
Reduzir em 15% o tempo de deslocamento no transporte público	• Construção de 15,4 km de corredor exclusivo de ônibus - BRT Sudoeste • Construção de 35 km de corredor exclusivo de ônibus - BRT Norte • Construção de 5 km de corredor exclusivo de ônibus - trechos III e IV - BRT Sul • Construção de 17 obras de artes especiais - BRT Sudoeste • Construção de 24 obras de artes especiais - BRT Norte • Construção de 10 passarelas no Sistema Rodoviário do Distrito Federal • Construção de 18 passarelas - BRT Sudoeste • Construção de 23 passarelas - BRT Norte • Adequação da capacidade de tráfego na DF-003 (Ligação Torto-Colorado) • Adequação da capacidade de tráfego nas rodovias DF-002 e DF-007 (Trevo de Triagem Norte) • Recuperação da estrutura e reconstrução do viaduto sob a galeria dos estados DF-002 • Implantação de Veículo Leve sobre Trilhos - VLT no Distrito Federal • Implantação do Sistema de Transporte - Eixo Oeste • Ampliação da DF-047
Implantar 20 bolsões de estacionamento em áreas de estações BRT/Metrô e na área central de Brasília	• Implantação de 20 bolsões de estacionamentos em áreas de estações do BRT/Metrô e área central de Brasília



Eixo

Desenvolvimento Territorial**Batalha 6:****Ser a Unidade da Federação referência em relação ao uso do espaço e de equipamentos públicos**

Resultado-Chave:	Iniciativas	
Garantir manutenção e acesso a espaços públicos e equipamentos culturais	• Reestruturação da Rádio Cultura • Reforma do Teatro Nacional Cláudio Santoro • Restauração do Museu de Arte de Brasília (MAB) • Revitalização e ampliação da rede de bibliotecas de Brasília	• Expansão da rede de pontos e pontões de cultura de Brasília • Criação do Sistema Distrital de Museus • Dinamização do tombamento de imóveis • Revitalização da W3 Sul
Aumentar em 10% a participação da Economia Criativa no PIB do DF	• Regulamentação do Fundo de Política Cultural • Criação de protocolos eletrônicos para financiamento cultural • Fortalecimento de programas de residência artística e do sistema de bolsas de estudo	• Desburocratização da Lei de Incentivo a Cultura • Implementação do Distrito Criativo • Implementação de Polo de Audiovisual
Implementar políticas públicas de acesso ao esporte para a população	• Estruturação normativa do acesso ao Programa Compete Brasília • Modernização normativa do Programa Bolsa Atleta	• Ampliação do acesso da população aos centros olímpicos • Melhoria da infraestrutura dos centros olímpicos
Estruturar o sistema de futebol do Distrito Federal	• Apoio à estruturação dos clubes de futebol do Distrito Federal • Implementação de modelo de gestão financeira sustentável para o futebol	• Implantação do plano de gestão dos estádios de futebol do Distrito Federal



Batalha 1:

Garantir o Saneamento Sustentável no DF

Resultado-Chave:	Iniciativas
Ampliar de 89% para 92% o acesso da população ao esgotamento sanitário, com coleta e tratamento	• Implantação do sistema de Esgotamento Sanitário no Bernardo Sayão • Expansão dos sistemas de esgotamento sanitário
Incrementar em 30% a capacidade instalada de tratamento de água	• Conclusão e implantação de sistemas produtores de água • Corumbá (1ª etapa) • Subsistema Gama • Paranoá (1ª etapa)
Reduzir em 30% os pontos críticos de alagamento	• Implementação do Plano Distrital de Saneamento Básico em seu componente drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. Áreas prioritárias: Vicente Pires, Sol Nascente, Bernardo Sayão, Taguatinga, Asa Sul e Asa Norte
Aumentar em 100% a taxa de recuperação de resíduos recicláveis	• Realização de campanhas educativas e publicitárias de massa sobre a separação efetiva e o descarte ambientalmente adequado de resíduos pela população • Implantação do Projeto Citinova – Planejamento Integrado e Tecnologias Inovadoras para Cidades Sustentáveis • Expansão da cobertura da coleta seletiva de resíduos sólidos em todas as Regiões Administrativas • Consolidação da Rede de Papa Entulho - Local de recebimento de pequenos volumes de resíduos da construção civil, móveis e recicláveis • Implantação de uma Central de Comercialização de Resíduos Sólidos Recicláveis • Promoção de ações para o enfrentamento aos passivos do Lixão da Estrutural



Batalha 2:

Ser referência em conservação e qualidade ambiental

Resultado-Chave:	Iniciativas
Aumentar em 100% as medidas de proteção da fauna para espécies prioritárias	• Implantação do monitoramento da variação populacional e dos movimentos migratórios de espécies prioritárias da fauna silvestre • Monitoramento de animais da área de reserva do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo • Sistematização do monitoramento da fauna silvestre na Estação Ecológica do Jardim Botânico • Atendimento a animais resgatados por órgãos ambientais para reabilitação
Recompor em 500 hectares a cobertura vegetal arbórea e arbustiva – 800 mil mudas	• Recomposição da vegetação nativa em áreas protegidas • Ampliação da arborização por meio do plantio de árvores de espécies nativas e frutíferas em áreas públicas urbanas
Consolidar 100% das Unidades de Conservação (UC)	• Definição das poligonais das Unidades de Conservação ainda não-demarcadas • Criação de aplicativo para divulgação dos atrativos naturais e das atividades desenvolvidas nos parques e áreas preservadas



Batalha 3:
Ser modelo de eficiência no licenciamento ambiental

Resultado-Chave:	Iniciativas
Reduzir em 50% o tempo de análise pelo órgão licenciador	• Modernização do quadro normativo do licenciamento ambiental



Eixo Meio Ambiente

Batalha 4:

Ser referência nacional na gestão da água

Resultado-Chave:	Iniciativas
Triplicar a proteção de nascentes em bacias hidrográficas prioritárias	• Ampliação do "Programa Adote uma Nascente"
Aumentar em 100% o monitoramento do consumo de água nos setores urbano e rural	• Pactuação e implementação de metas de redução de consumo nos edifícios ocupados por órgãos públicos • Revitalização, tratamento e reuso da água que abastece os lagos do Zoológico • Instalação de medidores de volume captado de água e monitoramento das áreas irrigadas rurais
Aumentar em 100% o número de instrumentos de gestão de recursos hídricos implementados nas bacias hidrográficas	• Definição do programa de medidas para a efetivação do enquadramento dos corpos hídricos no DF • Ampliação do Programa de Manejo da Água e do Solo • Implantação da cobrança pelo uso de recursos hídricos no DF • Aprimoramento do sistema de informações sobre recursos hídricos do Distrito Federal • Elaboração do Plano de Recursos Hídricos das Bacias do Rio Paranaíba, do Rio Maranhão e do Rio Preto no DF • Integração do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos (SRH) ao Sistema Distrital de Informações Ambientais (SISDIA)



Batalha 5:

Consolidar a matriz de energia limpa como base do futuro do Distrito Federal

Resultado-Chave:	Iniciativas
Aumentar em 25% a geração de fontes de energia renovável	• Fomento ao programa de coleta e transformação do óleo de cozinha em biodiesel - Projeto Biguá • Implementação de projetos para exploração e geração de energia renovável (fotovoltaica, biogás e biomassa), em parceria com a iniciativa privada e o Governo Federal • Construção de usina geradora de energia fotovoltaica com capacidade instalada de 5 MW no Complexo Administrativo Operacional (CAO) do Metrô • Implantação de Central Geradora Hidrelétrica de 367 KW nas ETE Samambaia e Melchior • Implantação do aproveitamento energético do biogás nas ETE Brasília Sul, Brasília Norte, Gama, Melchior e Samambaia • Implantação de pontos de energia fotovoltaica no Zoológico • Implantação de programa de incentivo ao uso de energias renováveis no espaço rural
Reduzir em 25% as perdas totais do sistema elétrico do DF	• Implantação de novos empreendimentos no sistema de distribuição de energia

